

JOELMA CRUZ DA CUNHA

**A OPINIÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO  
SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DO CENTRO DE  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (CEEJA) DE SANTARÉM-  
PARÁ/BRASIL**



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Porto, 2018



JOELMA CRUZ DA CUNHA

**A OPINIÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SOBRE  
A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DO CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DE JOVENS E ADULTOS (CEEJA) DE SANTARÉM-PARÁ/BRASIL**



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Docência e Gestão da Educação, Ramo de Administração Escolar e Administração Educacional sob orientação da Professora Doutora Fátima Coelho.

Porto, 2018

A opinião dos alunos do Ensino Fundamental e Médio sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) de Santarém-Pará/Brasil

Joelma Cruz da Cunha

**A OPINIÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO SOBRE A  
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) DO CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DE JOVENS E ADULTOS (CEEJA) DE SANTARÉM-PARÁ/BRASIL**

---

(Joelma Cruz da Cunha)

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Docência e Gestão da Educação, Ramo de Administração Escolar e Administração Educacional sob orientação da Professora Doutora Fátima Coelho.

## RESUMO:

Este trabalho aborda a temática da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Trata-se de um estudo descritivo de abordagem quantitativa. Como instrumento da pesquisa foi aplicado um questionário a cem alunos do Ensino Fundamental e Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos do Centro de Educação e Jovens e Adultos (CEEJA) de Santarém-Pará/Brasil.

O referido estudo tem como objetivo geral analisar as opiniões dos alunos do Ensino Fundamental e Médio sobre a Educação de Jovens e Adultos do CEEJA de Santarém.

Concluiu-se que a totalidade dos alunos quer do Ensino Fundamental, quer do Ensino Médio gostam da metodologia do ensino personalizado, assim como da prática docente. Os alunos do Ensino Fundamental apontam como principal razão para se matricularem no CEEJA o fato do tempo de conclusão dos estudos ser mais rápido do que na escola regular, enquanto os alunos do Ensino médio referem a falta de disponibilidade de tempo para estudar em escola regular em função do trabalho ou de outra atividade que desenvolvem. Conclui-se ainda que a maior dificuldade dos alunos no Ensino Fundamental concentra-se na falta de autodisciplina para estudar sozinho, enquanto os alunos do Ensino Médio referem na sua maioria não sentirem dificuldades. Além de que os alunos do Ensino do Fundamental e Médio concordam na sua maioria com as normas da instituição relacionadas a frequência e o tempo de conclusão do curso.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos, Ensino personalizado, Educação a distância, formação dos alunos

**ABSTRACT:**

His work addresses the theme of Youth and Adult Education (EJA). This is a descriptive study with a quantitative approach. As a research instrument, a questionnaire was administered to 100 primary and middle school students in the Youth and Adult Education modality of the Center for Education and Youth and Adults (CEEJA) in Santarém-Pará, Brazil.

This study has the general objective of analyzing the opinions of the Elementary and Middle School students on the Education of Young and Adults of the CEEJA de Santarém.

It was concluded that the totality of the students wants of the Elementary School, as well as of the High School like the methodology of the personalized teaching, as well as of the teaching practice. Primary school students point out that the reason for enrolling in the CEEJA is the fact that the time to complete the studies is faster than in regular school, while the secondary school students refer to the lack of availability of time to study in regular school in function of work or other activity they develop. It is also concluded that the greatest difficulty of students in Primary Education is the lack of self-discipline to study alone, while the students of the High School report mostly do not feel difficulties. In addition, Elementary and Middle School students mostly agree with the institution's standards related to the frequency and time of completion of the course.

**Keywords:** Youth and Adult Education, Personalized Education, Distance Education, Student Training

A opinião dos alunos do Ensino Fundamental e Médio sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do  
Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) de Santarém-Pará/Brasil

## **DEDICATÓRIA**

*Ao meu filho e a minha família,  
por sempre me incentivarem e me  
ajudarem na minha caminhada!*

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Doutora Fátima Coelho pelo incentivo, pelos conselhos sábios e pelas orientações na elaboração do trabalho.

À minha família pelo apoio e incentivo na concretização do meu sonho.

Ao meu filho por estar sempre ao lado, me dando força para prosseguir.

Aos meus amigos que direta ou indiretamente me motivaram a não desistir da luta.

A todos os alunos participantes neste estudo que colaboraram para a concretização deste trabalho.

.

## ÍNDICE GERAL

|  |      |
|--|------|
| RESUMO: .....  | iv   |
| ABSTRACT:.....   | v    |
| AGRADECIMENTOS .....   | vii  |
| ÍNDICE GERAL .....   | viii |
| ÍNDICE DE GRÁFICOS .....   | ix   |
| ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....   | xi   |
| I.INTRODUÇÃO .....   | 12   |
| II REVISÃO DA LITERATURA .....   | 14   |
| 2.1 A História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil .....   | 14   |
| 2.2 A Legislação Educacional e a Educação de Jovens e Adultos.....                                     | 24   |
| 2.3 A Educação a Distância e a Educação de Jovens e Adultos .....                                      | 34   |
| 2.4 O Papel do Professor da Educação de Jovens e Adultos no Ensino a Distância ...                     | 40   |
| 2.5 Uma Breve Contextualização do Centro de Educação de Jovens e Adultos de Santarém-Pará/Brasil ..... | 43   |
| 2.6 O Ensino Personalizado no Centro de Educação de Jovens e Adultos de Santarém-Pará/Brasil .....     | 50   |
| III. PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS DE ESTUDOS.....  | 55   |
| IV. METODOLOGIA .....  | 56   |
| 4.1 Caracterização do universo e da amostra .....  | 57   |
| 4.2 Procedimentos e Instrumentos .....   | 67   |
| V. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS .....   | 68   |
| VI. PROPOSTA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO .....   | 80   |
| VII. CRONOGRAMA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO.....   | 83   |
| VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 83   |

|  |    |
|--|----|
| IX- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 87 |
| X-ANEXOS .....   | 91 |
| Anexo 1- Pedido de autorização ao Presidente do Conselho Executivo para a aplicação dos questionário ..... | 92 |
| Anexo 2 – Declaração de Consentimento Informado aos Encarregados de Educação                               | 93 |
| Anexo 3 - Questionário final após validação pelos peritos da área .....                                    | 94 |

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 1: Distribuição por nível de ensino do a alunos investigados .....            | 57 |
| Gráfico 2: Distribuição por gênero dos alunos do ensino fundamental .....             | 58 |
| Gráfico 3: Distribuição por gênero dos alunos do ensino médio .....                   | 58 |
| Gráfico 4: Distribuição por idade dos alunos do ensino fundamental.....               | 59 |
| Gráfico 5: Distribuição por idade dos alunos do ensino médio.....                     | 59 |
| Gráfico 6: Alunos do ensino fundamental que têm filhos .....                          | 60 |
| Gráfico 7: Alunos do ensino médio que têm filhos .....                                | 60 |
| Gráfico 8: Alunos do ensino fundamental que são também trabalhadores .....            | 61 |
| Gráfico 9: Alunos do ensino médio que são também trabalhadores .....                  | 61 |
| Gráfico 10: Local de residência dos alunos do ensino fundamental .....                | 62 |
| Gráfico 11: Local de residência dos alunos do ensino médio .....                      | 62 |
| Gráfico 12: Idade que os alunos do ensino fundamental ingressaram na escola.....      | 63 |
| Gráfico 13: Idade que os alunos do ensino médio ingressaram na escola.....            | 64 |
| Gráfico 14: Nº de vezes que os alunos do ensino fundamental abandonaram a escola...64 |    |
| Gráfico 15: Nº de vezes que os alunos do ensino médio abandonaram a escola .....      | 65 |

|  |  |
|--|--|
| Gráfico 16: N° de reprovações dos alunos do ensino fundamental no percurso escolar .66   |  |
| Gráfico 17: N° de reprovações dos alunos do ensino médio no percurso escolar .....66   |  |
| Gráfico 18: Gosto do alunos do ensino fundamental pelo ensino Personalizado ofertado no CEEJA .....68  |  |
| Gráfico 19: Gosto dos alunos do ensino médio pelo ensino Personalizado ofertado no CEEJA .....69   |  |
| Gráfico 20: Principal motivo que levou o aluno do ensino fundamental a estudar no CEEJA .....69  |  |
| Gráfico 21: Motivo que levou o aluno do ensino médio a estudar no CEEJA.....70   |  |
| Gráfico 22: Dificuldades que os alunos do ensino fundamental sentem no Ensino Personalizado.....71   |  |
| Gráfico 23: Dificuldades que os alunos do ensino médio sentem no Ensino Personalizado.....72   |  |
| Gráfico 24: Principal problema que os alunos do ensino fundamental detectam no CEEJA .....72   |  |
| Gráfico 25: Principal problema que os alunos do ensino médio detectam no CEEJA....73   |  |
| Gráfico 26: Opinião dos alunos do ensino fundamental sobre o trabalho docente junto aos alunos nas orientações das atividades escolares.....74 |  |
| Gráfico 27: Opinião dos alunos do ensino médio sobre trabalho docente junto aos alunos nas orientações das atividades escolares .....74        |  |

|   |    |
|---|----|
| Gráfico 28: Satisfação dos alunos do ensino fundamental em relação aos conteúdos dos módulos .....        | 75 |
| Gráfico 29: Satisfação dos alunos do ensino médio em relação aos conteúdos dos módulos .....              | 75 |
| Gráfico 30: Opinião dos alunos do ensino fundamental sobre a avaliação .....                              | 76 |
| Gráfico 31: Opinião dos alunos do ensino médio sobre a avaliação .....                                    | 76 |
| Gráfico 32: Fonte de pesquisa que os alunos do ensino fundamental mais utilizam .....                     | 77 |
| Gráfico 33: Fonte de pesquisa que os alunos do ensino médio mais utilizam .....                           | 77 |
| Gráfico 34: Opinião dos alunos do ensino fundamental sobre o prazo máximo para conclusão dos estudos..... | 78 |
| Gráfico 35: Opinião dos alunos do ensino médio sobre o prazo máximo para conclusão dos estudos.....       | 79 |
| Gráfico 36: Opinião dos alunos do ensino fundamental sobre a frequência mínima exigida pelo CEEJA .....   | 79 |
| Gráfico 37: Opinião dos alunos do ensino médio sobre a frequência mínima exigida pelo CEEJA .....         | 80 |

## ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEB -Câmara de Educação Básica

CEB- Câmara de Educação Básica

CEE-Conselho Estadual de Educação

CEEJA- Centro de Educação de Jovens e Adultos

CNAEJA- Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

CNE- Conselho Nacional de Educação

CNE- Conselho Nacional de Educação

EAD- Educação a Distância

EJA -Educação de Jovens e Adultos

ENCCEJA- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

ENEM-Exame Nacional do Ensino Médio

FUNDEB -Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do Brasil

MEB-Movimento de Educação de Base

MEC- Ministério da Educação e Cultura

MOVA- Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos

NAES-Núcleo Avançado de Educação Supletiva

NEJA- Núcleo de Educação de Jovens e Adultos

NES-Núcleo de Ensino Supletivo

PAS-Programa de Alfabetização Solidária

PBA- Programa Brasil Alfabetizado

PEE-Plano Estadual de Educação

PNE- Plano Nacional de Educação

SEDUC- Secretaria Estadual de Educação

## **I. INTRODUÇÃO**

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido ofertada ao longo dos anos como uma proposta educacional de regularização do fluxo escolar para os jovens e adultos que se encontram atrasados no seu processo de escolarização tanto no Ensino Fundamental ou Médio, e que por diferentes motivos buscam as instituições de ensino que trabalham com EJA para estudarem o Ensino Fundamental ou Médio de forma diferenciada da escola regular para concluírem seus estudos em menor espaço de tempo.

Dentre as alternativas educacionais apresentam-se as modalidades da Educação de Jovens e Adultos e a Educação a Distância que possibilitam aos alunos estudarem através de outros recursos e com metodologias diferenciadas da escola convencional.

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que surgiu para suprir o processo de defasagem de escolaridade dos jovens e adultos que por vários motivos não podem ou não puderam cursar o ensino regular na faixa etária adequada, assim como para aqueles que tiveram sua vida escolar marcada por abandonos e reprovações.

A EJA através do ensino a distância é uma alternativa educativa para os jovens e adultos terem acesso à educação de forma mais rápida e sem a presença diária na escola.

Dentre as propostas de ensino da Educação a distância destaca-se o ensino Personalizado que é ofertado pelo Centro Educação de Jovens e Adultos que é desenvolvido de forma semipresencial. O ensino personalizado é uma ferramenta simples que não faz uso de tecnologias mais avançadas e que utiliza como recurso o sistema de módulos para ensinar os alunos.

Entende-se que a EJA na modalidade da Educação à Distância dar oportunidade para os jovens e adultos resgatarem em tempo hábil seus estudos para ingressarem no mercado de trabalho e melhorar seu convívio social, haja vista que muito deles sentem-se excluídos na escola regular por diferentes motivos.

Diante do atual contexto socioeconômico do mundo capitalista, as pessoas não dispõem de muito tempo para estudar em escolas regulares, em função disso, buscam outras alternativas de ensino para prosseguirem ou concluírem seus estudos, visando atender as suas necessidades pessoais e do mercado de trabalho.

Desta forma, o interesse pelo tema deu-se por observar a grande procura dos jovens e adultos para cursar o Ensino Fundamental e Médio à distância através da metodologia de ensino personalizado ofertado pelo CEEJA, visto que o aluno conclui seus estudos em menor espaço de tempo e com menos burocracia, além de que não requer o uso exclusivo de equipamentos tecnológicos para efetuar seus estudos.

O ensino personalizado é uma metodologia diferente de ensinar que não necessita de computadores e internet para o alunos estudar, basta somente o material didático que são os módulos e do professor como mediador do processo ensino-aprendizagem. Sendo assim, questiona-se: A metodologia e os recursos pedagógicos que são utilizados no Ensino Personalizado favorecem a aprendizagem dos alunos? Quais os motivos que levam o aluno a procurar este tipo ensino? Como acontece a prática docente junto aos alunos da EJA no ensino personalizado? Os alunos da EJA sentem-se satisfeitos com esta forma de ensino?

Portanto, espera-se que pesquisa possa contribuir para demonstrar a opinião dos alunos da EJA em relação ao ensino personalizado que é desenvolvido no CEEJA através do ensino à distância no município de Santarém, além de que possa contribuir para possíveis pesquisas acerca da temática abordada, bem como para produção de novos conhecimentos científicos.

A temática da referida pesquisa é “a opinião dos alunos do Ensino Fundamental e Médio sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) de Santarém-Pará/Brasil.”

O presente trabalho é constituído de cinco partes, sendo que a primeira parte faz-se a revisão da literatura relacionada ao tema da pesquisa através de uma breve abordagem histórica da EJA no Brasil, das legislações educacionais para EJA. Discorre também sobre a Educação a Distância e a Educação Jovens e Adultos, destaca o papel do professor da EJA; faz-se uma breve contextualização sobre o Centro de Educação de

Jovens e Adultos de Santarém e sobre o Ensino Personalizado ministrado no respectivo centro.

Na segunda parte encontra-se a problemática e os objetivos de estudos. Na terceira parte que apresenta-se a metodologia que consta da caracterização do universo e da amostra, assim como os procedimentos e instrumentos usados na pesquisa. Na quarta parte apresentam-se os resultados da pesquisa. E finalmente na quinta parte apresenta-se a proposta do projeto intervenção.

## II REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 A História da Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil é um pouco complexa, visto que no decorrer dos anos os aspectos políticos e os interesses da classe social dominante determinaram o perfil de educação a ser trabalhado nesta modalidade de ensino, assim como no decorrer da sua trajetória não apresentou-se grandes avanços qualitativos que proporcionassem uma educação mais eficiente e a garantia dos direitos educacionais aos jovens e adultos.

As primeiras manifestações educacionais surgem em nosso país através dos jesuítas que vieram para o Brasil com objetivo de catequizar os índios, pois o propósito dos mesmos não era educar a população indígena para conseguir sua emancipação social, mas na verdade era para doutriná-los ao catolicismo e para modificar a cultura desses povos para servir a classe dominante da época.

Segundo Strelhow (2010 p.51) a educação brasileira desde o período colonial foi direcionado as crianças, sendo que os indígenas adultos foram submetidos a uma intensa ação cultural e educacional. Sendo assim, não havia uma diretriz educacional curricular voltada para Educação de Jovens e Adultos, a educação que era desenvolvida neste período para essa clientela possuía as mesmas características que eram usadas para educar as crianças.

Durante muitos anos essa modalidade de ensino se resumiu apenas em alfabetizar os jovens e adultos sem ter um planejamento formal, isto é, quem tinha o

domínio da leitura e da escrita transferia para os demais, sendo que esta atividade acontecia geralmente no período noturno, visto que a EJA era para atender a classe trabalhadora.

No período imperial (1822-1889) que teve início com a proclamação da Independência do Brasil observou-se que apesar da Constituição Imperial de 1824 propagar o direito a educação primária a educação continuou excludente, pois quem tinha acesso à educação eram as classes sociais mais abastadas que corroborou para a sustentação da classe dominante. Segundo Strelhow (2010, p.51)

[..] a partir do Ato Constitucional de 1834, ficou sob a responsabilidade das províncias a instrução primária e secundária de todas as pessoas, mas que foi designada especialmente para jovens e adultos. É importante ressaltar que a educação de jovens e adultos era carregada de uma princípio missionário e caridoso. O letramento destas pessoas era um ato de caridade das pessoas letradas às pessoas perigosas e degeneradas.

Neste contexto, a Educação de Jovens e Adultos não era vista como direito, mas como uma espécie de favor que se fazia a essas pessoas que estavam a margem da sociedade, isto é, este pensamento retrógrado reforçava uma educação elitista do governo.

No início do período republicano que começou a partir de 1889 não ocorreram mudanças significativas no campo educacional, haja vista, que a Educação de Jovens e Adultos continuou tendo um cunho excludente, onde não se considerava a capacidade cognitiva das crianças e dos adultos, sendo que as pessoas analfabetas eram rotuladas de incapazes.

Na década de 20 a economia do país baseava-se principalmente exportação de café, no entanto, a partir de 1929 ocorreu uma crise no setor cafeeiro que provocou mudanças na economia e na política brasileira, visto que foi necessário se fazer maiores investimentos no setor industrial, assim como provocou um embate por poder entre a burguesia cafeeira, classe média e os setores da classe dominante. Conforme Jardimino e Araújo (2014, p.45) “A política de concentração e a chegada de uma nova classe em formação -a classe operária – geram desequilíbrios, fazendo aparecer os primeiros conflitos entre capital e trabalho na república prodigiosa.” Paralelo a esses conflitos econômicos e políticos, a educação vislumbra por mudanças através de novos ideais dos

movimentos e de novas propostas dos estudiosos que despontam na época. Strelhow 2010. p. 52) diz que:

Junto à essa mudança econômica começa-se a mudar algumas coisas no âmbito da educação com o surgimento dos ideais da Escola Nova e posteriormente as ações da Pedagogia de Paulo Freire em conjunto com os movimentos sociais.

Com o decorrer dos anos e com a mudança no cenário político e econômico do país a população começou a se organizar e reivindicar melhorias no campo educacional e principalmente na erradicação do analfabetismo. Desta forma, surgiram vários movimentos sociais que exigiam do governo políticas públicas para a alfabetização dos jovens e adultos.

Com a elaboração do primeiro Plano Nacional de Educação em 1934 a Educação de Jovens e adultos ganhou certo destaque por tornar obrigatório e gratuito o ensino primário as pessoas adultas. E a partir da década de 40 onde os movimentos e campanhas sociais a favor da educação de adultos ganharam mais força essa modalidade de ensino passou a receber um melhor atendimento e maiores investimentos comparados com a época anteriores, assim como, surgiram novos documentos que respaldaram legalmente o funcionamento da EJA. Parafraseando Beserra e Barreto: (2014, p.167).

A partir de 1945, com a aprovação do Decreto nº19.513, de 25 de agosto de 1945, a Educação de Adultos tornou-se oficial. Daí por diante novos projetos e campanhas foram lançados com o intuito de alfabetizar jovens e adultos que não tiveram acesso à educação em período regular. Dentre estes se pode citar: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947); o Movimento de Educação de Base – MEB, sistema rádio educativo criado na Conferência Centros Populares de Cultura – CPC (1963), Movimento de Cultura Popular – MCP e a Campanha Pé no Chão Também se Aprende a Ler – CPCTAL[...]

Dentre os movimentos e campanhas desde período haviam os que almejavam de fato uma educação de qualidade para os jovens e adultos sociais mais carentes e outros que tinham interesses em apenas preparar mão de obra para mercado de trabalho. Diante desse contexto percebe-se que no decorrer da história que os movimentos e campanhas que tiveram maior legado na Educação de Jovens e Adultos foram aqueles que brotaram de base popular, que criaram uma identidade coletiva em busca de promover transformações sociais e educacionais, a favor da classe social menos favorecida. Jardimino e Araújo (2014. p.51) afirmam:

Os movimentos sociais inspirados no pensamento pedagógico de Paulo Freire e iniciados nos de 1960 no Brasil tiveram em suas muitas iniciativas a educação popular e a luta pelo direito à educação como bandeiras. Liderados por intelectuais, artistas e estudantes universitários, esses movimentos buscavam apoio do governo federal na busca da alfabetização para todos, mas desejando igualmente uma mudança na estrutura econômica e social do País.

Com as articulações dos movimentos sociais em vários lugares do país, as classes populares foram ganhando forças e obtiveram maior apoio da comunidade em geral, que provocou certo desconforto no governo que passou a perseguir e fazer restrições aos movimentos sociais lutavam por melhores condições de vida, pela qualidade na educação, assim como pelo direito ao exercício da cidadania. Neste contexto sociopolítico predominava o regime militar que combatia tudo e a todos que fossem contrários as ideias do governo, visto que faziam uso coerção para manter a ordem no país. E a partir dessa repressão, da falta de liberdade para exigir os direitos civis, da educação opressora surge no âmbito educacional as ideias da Escola Nova e da Pedagogia de Paulo Freire que provocaram fortes reflexão no modo de educar as pessoas e principalmente na Educação de Jovens e Adultos.

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos ganhou mais destaque no Brasil a partir das lutas de classes pela redemocratização do país e pela educação popular. Segundo Soares (2011, p.86) as pesquisas apontam a importância da mobilização da sociedade civil e das iniciativas de poder local na busca de se escrever uma história da EJA.

Diante do exposto, a Educação de Jovens e Adultos foi influenciada pelo movimento de luta política pela igualdade e liberdade, acesso à educação que são princípios da democracia. Além disso, as ideias de Paulo Freire tiveram forte influência também no processo de idealização de uma concepção de um projeto de educação para os jovens e adultos, visto que este vislumbrava uma educação para os alunos de forma consciente e emancipadora para além dos muros da escola. De acordo Maciel (2011, p.337) a pedagogia freireana é síntese da teorização implícita na prática de Educação Popular. Ela traz a consideração do conhecimento como possibilidade de superação de relações verticais contraditórias e de modelos mecanicistas de análise da realidade social e implantação de novas propostas que indiquem esperança e a necessidade de mudança.

Paulo Freire defendia a ideia que a pessoas não deveriam ser discriminadas pelo fato de serem analfabetas e chamava a atenção para os problemas sociais existentes. Para ele o ato educativo deveria ser contextualizado as necessidades da sociedade.

As ideias de Freire influenciaram várias campanhas e movimentos sociais defendidos pela igreja e diferentes ONGS que se espalharam por vários estados do Brasil.

Em 1960 foi criado o Movimento de cultura Popular de Recife inspirado nas ideias de intelectuais de outros países principalmente da França. Este movimento foi apoiado por empresários e por outros setores da sociedade, assim como recebeu o apoio do Paulo Freire. Conforme Jardimino e Araújo (2014. p.54):

[...] Movimento de Cultura Popular (MCP) surge como um dos instrumentos de lutas das camadas populares. Suas ações nos meios populares, proporcionando o acesso à expressão artística, procuravam igualmente promover a conscientização política dessa comunidade, pela renovação do pensamento educacional, oportunizada em trabalhos de alfabetização e de educação de base.

O referido Movimento acabou em 1964, com o golpe militar, haja vista que o mesmo era uma ameaça para o governo, pelo fato de buscar a emancipação das classes populares.

Neste período também foi criado pela igreja católica em 1961 o Movimento de Educação de Base (MEB) que estava vinculado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, onde se trabalhava a educação popular nas regiões: norte, nordeste e centro-oeste através de programas transmitidos por rádio.

Após o golpe militar em 1964, o governo criou o programa de alfabetização denominado de Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) que tinha o objetivo de ensinar as pessoas a lerem, escreverem e adquirir alguns conhecimentos matemáticos, bem como proporcionar as pessoas a inserção na comunidade e melhorar suas condições de vida. Este programa tinha uma metodologia e materiais didáticos próprios que foram elaborados pensando-se na continuidade dos estudos das pessoas alfabetizadas. Com a crise econômica em 1980, o programa perdeu certo apoio financeiro e passou a ter problemas na sua execução e foi extinto em 1985.

Em 1989, durante Paulo Freire assumir a função de secretário de educação em São Paulo criou-se o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) que se propunha desenvolver uma proposta de educação freiriana baseada nos princípios de libertação e superação social. Segundo Jardimino e Araújo (2014, p. 68):

[...] as ações desenvolvidas pelo movimento buscam consolidar num ambiente democrático, de gestão participativa e cidadã, favorecendo a autonomia de todos que atuam nesse movimento, como alunos, docentes ou supervisores.”

O MOVA obteve muito êxito em São Paulo, e em decorrência do sucesso do mesmo ganhou novas parcerias e tornou-se em 2003 a Rede Mova-Brasil que se expandiu por vários lugares do país com projetos educacionais diferentes, mas sem perder de vista a concepção de educação libertadora de Paulo Freire, além de que possibilitou a muitas pessoas o acesso à educação.

Ainda em 1989, surgiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) que estava vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e era específico para região do campo, isto é, tinha o objetivo de atender às populações situadas nas áreas de assentamento. Haddad e Di Pierro (2000.p.124) afirmam que:

PRONERA guarda a singularidade de ser um programa do governo federal gestado fora da arena governamental: uma articulação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi capaz de introduzir uma proposta de política pública de educação de jovens e adultos no meio rural no âmbito das ações governamentais da reforma agrária.

O MEC em 1996 implementou o Programa de Alfabetização Solidária (PAS) que estava vinculado ao governo federal com objetivo de combater a pobreza e reduzir os altos índices de jovens analfabetos nos lugares mais distantes do Brasil. O trabalho do referido programa acontecia através de parcerias, de voluntários, estudantes das universidades que tinham como meta alfabetizar os jovens, no entanto, os resultados apresentados não foram muito significativos que provocassem mudança no cenário educacional. Pois para Stephanou e Bastos (2005 p.272) o Programa de Alfabetização Solitária contribuiu para reforçar a imagem que se faz de quem não ler e escrever como uma pessoa incapaz, passível de adoção, de ajuda, de uma ação assistencialista.

Ainda na década de 90, especificamente a partir 1995 a Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho (SEFOR/MTb) elaborou o Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR) que visava a qualificação profissional das pessoas que estavam atuando no mercado de trabalho, mas segundo Haddad e Di Pierro (2000. p.125):

Entre 1996 e 1998, quase 60% dos cinco milhões de trabalhadores atendidos pelo PLANFOR receberam cursos em habilidades básicas, mas o baixo nível de escolaridade dos cursistas continuou a ser apontado como obstáculo à eficácia do Programa.

Percebe-se que a falta de escolaridade e do domínio das competências básicas emperraram ao longo da história a vida profissional do trabalhador limitando-os a ascender socialmente, assim como buscar novas oportunidades no campo de trabalho.

Em 2003 surgiu Programa Brasil Alfabetizado (PBA) criado pelo MEC com o propósito de alfabetizar a população a partir de 15 anos. O programa ficou disponível para todo o País de forma descentralizada até em 2016. O PBA não tem demonstrado resultados muitos positivos ao longo desses últimos anos. Pois existem críticas que justificam a baixa procura pelo programa. Alguns alegam o baixo incentivo financeiro destinados aos professores do programa que recebem apenas uma bolsa que varia de quatrocentos reais a setecentos e cinquenta reais para alfabetizar os alunos em 10 horas de aulas por semanas, no prazo de 8 meses e, com isso alguns ficaram desestimulados e acabaram abandonando as turmas. Percebe-se também que o Programa recebe pouco incentivo das Secretarias Municipais de Educação, bem como observa-se o alto índice de evasão dos alunos provocados por diferentes motivos. O programa ainda acontece nos municípios que tem interesse e que fazem adesão junto ao MEC.

O outro Programa destinado a EJA foi Projovem Urbano que foi criado no governo do presidente Lula que tinha como objetivo levar a escolaridade para os jovens na faixa etária entre 18 e 29 anos, que tinham domínio da leitura e escrita e que não haviam concluído o ensino fundamental. O respectivo programa tinha a proposta de trabalhar com a inclusão dos jovens e adultos, com a qualificação profissional e com a continuidade dos estudos.

O Projovem Urbano era um programa desenvolvido em parceria com os governos Federal, Municipal e Estadual. Segundo o MEC (2007) o curso do Projovem tinha a duração de 18 meses com formação no Ensino fundamental, com cursos de

iniciação profissional, aulas de informática e auxílio de R\$ 100,00 por mês. O Projovem possuía uma organização curricular disposta em seis eixos, onde os conteúdos do Ensino Fundamental eram trabalhados de acordo com os eixos das suas diretrizes curriculares.

Não dispõe-se de dados mensuráveis para avaliar os resultados do programa até o momento, no entanto, este possibilitou aos jovens a terem oportunidade de retomarem seus estudos e de se qualificarem para o mercado de trabalho, considerando-se no processo educacional as experiências do cotidiano dos estudantes. No entanto, percebeu-se que o problema da evasão dos alunos interferiu negativamente nos resultados do Programa.

Paralelo a esse Programa surgiu também em 2005 “o Projovem campo- Saberes da Terra” destinados aos jovens e adultos de 18 a 29 anos que residiam no campo, possuindo características didáticas e curriculares próprias para atender a esta população, considerando-se a pluralidade de gênero, a questão étnico-racial, cultural e outros aspectos do contexto do campo. De acordo Fernandes e Bastiani (2013. p.6):

O Programa tem como proposição diversas realidades campesinas, atendendo: comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas, assentamentos e de pequenos agricultores. A partir da oferta do Curso de Nível Fundamental Integrado à Qualificação Social e Profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade espera-se que os jovens agricultores/as tenham maiores expectativas quanto a sua formação intelectual, social e cultural, assim como, sua subsistência a partir da formação e qualificação profissional, promovendo emprego e geração de renda para sua localidade.

O Programa foi desenvolvido em vários municípios do Brasil e continua naqueles que demonstram interesse em ofertar uma proposta de educação integrada ao ensino profissionalizante com um currículo específico para região rural.

Com a atual crise econômica do país muitos Programas Educacionais estão deixando de existir ou estão recebendo poucos recursos financeiros que inviabiliza sua execução na íntegra. Diante desse contexto os programas destinados à Educação de Jovens e adultos vem nos últimos anos perdendo-se no esquecimento em decorrência dos baixos investimentos e de uma política pública mais sólida para essa modalidade de ensino.

Atualmente foi elaborado o Plano Nacional de Educação (PNE) que determina as diretrizes, as metas e estratégias para a política educacional do brasileira para o período de dez anos (2014-2024). No PNE consta de três metas que contemplam a Educação de Jovens e adultos, mas que precisam serem concretizadas na sua totalidade para melhorar os índices de aproveitamento na EJA.

De acordo do MEC a partir de 2002 a realização de exames supletivos foi substituído pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA). O Decreto Presidencial nº 4.834/2003 (Criou o Programa Brasil Alfabetizado e instituiu a Comissão Nacional de Alfabetização para tratar exclusivamente da alfabetização de jovens e adultos). A Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA) teve seu âmbito e composição ampliados pelo Decreto nº 5.475, de junho 2004, reafirmados pelo Decreto nº 6.093, de abril de 2007. Sua composição recente foi estabelecida pela Portaria nº 1.285, de dezembro de 2013.

Ressalta-se que a partir de 2017 o governo federal decidiu adotar o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) para certificação do Ensino Médio, haja vista que o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) tornou a porta de entrada somente para o ingresso ao Ensino superior.

Dessa forma o ENCCEJA Nacional passou a ser realizado anualmente com o objetivo de fazer a certificação do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O referido exame atende pessoas privadas de liberdade ou que cumprem medidas socioeducativas, além das pessoas que moram no exterior. As pessoas que moram fora do país, podem fazê-lo apenas para o Ensino Médio através do consulado.

O ENCCEJA é um exame gratuito com a finalidade de conceder certificados de conclusão do Ensino Fundamental (a partir de 15anos) e Ensino Médio (a partir de 18 anos) para as pessoas que não tiveram a oportunidade de estudar na idade apropriada. Este exame é composto de quatro provas com trinta questões cada uma, sendo atribuído o valor de 4 pontos para cada questão, além da redação. Esses critérios são válidos tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio sendo que as respectivas provas são elaboradas de acordo com a Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica onde as disciplinas estão organizadas por áreas do conhecimento.

No Ensino Fundamental as áreas do conhecimento organizam-se da seguinte forma: 1) Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes e Educação Física; 2) Matemática; 3) História e Geografia; 4) Ciências; Redação. O Ensino Médio apresenta a seguinte estrutura: 1) Linguagens, Códigos e suas tecnologias; 2) Matemática e suas Tecnologias; 3) Ciências Humanas e suas tecnologias; 4) Ciências da Natureza e suas tecnologias; Redação. Os participantes para serem aprovados nesse exame terão que obter no mínimo 100 pontos em cada área do conhecimento e no mínimo 5 pontos na redação.

O ENCCEJA Nacional e do exterior podem ser feitos mais de uma vez caso o candidato não consiga obter a pontuação mínima exigida em todas as áreas do conhecimento. Este tem a opção de pedir a Declaração de Proficiência junto às Secretarias de educação, para quem está no Brasil ou para os órgãos responsáveis no exterior para que o documento seja emitido. Desta forma, a disciplina que não conseguiu atingir a pontuação mínima poderá ser feita novamente no próximo exame até obter a certificação no nível ensino desejado.

É importante destacar que o ENCCEJA ganhou maior divulgação a partir de 2017 que houve uma campanha nos meios de comunicação explicando sua finalidade e critérios para participar. Dessa forma, as pessoas passaram a ter maior interesse em inscrever-se para submeter-se ao exame, haja vista que oportuniza aos jovens e adultos obter a certificação no Ensino Fundamental ou Médio.

Observa-se que no decorrer da história que as massas populares sempre idealizaram uma educação igualitária e com qualidade que promovesse mudanças significativas no contexto social, visto que o modelo educacional proposto pelo governo sempre apresentou lacunas e distinções entre as classes sociais, além de que nunca atendeu as reais necessidades da população.

Neste sentido, é preciso rever as políticas públicas implementadas para os níveis e modalidades de ensino, especialmente para os jovens e adultos que necessitam de propostas educacionais mais inovadoras que se ajustem aos novos valores da e sociedade e as exigências do mercado de trabalho para que seus direitos não sejam mais violados.

## **2.2 A Legislação Educacional e a Educação de Jovens e Adultos**

A elaboração das leis da Educação de Jovens e Adultos ocorreu através de um longo e lento processo de conquista. A Educação de Jovens e Adultos nunca foi prioridade do governo e sempre foi deixada a segundo plano, pois cada legislação que brotou no decorrer de cada etapa da história foram marcadas por intensas lutas dos movimentos sociais.

A classe social dominante sempre tentou impor um modelo de educação que favorecesse seus interesses, esta suprimia os direitos a educação de qualidade para as classes populares para beneficiar a si própria. Por isso, não era interesse dos governantes legislar a favor dos anseios do povo, em função disso, levou muitos anos para ser elaborada uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional do Brasil foi a (LDB de nº 4.024/61) que colaborou para estruturar o sistema nacional de educação e deu destaque para educação pré-primária, ensino primário, ensino médio e ensino superior.

Evidencia-se que a referida lei privilegiava o ensino particular e não dava a devida importância para educação básica gratuita, assim como não deu nenhuma relevância para a Educação de Jovens e Adultos. Ela levou cerca de 13 anos para ser homologada e quando foi aprovada já se encontrava de certa forma ultrapassada e atendia basicamente aos interesses da elite dominante. Na visão de Ghiraldelli Jr. (2001, p. 90) a Lei que ficou treze anos no Congresso, e que inicialmente destinava-se a um país pouco urbanizado, acabou sendo aprovada para um Brasil industrializado e com necessidades educacionais que o Parlamento não soube perceber. Portanto, a referida Lei não atendeu aos anseios da sociedade da época e posteriormente foi modificada por emendas e artigos, sendo reformada pela Lei 5.540/68 que fez reformas no ensino superior.

Na segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 5.692/71) predominou a supressão a liberdade, o autoritarismo e o tecnicismo embalados pelo regime da ditadura militar. A LDB nº 5.692/71 foi promulgada em 11 de agosto de 1971 que fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus e que apresentou pela primeira vez em seu IV capítulo, quatro artigos destinados à Educação de Jovens e

Adultos. Dentre os quais destacam-se o artigo 24 com suas respectivas alíneas, constituído de um parágrafo único e o artigo 25:

Art. 24. O ensino supletivo terá por finalidade:

- a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

*Parágrafo único.* O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

Art. 25. O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional definida em lei específica até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos. (MEC, 1971)

Embora a LDB 5.692/71 tenha garantido o direito ao ensino supletivo aos jovens e adultos esta demonstrou-se excludente ao restringir a oferta do ensino público e gratuito somente para a faixa etária dos 7 aos 14 anos. Além disso, a educação que era destinada as pessoas com atraso escolar deveria ter aspecto profissionalizante uma vez que se pretendia formar mão de obra qualificada para atender o mercado de trabalho.

Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p.16) apesar de a Lei 5.692/71 ter um capítulo específico para EJA, os fundamentos e características do Ensino Supletivo foi regulamentado no Parecer do Conselho Federal de Educação nº 699/72 do relator Valnir Chagas e no documento denominado de “Política para o Ensino Supletivo”, produzido por um grupo de trabalho e entregue ao ministro da educação em 1972. O Parecer nº 699/72 propunha um novo modelo de escola e ampliação da oferta de formação profissional a curto prazo para atender a demanda do mercado trabalhista. Na percepção ainda de Haddad e Di Pierro (2000, p.117), o Ensino Supletivo tinha que cumprir com suas quatro funções:

[...] o Ensino Supletivo foi organizado em quatro funções: Suplência, Suprimento, Aprendizagem e qualificação. A Suplência tinha como objetivo: “suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria” através de cursos e exames (...). O Suprimento tinha por finalidade “proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte” (...). A Aprendizagem correspondia à formação metódica no

trabalho, e ficou a cargo basicamente do SENAI e do SENAC. Qualificação foi a função encarregada da profissionalização que, sem ocupar-se com a educação geral, atenderia ao objetivo prioritário de formação de recursos humanos para o trabalho.

O Parecer 699/72 foi elaborado para detalhar o capítulo IV da LDB 5.692/71 esclarecendo e pontuado outros aspectos legais referentes ao Ensino Supletivo deixando claro que os cursos e exames deveriam ser desenvolvidos a partir de uma educação profissionalizante diferenciando-se do ensino regular.

O Ministério da Educação (MEC) propôs em 1974 a implantação de Centros de Estudos Supletivos que segundo Oliveira (2007 p.5) foi a solução mais viável para essa modalidade de ensino, atendendo ao tríplice objetivo de tempo (rapidez de instalação); custo (aproveitamento de espaços ociosos) e efetividade (emprego de metodologias adequadas).

O ensino supletivo foi apresentado na década de 70 com uma visão futurista de uma escola moderna com metodologias tecnicistas com objetivo de qualificar, profissionalizar e certificar as pessoas que não tinha escolaridade em um curto espaço de tempo. Pois segundo Jardimino e Araújo (2014.p.118):

A Lei estabelecia que o Ensino Supletivo abrangesse o ensino da leitura, escrita, rudimentos da matemática, além da formação profissional e ensino regular das disciplinas, conforme as necessidades da comunidade a ser atendida, com estrutura e regime escolar diferenciados, (...) os cursos supletivos poderiam ser ministrados utilizando os recursos da televisão, do rádio e das correspondências ou outro veículo de comunicação que permitisse alcançar aqueles que necessitavam ou desejavam ser escolarizados.

De certa forma, a segunda LDB nº 5.692/71 não provocou uma ruptura geral com o modelo educacional proposto pela LDB nº 4.024/61, visto que alguns dos seus objetivos gerais permaneceram principalmente os relacionados com qualificação do trabalho e do preparo para o exercício da cidadania.

A Educação de Jovens e Adultos ganhou mais destaque a partir da Constituição Federal de 1988 que garantiu o direito público subjetivo de educação especificamente a gratuidade ao Ensino Fundamental a todos os cidadãos independente de sua idade. Sendo que Posteriormente a Emenda Constitucional Nº 59/2009 determinou a ampliação da obrigatoriedade do ensino a todas as etapas da educação básica até o Ensino Médio.

No início da década de 90 predominavam as ideias neoliberais que influenciaram o governo a criar programas educacionais e fazer reformas nos sistemas públicos de ensino, no entanto, foi dada pouca relevância a Educação de Jovens e Adultos neste período. Segundo Jardimino e Araújo (2014, p.119) por pressões internacionais e por obrigação constitucional foi elaborado o Plano Decenal (1993-2003) que apresentou como meta a escolarização de mais de 8 milhões de jovens e adultos. Porém, o referido Plano Decenal não foi desenvolvido com êxito, pois em função dos cortes de recursos, as ações não foram executadas devidamente que corroborou para não haver mudanças significativas no contexto educacional da época.

Após 25 anos da segunda LDB foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, a terceira e atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 que substituiu a anterior apresentando uma nova proposta de legislação educacional de forma ampliada, sendo mais coerente com a realidade do país estabelecendo também novas diretrizes para a EJA.

A atual LDB 9394/96 deu certa relevância para Educação de Jovens e Adultos no capítulo II (Da Educação Básica), Seção V (Da Educação de Jovens e Adultos) nos artigos 37 (foi alterado) composto de três parágrafos e o artigo 30 composto de dois parágrafos e dois incisos: E conforme Brandão (2015) apresenta-se da seguinte forma:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018)

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (2010. p.102)

A nova Lei, embora que restrita permitiu a Educação de Jovens e Adultos a ter uma identidade própria para atender aos processos educacionais dos alunos fora da idade regular respeitando as diferenças, especificidades e as necessidades profissionais, mas apesar destas garantias ainda não satisfaz a sociedade pelo fato de não corresponder aos ideais planejados, isto é, as reivindicações que foram feitas pela base popular para constar na atual LDB. Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p.121-122):

A nova LDB 9.394, aprovada pelo Congresso em fins de 1996, foi relatada pelo senador Darcy Ribeiro e não tomou por base o projeto que fora objeto de negociações ao longo dos oito anos de tramitação da matéria e, portanto, desprezou parcela dos acordos e consensos estabelecidos anteriormente. A seção dedicada à educação básica de jovens e adultos resultou curta e pouco inovadora: seus dois artigos reafirmam o direito dos jovens e adultos trabalhadores ao ensino básico adequado às suas condições peculiares de estudo, e o dever do poder público em oferecê-lo gratuitamente na forma de cursos e exames supletivos.

Dentre os aspectos relevantes da atual LDB 9394/96 é que o ensino da Educação de Jovens e Adultos deixou de chamado de supletivo e tornou-se uma modalidade da Educação Básica. Esta modalidade de ensino configurou-se em atender os jovens e adultos no Ensino Fundamental a partir de 15 anos e no Ensino Médio a partir dos 18 anos podendo o aluno estudar através do ensino regular ou distância. Dependendo do tipo de ensino escolhido para cursar a EJA a metodologia de ensino e tempo de conclusão dos estudos se apresentam de forma diferenciada.

Desta forma, a respectiva legislação educacional reconheceu a importância de dar acesso à educação aos alunos que por vários motivos não puderam cursar o ensino regular na idade apropriada, além de que apresentou uma perspectiva de educação profissionalizante, pois para Brandão (2010.p.104):

A Educação de Jovens e Adultos não se limita à escolarização básica, restrita apenas aos níveis do ensino fundamental e do ensino médio, mas que também, na medida do possível, se articule com o profissional, criando assim, maiores possibilidades de inserção no mundo produtivo ou maiores possibilidade de ascensão profissional, pela via de uma maior qualificação, para os jovens e/ou adultos cuja escolaridade básica foi adquirida, no contexto de suas vidas, mais tardiamente.

É evidente que a Educação de Jovens e Adultos precisa apresentar um diferencial, visto que a forma de ensino que era destinado a esse modalidade não atendia as expectativas do alunado e nem da sociedade capitalista globalizada, por isso, faz-se necessário ofertar um ensino de qualidade articulado com a educação profissional e com outras vertentes do interesse dos jovens e adultos para se construir novas perspectivas de educação e de superação das desigualdades sociais.

Após a aprovação da LDB 9394/96, foi publicado o Parecer nº 5 de 7 de maio de 1997 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a da Câmara de Educação Básica (CEB) fez algumas alterações nos dispositivos da LDB que versa sobre Educação de Jovens e Adultos. O referido Parecer modificou a nomenclatura da LDB 5.692/71 que chamava de "ensino supletivo" para "educação de jovens e adultos", determinou a faixa etária de atendimento no Ensino Fundamental a partir de 15 e no Ensino Médio a partir de 18 anos, haja vista que anteriormente era fixados em 18 e 21 anos. Reforçou também a oferta do ensino público e gratuito para os alunos da EJA no Ensino Fundamental, estabeleceu as normas para a certificação, assim como favoreceu cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos.

O Conselho Nacional de Educação e a Câmara de Educação Básica também fez o Parecer de nº 11 de 10 de maio de 2000 que dispunha sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos teve como relator o conselheiro Dr. Jamil Cury que de acordo com o Parecer nº 5 de 7 de maio de 1997 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a da Câmara de Educação Básica (CEB) consolidou a política do direito à educação para todos os jovens e adultos que não tiveram escolarização na idade certa. O Parecer estabeleceu que os sistemas de ensino estaduais e municipais teriam autonomia para normatizar os cursos de EJA, inseridos na condição de educação básica regular. Além disso, Jardimino e Araújo (2014 p. 124) afirmam:

Para tanto, o Parecer indicou a importância de que se considere um processo de reorientação curricular nas turmas da EJA, a ser definido no âmbito de cada secretaria de educação, seja ela

estadual, seja municipal. Além disso, o documento define que tanto os sistemas de ensino, instituições e escolas que atendem EJA devem ser observadas as funções reparadoras, equalizadoras e qualificadora dessa modalidade de ensino na discussão das propostas curriculares.

A Resolução CNE/CEB N° 1, de 5 de Julho de 2000, estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, orientando para novo modelo pedagógico considerando novos componentes curriculares respeitando-se as diferenças, assegurando a equidade e outras peculiaridades próprias da educação de Jovens e Adultos.

Paralelo a essas mudanças no contexto educacional surgiu o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) por meio da Lei 10.172/2001 com prazo de vigência de dez anos (2001 a 2010) que estabeleceu objetivo e metas para os níveis e modalidades de ensino. A ideia de criar um Plano Nacional para educação surgiu a partir das contribuições do Movimento dos Pioneiros da Educação Nova e do Manifesto dos Pioneiros em 1932 que defendiam a formulação de uma política educacional que deveria homogeneizar a cultura a nível nacional.

O Plano Nacional de Educação também foi elaborado para atender a Constituição de 1988 que prevê o estabelecimento do PNE por lei, no seu artigo 214, através da Emenda Constitucional 59/2009. E também para cumprir com o parágrafo 1º, do artigo 87 da LDB 9394/96 que determina que a União deve elaborar o PNE com suas diretrizes e metas em consonância com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. O respectivo documento tinha vinte e seis metas, dentre elas haviam os objetivos destinados à Educação de Jovens e adultos. Na visão de Di Pierro (2010. p. 994):

O capítulo sobre EJA enunciou 26 metas, dentre as quais se destacavam cinco objetivos: 1) alfabetizar, em cinco anos, dez milhões de pessoas, de modo a erradicar o analfabetismo em uma década; 2) assegurar, em cinco anos, a oferta do primeiro ciclo do ensino fundamental a metade da população jovem e adulta que não tenha atingido esse nível de escolaridade; 3) oferecer, até o final da década, cursos do segundo ciclo do ensino fundamental para toda a população de 15 anos ou mais que concluiu as séries iniciais; 4) dobrar, em cinco anos, e quadruplicar, em dez anos, a capacidade de atendimento nos cursos de EJA de nível médio; 5) implantar ensino básico e profissionalizante em todas as unidades prisionais e estabelecimentos que atendem a adolescentes infratores.

Dentre os outros aspectos deste Plano Nacional de Educação conforme Jardimino e Araújo (2014, p.123) “foi que ele fez referência a expansão de Programas de educação a distância e de projetos permanentes em empresas públicas e privadas para a escolarização dos jovens e adultos.”

Analisando-se de modo geral o PNE (2001 a 2010) observou-se que as metas traçadas para a EJA era para tentar superar os grandes desafios dessa modalidade de ensino que são: o problema do analfabetismo, a preparação os jovens e adultos para o mercado de trabalho e elaboração de uma política de educacional consistente. Apesar de ter apresentado algumas ideias inovadoras e ter elaborado metas para Educação de Jovens e Adultos, grande parte dessas metas não foram executadas em decorrência de diversos fatos que emperraram o cumprimento das mesmas na íntegra.

Dentre os problemas que contribuíram para o não cumprimento das metas destaca-se o pouco repasse de recursos para EJA, pois a Lei 9.424 de 24 de dezembro de 1996, que disponibilizou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério não contemplou a EJA com o repasse de recursos que dificultou o cumprimento da meta que se referia a universalização do Ensino Fundamental para os jovens e adultos.

É importante ressaltar que em 24 de dezembro de 1996 foi regulamentado através Lei 9.424 o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996, pelo Decreto nº 2.264, de junho de 1997. O FUNDEF tinha objetivo de distribuir recursos públicos estaduais e municipais para as crianças e adolescentes do Ensino Fundamental, em contrapartida a Educação Infantil, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos não foram beneficiados.

Em 20 de junho de 2007 foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) através da Lei de nº 11.494. A referida Lei revoga o seguintes dispositivos: Lei 9.424/96 (FUNDEF); Lei 10.880/14 que instituiu o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, além do repasse de recursos financeiros ao Programa Brasil Alfabetizado; Lei 10.845/14 que criou o Programa de Complementação ao

Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, principal objetivo promover a redistribuição dos recursos vinculados à educação.

O FUNDEB tem o prazo para vigorar até 2020 e propõe uma distribuição dos recursos com base nos critérios do número de matrícula da educação, baseado no censo escolar do ano anterior. Este fundo tem o objetivo de financiar toda a educação básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos e outras modalidades de ensino. O FUNDEB também tem a pretensão de fazer a inclusão progressiva de todas as crianças na creche e pré-escola, assim como de oportunizar todos os jovens e adultos a concluírem o ensino médio.

Outro problema que acarretou com a não alcance das metas previstas para EJA foi falta de um monitoramento eficaz do plano por parte do governo, para fazer as devidas intervenções em tempo hábil, assim como vontade política para alavancar a EJA e executar as metas previstas no PNE. Dessa forma, muitos objetivos e metas planejados não foram alcançados e perderam-se no tempo e no discurso vazio dos responsáveis pela sua execução. Segundo Dourado (2010 p.689) a não concretização de algumas metas previstas no PNE 2001-2010, com prazos expirados, e a não articulação entre os entes federados fazem-nos acreditar que o PNE não se converteu, efetivamente, em uma política de Estado, no sentido lato, mas constituiu-se em instrumento de luta em prol da construção das políticas.

O segundo PNE levou três anos tramitando na Câmara dos deputados como Projeto de Lei nº 8.035/2010 até ser sancionado pela presidente Dilma Rousseff em 25 de junho de 2014 através da Lei nº 13.005/2014 Rousseff, em 25 de junho de 2014, a Lei nº 13.005/2014 através de um amplo debate e com participação social.

O Novo Plano Nacional de Educação tem o decênio de 2014 a 2020, composto de vinte metas e de 254 estratégias. De certo modo há três metas específicas para Educação de Jovens e Adultos que são apresentadas na cartilha do MEC “Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação”:

**Meta 8:** elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**Meta 9:** elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

**Meta 10:** oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional (MEC, 2014. p.10-11)

Analisando as metas propostas para Educação de Jovens e Adultos considera-se que são bastante ousadas, pois o governo terá que disponibilizar mais recursos financeiros e ofertar um número maior de vagas para atender essa clientela. Além de que terá que amenizar o problema do analfabetismo no país, pois de acordo com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Brasil está no ranking dos países com o número elevado de pessoas analfabetas e ocupa o oitavo lugar da América Latina. Como afirma Cara (2014. p.1) cita que segundo dados do coordenador do Programa de Educação de Jovens e Adultos da ONG Ação Educativa, Roberto Catelli Jr, há 87 milhões de jovens e adultos brasileiros que não completaram seus estudos.

Trazendo a questão dos Planos e das Leis relacionada a Educação para a nossa realidade do Estado Pará, em 23 de junho de 2015 a Lei Nº 8.186 através da Assembleia Legislativa do Estado do Pará aprovou o Plano Estadual de Educação (PEE) para o prazo de dez anos.

No Estado do Pará as taxas de distorção idade-série são consideradas elevadas e de acordo com os dados da SEDUC, no Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano, o índice de distorção é cerca de 43,4%, no Ensino Médio é 52, 8%. Na legislação brasileira a criança deve ingressar no 1º ano do Ensino Fundamental com 6 anos e conclui-lo o 9º ano com 14 anos de idade. No ensino Médio o aluno ingressa com 15 anos e conclui com 17 anos.

Observa-se através dos dados que há um número significativo de alunos para serem atendidos na Educação de Jovens e Adultos, assim como necessita de leis e políticas públicas que garantam educação de qualidade e um atendimento digno em qualquer instituição de ensino. Portanto, o problema da distorção idade-série e da média de escolarização em nosso Estado é muito sério, visto que é inferior à média

nacional. De acordo com o Plano Estadual de Educação do Pará, o Estado terá que avançar 3,2% para melhorar a escolaridade da população.

Diante do exposto, é um grande desafio cumprir com as metas estabelecidas no atual PNE e PEE, haja vista que será necessário se despir de preconceitos e acreditar que os jovens e adultos do século XXI são tão capazes quanto uma criança e um adolescente e que podem alçar longos voos no campo educacional, necessitando-se criar um ensino emancipador que ultrapasse a simples preocupação oferecer a escolaridade de forma crua e mecânica, mas garantir a essa clientela as mesmas oportunidades que são dadas as pessoas que cursam o ensino regular.

### **2.3 A Educação a Distância e a Educação de Jovens e Adultos**

No atual contexto socioeconômico as pessoas precisam trabalhar para suprirem suas necessidades básicas, assim como no seu cotidiano necessitam desenvolverem outras atividades que demandam maior disponibilidade de tempo. Em decorrência desses fatores elas optam em estudarem em instituições que trabalham com Educação a Distância, pela comodidade, pela flexibilidade do tempo e por outros motivos pessoais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 no artigo 80, parágrafo 1º ao 4º, incisos I ao III determina as responsabilidades da União e das instituições de ensino no que concerne à Educação a Distância:

**Art. 80.** O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1o A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2o A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3o As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4o A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I – custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II – concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III – reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (Brandão, 2010 p.168)

A legislação educacional estabelece as bases de como deve ser o andamento da Educação a Distância cabendo ao governo a responsabilidade de difundir o ensino a distância e regulamentar os exames e certificação enquanto compete aos sistemas e estabelecimentos de ensino produzir, organizar e elaborar metodologias para ofertar a EAD.

Em 19 de dezembro de 2005 foi publicado o Decreto nº 5.622 que regulamentou o artigo 80 da LDB 9394/96 que trata da Educação a Distância definindo-a como uma modalidade de ensino estabelecendo diretrizes para sua implantação e execução.

Em síntese o Decreto nº 5.622 trouxe de certo modo mais rigor e seriedade nos critérios de obrigatoriedade para funcionamento da EAD, haja vista que detalha o modo de avaliação, os meios tecnológicos de ensino aprendizagem, o tempo de estudo, a certificação, a metodologia e outros critérios para cada tipo de nível e modalidade de ensino ministrado. Enfatizando-se que o artigo 2º garantiu a oferta da Educação a Distância em todos os níveis e modalidades de ensino, inclusive na Educação de Jovens e adultos.

Posteriormente o Decreto nº 5.622/2005 foi revogado e foi publicado o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 que também regulamentou o artigo 80 da LDB 9394/96 e que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional que entre outros pontos ampliou a oferta de cursos superiores de graduação e pós-graduação a distância mas restringiu a permissão para cursos a distância para educação básica, especificamente para o Ensino Fundamental que permitiu-se somente em situações especiais.

Quanto ao Ensino Médio e a Educação Profissional Técnica de nível médio, a EAD deverá adequar-se a nova proposta do Novo Ensino Médio com seus respectivos critérios de funcionamento que ainda está sendo elaborado pelo MEC.

A Educação a Distância (EAD) vem se configurando em uma modalidade que está oportunizando a muitos jovens e adultos cursarem o Ensino: Fundamental, Médio e Superior. De certa forma, ela minimiza o processo de exclusão social e aumenta o

acesso à educação, pois abre possibilidades para as pessoas que não dispõem de muito tempo voltar a estudar e ter novas perspectivas de vida. Na concepção de Moore e Kearsley (2013, p. 2):

Educação a distância é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do ensino, o que requer comunicação por meio de tecnologias e uma organização instrumental especial.

Nesse sentido, é importante salientar que a Educação a Distância apresenta novas práticas do fazer pedagógico de forma presencial ou não e com auxílio de recursos, principalmente dos meios tecnológicos que ajudam favorecem o processo de comunicação entre as pessoas e também de ambientes interativos. Além de que não se pode perder de vista que a EAD precisa ter uma proposta educacional que atenda às necessidades dos alunos e as suas especificidades através de uma educação de qualidade, bem como requer investimentos para garantir o acesso a tecnologias e recurso modernos.

Quando se trabalha com a educação de forma diferenciada da regular, especificamente a distância é necessário construir ferramentas que prime pela qualidade do ensino, bem como garanta ao aluno a segurança e credibilidade para estudar de forma presencial ou não presencial. De acordo Preti: (2005, p.19):

[...] quando trabalhamos com EAD confundimos a modalidade com metodologia, seu alcance com falta de qualidade e seus aspectos “democratizantes” com otimização da relação custo/benefício. Daí, cada vez mais ser necessário compreendermos os fundamentos dessa modalidade, suas especificidades, de maneira que possamos constituir práticas educativas e de gestão que tenham a finalidade de promover aprendizagem antes de intensificar usos de tecnologias [...]

É preciso compreender que a EAD oportuniza aos indivíduos a escolarizarem-se de forma mais, rápida, autônoma e flexível. Sendo imprescindível para este processo usar metodologias e recursos tecnológicos ajustáveis a realidade dos alunos afim de que proporcione a eles aprendizagens significativas.

Outro relevante é que nem sempre a Educação a Distância é desenvolvida somente por meio de equipamentos tecnológicos e internet. Ela pode acontecer por meios mais simples, pois o uso de tecnologia no processo educativo não garante por si só a qualidade do ensino. Entende-se que para garantir uma educação de qualidade é

necessário se ter docentes e alunos compromissados como processo educativo, assim como uma boa metodologia e recursos de ensino favoráveis ao desenvolvimento da aprendizagem.

O aluno de EAD não precisa ter presença diária na instituição de ensino, no entanto, requer auto disciplina e esforço para realizar as atividades de estudo, pois este deverá assimilar e produzir novos conhecimentos como um aluno do ensino regular. Outro aspecto relevante é que apesar de haver pouca interação com colegas de classe e com os professores não há impedimentos para haver a socialização e construção de novos saberes.

Observa-se que a Educação a Distância tem suas vantagens e desvantagens, pois apesar de apresentar um leque de possibilidades para as pessoas que desejam estudar, também desponta algumas preocupações na sua metodologia de ensino. Conforme Moran. (2007, p.168):

As possibilidades educacionais que se abrem são imensas. Os problemas também são gigantescos, porque não temos experiência consolidada de gerenciar pessoas individualmente em grupo, simultaneamente, a distância. As estruturas organizativas e os currículos terão de ser mais flexivos e criativos, o que não parece ser uma tarefa fácil de realizar.

No ensino a distância é indispensável pensar em uma proposta curricular consistente, bem como em recursos eficazes para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos, haja vista, que a figura do professor nem sempre se faz presente nesse processo. Para Moran (2002 p.1) a Educação a Distância é o processo educacional, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente.

Sendo assim, é necessário estabelecer processos de comunicação através do contato pessoal, por escrito ou através das redes sociais e de outras tecnologias que possibilitem a interação entre os pares independentemente da localização geográfica ou da forma como se apresenta o ensino, deve-se haver diálogo, organização, sistematização dos conhecimentos para haver de fato ocorrer a aprendizagem.

Na sociedade contemporânea é comum usar tecnologias de comunicação virtual que facilita a interação entre as pessoas que se encontram distantes, ou seja, permite as pessoas trocarem informações e conhecimentos rompendo as barreiras geográficas.

Dessa forma, mesmo que o aluno e o professor não estejam próximos fisicamente é possível fazer um intercâmbio de saberes entre os mesmos, esclarecimentos de dúvidas, orientações e construção de conhecimentos.

De acordo com a lei a EAD pode ser desenvolvida em qualquer nível ou modalidade de ensino, no entanto, é mais adequada para jovens e adultos, uma vez que estes já tem maior maturidade para consolidar o processo de aprendizagem sozinhos. Quanto ao seu formato a Educação a Distância pode acontecer de forma não presencial e semipresencial dependendo da metodologia e das normativas dos sistemas e estabelecimentos de ensino. Sendo assim, cada instituição redimensiona o modelo de EAD que deseja implementar, definindo o tempo e espaço, a prática docente, recursos, metodologia e outros respeitando-se as legislações existentes.

É importante ressaltar que apesar de a Educação a Distância ser menos burocrática não deixa de ter seu rigor, pois exige habilidade, autoconfiança e disposição para pesquisar e estudar sozinho e ter casualmente um professor ou tutor para dar orientação ou esclarecer dúvidas. Deve-se considerar que Ensino a Distância não pode ser desenvolvido apenas para sanar o problema da falta de escolaridade dos indivíduos e para obtenção de certificação, mas deve proporcionar aos alunos habilidades e competências necessárias ao seu desenvolvimento intelectual e profissional, assim como amplie sua visão de homem e de mundo. Conforme Soares (2011, p.156):

Essa modalidade de ensino se dá um cenário de desafios que pedem uma concepção de educação que extrapole a escolarização formal e exija novas fronteiras para a construção do conhecimento, através de uma educação permanente e voltada para a vida.

Destaca-se que é preciso compreender que a Educação a Distância já é uma realidade em muitos lugares do mundo e cada vez ela está se expandido e acompanhando o avanço tecnológico, todavia, faz-se necessário refletir sobre o conceito e formato de educação e tecnologia que se pretende adotar, visto que ela tem o desafio de superar os paradigmas tradicionais e propor novos paradigmas que satisfaçam aos desejos da sociedade moderna.

E mesmo com algumas restrições e desconfianças por parte das pessoas a Educação a Distância tem dado sua parcela de contribuição na formação dos indivíduos, bem como está contribuindo para inserção das pessoas no mercado de trabalho e no mundo globalizado. Acredita-se que EAD é capaz de formar bons alunos e bons

profissionais, pois nem sempre a presença física do indivíduo no ambiente escolar garante a sua eficiência, sendo que o diferencial é a maestria em saber resolver problemas, produzir conhecimentos e compartilhá-los.

Diante disso, considera-se que a Educação a Distância tem muita probabilidade de contribuir com a Educação de Jovens e Adultos, pois diminui os obstáculos para muitas pessoas concretizarem o desejo de escolariza-se, assim como pode colaborar para reduzir os altos índices de evasão da EJA que geralmente são decorrentes do fato de os alunos não poderem frequentarem as aulas diariamente. Ressaltando-se também que a Educação a Distância para os alunos de EJA permite que estes façam outras atividades paralelas ao seu estudo, e incentiva-os a terem contato com as novas tecnologias.

O Parecer CNE/CEB nº 11 de 10 de maio de 2000 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos garantiu aos alunos de EJA maior atualização dos seus conhecimentos e aquisição de novas habilidades, bem como trocas de experiências, para facilitar o acesso às novas possibilidades de trabalho e cultura tanto do mundo real quanto do virtual. O MEC considerou o parecer como o exercício da cidadania na sociedade contemporânea, que se impõe cada vez mais nestes novos tempos de grandes mudanças e inovações nos processos produtivos.

É notório que ao longo dos anos o governo tem proporcionado aos alunos da EJA projetos e programas que proporcionem novas experiências educativas garantindo maior acesso ao conhecimento sistematizado, as novas tecnologias, a formação profissional, mas é importante analisar as reais intenções das políticas públicas. Frente a isso, a EAD não pode ter apenas essência de preparar profissionais para atuarem no mercado de trabalho, mas ser uma ferramenta de crescimento intelectual e de cidadania.

Portanto, a Educação a Distância surgiu a partir das novas reformas educacionais que abriu o leque de possibilidades para se trabalhar na educação básica. Ela propõe novas ferramentas de ensino que se diferenciam das habituais, e com isso, causa desconfiças e também provoca certos desconfortos aos adeptos do ensino regular, uma vez que grande parte das pessoas não estão acostumadas a trabalhar ou estudar fora do ambiente escolar, em horários alternativos e com recursos diferentes. Percebe-se que a EAD vem ganhando espaço na sociedade, contudo, é preciso se desprender de preconceitos e dar credibilidade para essa modalidade de ensino, que dependendo da

forma como é conduzida poderá atingir a mesma escala de qualidade ou até melhor que a educação do ensino regular, visto que ela pode oferecer inúmeras possibilidades de aprendizagem.

## **2.4 O Papel do Professor da Educação de Jovens e Adultos no Ensino a Distância**

O avanço da ciência e da tecnologia mudaram o comportamento das pessoas, sinalizando para um novo perfil profissional que ajuste-se as necessidades da sociedade contemporânea exigindo dos sujeitos dinamismo, desenvoltura, competências e habilidades para planejar, criar, interagir com as pessoas e com as diferentes tecnologias do mundo moderno, inclusive com a web.

Diante desse novo protótipo profissional, o educador precisa conhecer os novos meios de comunicação, informação e interação que são proporcionados pelas ferramentas tecnológicas para acompanhar o ritmo e as exigências dos alunos.

Com o surgimento da internet e das redes sociais o processo de comunicação entre as pessoas aumentou, assim como as informações passaram a chegar praticamente de forma simultânea. Dessa forma, as pessoas passaram a ter contato com pessoas de qualquer lugar do mundo e a ter acesso a muitas informações que possibilitaram ampliar seus conhecimentos.

Desse modo, as escolas e outros ambientes educacionais tiveram que mudar as formas de ensinar e ajusta-se as novas exigências da sociedade permitindo-se utilizar outros recursos além do quadro e giz. Constata-se, então que as formas de ensinar estão ganhando novo formato a partir da evolução da tecnologia e das transformações sociais, por isso, o educador não pode parar no tempo e ficar limitado as práticas pedagógicas obsoletas.

Detecta-se que infelizmente os sistemas de ensino não consegue acompanhar a evolução da sociedade e dos novos paradigmas que surgem exigindo constante a atualização e formação dos indivíduos para inserir-se especialmente no mercado de trabalho. Frente a isso, é preciso que os estabelecimentos de ensino ajustem-se ao novos paradigmas educacionais e as novas exigências da sociedade.

Mediante a esse quadro da sociedade contemporânea as pessoas passaram a buscar diferentes modos e ferramentas para estudar para atender ao seu novo estilo de vida. Nesse sentido, a Educação a Distância vem ampliando-se e conquistando um maior número de alunos.

O ensino a distância difere-se um pouco do ensino regular, pelo fato de não exigir do aluno a presença diária e por não ter a presença constante do professor, além de que a metodologia de ensino pode apresenta-se de forma diferenciada do modo convencional, mas é válido lembrar que a figura do professor não é indispensável, assim como são necessários o uso de recursos pedagógicos no processo educativo dos alunos.

Apesar de os alunos terem acesso aos diversos conteúdos educativos através da internet para obterem informações e produzirem novos conhecimentos, o papel do professor continua sendo importante no processo ensino aprendizagem. Ele é o responsável por mediar as relações, estimular, estabelecer conexões e provocar os alunos a buscar e construir novos saberes.

Nesse sentido, a prática docente terá que se ajustar a essa nova maneira de ensinar, tendo em vista que o professor além de ter o domínio dos conteúdos da disciplina que ministra, terá também que aprender ter domínio dos meios tecnológicos para tê-lo como seu aliado no processo de ensino. O processo educativo a distância pode ocorrer em espaços diversos, fora do ambiente escolar com metodologias diferentes do ensino regular, no entanto, a função do professor é primordial para motivar os alunos a percorrem novos caminhos no decorrer do seu processo de estudos e ajudá-los a desenvolver a autodisciplina estimulando sua capacidade de assimilação e produção de conhecimentos, bem como para fomentar o senso crítico nos alunos, conduzindo-os a obterem aprendizagens mais significativas.

Na realidade da Educação de Jovens e Adultos faz-se necessário maior disposição por parte dos professores, pois trabalham muitas vezes com alunos que tem baixa estima e sentem-se marginalizados pelo seu atraso escolar. Todavia, constitui-se em grande desafio para o professor resgatar autoconfiança dos alunos e motivá-los a produzirem conhecimentos. Na visão de Capucho (2012 p.78)

O conhecimento do sujeito da EJA é condição fundamental para a docência nessa modalidade; porém a formação exige conhecimentos educacionais específicos sobre currículo, aprendizagem de jovens e adultos (as), metodologias, avaliação, entre outros pontos.

O professor no exercício de sua função precisa de formação para atuar com mais eficácia no seu ambiente de trabalho, mas para isso precisa haver o incentivo por dos governantes para elaborar políticas públicas de formações pedagógicas permanentes para subsidiar o trabalho docente e conseqüentemente melhorar a qualidade do ensino ministrado. Esse processo de formação deve ter uma continuidade, pois não pode acontecer esporadicamente, mas deve estar atrelada as necessidades da realidade do contexto educacional, pois acredita-se que neste processo é importante o professor saber conhecer e saber fazer.

Sabe-se que o conhecimento a todo momento se transforma e requer indivíduos aptos a confrontá-los e a produzirem novos conhecimentos, sendo necessário a formação continuada dos docentes de acordo com sua área de atuação para desenvolverem sua função com maior eficiência junto aos alunos.

A formação dos professores em nosso país ainda é muito falha, haja vista que as políticas educativas são excludentes por não dar o mesmo tratamento para todos os níveis e modalidades de ensino.

Partindo desse pressuposto é essencial que o professor que trabalha com as modalidades de Educação a distância e Educação de Jovens e Adultos tenham formação específica, bem como conhecimento de tecnologias que favoreçam aprendizagem dos alunos.

No mundo contemporâneo onde tecnologia digital desponta a cada momento e as informações se processam tão rapidamente que as verdades se tornam obsoletas num piscar de olhos, os educadores precisam estar aptos a acompanhar a evolução desses processos que acontecem na sociedade, por isso, para cada ambiente, para cada nível e modalidade de ensino exige-se um perfil diferente do docente. Segundo Capucho (2012, p.79) Os professores que atuam na EJA carregam o estigma de possuidores de um conhecimento inconsistente e de baixa qualidade teórica, para o qual as políticas públicas não têm conseguido assegurar uma formação inicial de qualidade e muito menos continuada.

Tratando-se da formação dos professores da Educação de Jovens Adultos observa-se que há muitas fragilidades. Há muitos docentes que tem qualificação para atuarem na EJA, mas as suas práticas não condizem com o perfil dos alunos, haja vista

que é necessário pautar a formação inicial e continuada dos docentes considerando-se as experiências, as histórias de vida, os saberes do cotidiano dos alunos. Além de que no processo de formação dos docentes deve-se atentar para o respeito as diferenças, limitações e outras singularidades típicas dos de alunos de EJA.

Neste novo contexto, o professor deve sensibilizar os alunos para que compreendam que a figura dele é de um colaborador, e que o os maiores responsáveis pelo processo de aprendizagem é o próprio aluno, sendo importante trabalhar sua autonomia e sua capacidade de produção através de fontes de pesquisa digital, de meios tecnológicos e de outros recursos favoreçam a aprendizagem dos alunos. Sendo importante também promover um ambiente de interação com os alunos e com outras pessoas para dinamizar o processo educativo e compartilhar saberes.

## **2.5 Uma Breve Contextualização do Centro de Educação de Jovens e Adultos de Santarém-Pará/Brasil**

O Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA), localiza-se na região urbana da cidade de Santarém. O referido estabelecimento de ensino é mantido pelo governo do estado do Pará através da Secretaria Estadual de Educação e atende alunos a partir de 15 anos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

O CEEJA no período de 1977 a 1981 era chamado de Núcleo de Ensino Supletivo (NES), que desenvolvia exames nas disciplinas da Base Nacional comum para o Ensino Fundamental e Médio. Também funcionava os seguintes Cursos Técnicos: Auxiliar e Técnico em Enfermagem, Transações Imobiliárias, Telecomunicações, Técnico em Agrimensura e os Programa do Governo denominado LOGOS 1 (fundamental) e LOGOS 2 (médio) para formação de professores leigos.

Da implantação até 1987, o Núcleo de Ensino Supletivo não tinha dispunha de local próprio para o seu funcionamento, e por isso, realizava o atendimento aos alunos nos espaços de outras escolas, pois nesta época trabalhava-se apenas com exames do ensino supletivo onde os alunos faziam as provas das diferentes disciplinas para obterem a certificação do Ensino Fundamental e Médio.

A partir do ano de 1982 a 2016, o Núcleo de Ensino Supletivo (NES) passou a denominar-se Núcleo Avançado de Educação Supletiva (NAES), que foi legalmente instituído pela Resolução nº 166 de 11 de Novembro de 1982 e pelo Parecer de nº

200/87 do Conselho Estadual de Educação-C.E.E, o qual autorizou e reconheceu como Instituição Escolar o Centro de Estudos Supletivos-CES e as Unidades de Estudos Supletivos-U.E.S.

Em 1988, o Núcleo Avançado de Educação Supletiva passou a funcionar em terreno próprio que foi doado por uma empresa que comercializa juta denominada TECEJUTA para o município de Santarém, que posteriormente o prefeito da cidade assinou o termo de doação para a construção da respectiva escola. Neste período, o NAES funcionava com o curso de Instrução personalizada do Ensino Fundamental (3ª e 4ª etapas), bem como realizava Exames de Suplência de Educação Geral do Ensino Fundamental e Médio.

Com a construção de um modesto prédio com apenas duas salas de aula e uma secretaria o Núcleo Avançado de Educação Supletiva passou atender com mais comodidade os alunos do Ensino Fundamental através da Instrução Personalizada. A partir de setembro de 2012 passou a oferecer também a Instrução Personalizada para os alunos do Ensino Médio, de forma semipresencial e com matrículas abertas durante o ano letivo, exceto durante as férias de julho.

A referida instituição tornou-se Centro mediante a publicação no dia 22 de setembro de 2014 da Portaria nº 848/2014-GS/SEDUC/PÁ que determinou transformar os Núcleos Avançados de Estudos Supletivo em Centro de Educação de Jovens e Adultos. No dia 06 de novembro do respectivo ano também foi publicado no Diário Oficial do Pará a Portaria 002/2014- SAEN/SEDUC que autorizou a implantação do Exame Estadual Permanente no Ensino Fundamental e Médio na modalidade de EJA.

A Portaria 003/2014-SAEN/SEDUC autorizou os Centros de Educação de Jovens e Adultos a expedir toda e qualquer documentação escolar dos alunos do Ensino Personalizado e concluintes do Exame Estadual Permanente. As referidas portarias da Secretaria Estadual de Educação do Estado Pará (SEDUC/PA) deu autonomia para os CEEJA'S do interior expedir documentos escolares que antes era unicamente da SEDUC de Belém, ou seja, da capital.

Em novembro de 2015 foi publicado a Normatização Estadual do Pará que dispõe sobre Normas Estaduais Unificadas a serem adotadas para Organização e Funcionamento dos Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA's); Núcleos de

Educação de Jovens e Adultos (NEJA's) e Unidades de Educação de Jovens e Adultos (UEJA's) em Nível de Ensino Fundamental e Médio.

Constata-se que a normatização ampliou as atividades dos Centros de Educação de Jovens e Adultos, definiu novas diretrizes de funcionamento e organização, assim como garantiu outros direitos aos alunos que antes não havia na legislação local. Ressalta-se que atualmente o CEEJA funciona nos três turnos, em horário ininterrupto a partir da sete horas da manhã e encerra as atividades às vinte e duas horas.

Em abril de 2016 foi autorizado o funcionamento do CEEJA pelo Conselho Estadual de Educação do Pará, mediante a Portaria nº 716/2016-GS/SEDUC. E no dia 13 de setembro de 2016 foi publicada a Resolução nº 296 do Conselho Estadual de Educação (CEE) que autorizou a Certificação dos Concluintes do Ensino Personalizado; do Ensino Fundamental e Ensino Médio por meio do Exame Permanente; do Exame de Competências de Jovens e Adultos-ENCCEJA (Exame de Proficiência), no Ensino Fundamental promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira-INEP; do Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade da Educação de Jovens e Adultos-EJA, por etapas, bem como, a Certificação de Programas e Projetos da Educação de Jovens e Adultos-EJA.

O Centro de Educação de Jovens e Adultos constituiu-se em uma referência na Educação Personalizada do Ensino Fundamental e Médio para o Baixo Amazonas. O CEEJA desenvolve a metodologia de ensino personalizado através de módulos, na modalidade de Educação a Distância semipresencial. Esse tipo de ensino é específico para formação de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de estudar na idade certa. Os alunos são oriundos da zona urbana e rural do município de Santarém e de outros municípios circunvizinhos.

O Centro de Educação de Jovens e Adultos, possui Conselho Escolar, constituído sob o CNPJ nº 16886.731/0001-54 como entidade representativa da comunidade escolar, tendo como foco principal acompanhar o desenvolvimento da prática educativa, o processo ensino-aprendizagem dos alunos, assim como, colaborar na gestão administrativa, pedagógica e financeira da instituição.

Portanto, o Conselho Escolar é uma instância máxima da escola, formado por representantes dos diversos segmentos da comunidade escolar com a intenção de

assegurar o cumprimento da legislação em vigor. Segundo a normativa dos CEEJA'S do Conselho Estadual de Educação do Pará define no capítulo VIII:

Art. 33 – O Conselho Escolar é um colegiado com função consultiva e deliberativa, vinculado ao CEEJA visando proporcionar apoio ao mesmo.

Art. 34 - O Conselho Escolar terá por finalidades:

I – promover a integração entre as várias categorias que participam do processo educativo, viabilizando a prática democrática no CEEJA;

II - consolidar o processo educativo, buscando a socialização das decisões quanto ao Projeto Político Pedagógico do CEEJA. (SEDUC, 2015, p.14)

O Centro de Educação de Jovens e Adultos além de trabalhar com a metodologia do Ensino Personalizado desenvolve também o Exame Estadual Permanente para os Jovens e Adultos que desejam concluir seus estudos no Ensino Fundamental e Médio através de exames que são feitos periodicamente. No Exame permanente os candidatos se inscrevem em todas as áreas do conhecimento para fazerem as provas ou apenas nas áreas que não obteve a aprovação.

Os Exames Permanentes são realizados mediante a utilização de instrumentos confeccionados com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais observada a Base Nacional Comum ofertados por disciplina ou área de conhecimento, com o objetivo de verificar o nível de conhecimento e habilidades adquiridas pelos candidatos. De acordo com a normativa que dispõe sobre normas estaduais unificadas a serem adotadas para Organização e Funcionamento dos Centros de Educação de Jovens e Adultos - CEEJA's a matriz curricular apresenta a seguinte estrutura:

As áreas de conhecimento ofertadas para o nível de Ensino Fundamental são:

I - Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes, Educação Física e Redação;

II - Matemática;

III - História e Geografia;

IV- Ciências Naturais.

As áreas de conhecimento ofertadas para o nível de Ensino Médio serão:

I - Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes, Educação Física e Redação);

II - Ciências Humanas e suas Tecnologias (Filosofia, Sociologia, História e Geografia);

III- Matemática e suas Tecnologias;

IV- Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Física, Química e Biologia). (SEDUC, 2015. p.20)

Os Exames Permanentes são realizados em local, data e horário, pré-estabelecido pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos e as provas são ofertadas por área de conhecimento e por disciplina da Base Nacional Comum Curricular. As provas por área de conhecimento contém questões objetivas de múltipla escolha e a média mínima de aprovação é 5,0 (cinco) pontos.

Para o nível de Ensino Fundamental a prova consta de vinte questões de cada disciplinas: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Artes e Educação Física e Redação; e quarenta questões de cada disciplina: Matemática, História, Geografia e Ciências Naturais. Matemática, História, Geografia e Ciências Naturais.

Quanto ao Ensino Médio as provas estruturam-se da seguinte maneira: Matemática e suas Tecnologias (quarenta questões); Ciências Humanas e suas Tecnologias (oitenta questões); Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (oitenta questões) distribuídas em trinta e cinco de Língua Portuguesa, quinze de Língua Estrangeira, quinze de Artes e quinze de Educação Física mais a Redação; Ciências da Natureza e suas Tecnologias (sessenta questões)

Os conteúdos programáticos dos Exames Permanentes do Ensino Fundamental e Médio ficam disponíveis no site da Secretaria de Estado de Educação para os alunos acessarem e estudarem para as provas.

O Exame permanente também atende alunos com dependência de estudos, isto é, alunos que reprovaram em no máximo três disciplinas da Base Nacional Comum Curricular nos anos finais dos seguintes níveis: Ensino Fundamental (9º ano), Ensino médio (3º ano) e Educação de Jovens e Adultos (4ª etapa). O aluno inscreve-se e faz uma prova em cada disciplina que reprovou tendo que obter a nota mínima 5,0 (cinco) para sua aprovação.

No ano de 2017, o CEEJA passou a realizar exames para os alunos do Programa Saberes da EJA, que era um Programa do governo Estadual em parceria com o governo Federal que atendia jovens e adultos residentes no campo, isto é, na zona rural para cursar o Ensino Fundamental. E por falta de recursos o governo transferiu a responsabilidade para o CEEJA para este dá prosseguimento a aplicação de exame e certificar os alunos.

A partir de 2018 o Centro de Educação de Jovens e Adultos passou a certificar os alunos da cidade de Santarém e dos municípios do oeste do Pará que alcançaram a média de aprovação no Ensino Fundamental ou Médio através do Exame para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

O CEEJA vem ao longo dos anos ampliando seu atendimento aos jovens e adultos em função das necessidades educativas e sociais, por isso, no decorrer do ano realiza matrículas para os alunos a cada trimestre, assim como flexibiliza vagas para outras pessoas encaminhadas por diferentes órgãos e instituições como: Fundação de Atendimento Sócio Educativa do Pará (FASEPA), Delegacia da Mulher, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e outros.

Dessa forma, o número de alunos matriculados para cursar o Ensino Personalizado no Ensino Fundamental e Médio na instituição vem aumentando gradativamente a cada ano. Conforme tabela abaixo:

**Tabela 1: Total de alunos matriculados no Ensino Personalizado no período de 2015 a 2017**

| Nível de Ensino | Anos |      |      |
|-----------------|------|------|------|
|                 | 2015 | 2016 | 2017 |
| Fundamental     | 184  | 253  | 260  |
| Médio           | 345  | 543  | 605  |

De acordo com os dados coletados, da análise da documentação dos alunos e dos registros na secretaria da escola verificou-se que foram matriculados o total de 697 alunos no Ensino Fundamental no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2017, destes 14% concluíram o Ensino Fundamental, 6% dos alunos solicitaram transferência e 23% estão com o curso em andamento. Destaca-se que 57% dos alunos matriculados no CEEJA nesse período abandonaram seus estudos.

No Ensino Médio verificou-se que foram matriculados no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2017 1.493 alunos. Destes 10% concluíram o Ensino Médio; 30%

estão com o curso em andamento e 7% dos alunos solicitaram transferência. Destaca-se que 53% dos alunos abandonaram seus estudos. Conforme tabela explicativa abaixo:

**Tabela 2: Demonstrativo do resultado dos alunos alcançados no período de 2015 a 2017 do Ensino Fundamental e Médio no Ensino Personalizado**

| Nível de ensino | Nº de alunos matriculados de 2015 a 2017 | Concluintes | Curso em andamento | Transferidos | Abandonaram |
|-----------------|--|-------------|--------------------|--------------|-------------|
| Fundamental     | 697                                      | 98          | 160                | 42           | 397         |
| Médio           | 1.493                                    | 149         | 448                | 105          | 791         |

O CEEJA como já foi mencionado anteriormente trabalha também com Exame Permanente que garante a certificação dos alunos no Ensino Fundamental e Médio através de exames (avaliações) por áreas de conhecimento de acordo com a Base Nacional Comum Curricular. O Exame Permanente ao longo dos anos vem aumentando o número de candidatos inscritos. Em 2016 foram 66 candidatos inscritos no Ensino Fundamental e 292 alunos no Ensino Médio. E os resultados do desempenho dos alunos estão descritos na tabela abaixo:

**Tabela 3: Resultado dos alunos do Ensino Fundamental e Médio inscritos em 2016 no Exame Permanente**

| Nível de Ensino | Total de alunos inscritos | Aprovados | Reprovados | Ausentes |
|-----------------|---------------------------|-----------|------------|----------|
| Fundamental     | 66                        | 17        | 24         | 25       |
| Médio           | 292                       | 49        | 168        | 75       |

Em 2017 no Exame Permanente foram feitas 260 inscrições no Ensino Fundamental e 874 no Ensino Médio. Conforme tabela abaixo|:

**Tabela 4: Resultado dos alunos do Ensino Fundamental e Médio inscritos em 2017 no Exame Permanente**

| Nível de Ensino | Total de alunos inscritos | Aprovados | Reprovados | Ausentes |
|-----------------|---------------------------|-----------|------------|----------|
| Fundamental     | 260                       | 76        | 122        | 62       |
| Médio           | 874                       | 160       | 462        | 252      |

O Centro de Educação de Jovens e Adultos de Santarém expandiu seus serviços e passou a certificar exames locais e nacionais, assim como passou a trabalhar com outros projetos para atender as comunidades localizadas no campo. No entanto, no decorrer dos anos o governo estadual não tem feito melhorias na infraestrutura da escola para atender com comodidade a demanda existente. A instituição não comporta mais a quantidade de alunos matriculados, pois mesmo com o sistema de rotatividade há aglomeração de alunos nos espaços e salas de aulas no decorrer dos três turnos de funcionamento.

Quanto aos espaços existentes, o CEEJA possui: uma secretaria, um sala de direção, uma sala de avaliação para os alunos do Ensino Fundamental, uma sala para os alunos do Ensino Médio, uma sala para os docentes orientarem os alunos, uma área de estudos para os alunos, uma sala para os professores, uma sala para a coordenação do exame permanente, uma cozinha, dois banheiros e um depósito. É importante salientar que os espaços não atende aos padrões do MEC. Portanto, o respectivo centro necessita de reforma e ampliação para atender com mais dignidade a demanda de alunos e profissionais existentes, pois falta muitos espaços pedagógicos que poderiam contribuir para a aprendizagem dos alunos, como por exemplo, biblioteca, laboratório de informática e outros.

Além do problema de infraestrutura há falta de docentes suficientes das diferentes disciplinas para atender os alunos nos três turnos de funcionamento para dar maior suporte pedagógico aos mesmos, haja vista que as orientações pedagógicas é individualizada ou em grupo é requer um tempo maior de atendimento aos alunos.

Atualmente o quadro de servidores administrativo e pedagógico desta instituição é composto de um diretor, duas vices-diretoras e duas coordenadoras pedagógicas, além de trinta e oito docentes.

## **2.6 O Ensino Personalizado no Centro de Educação de Jovens e Adultos de Santarém-Pará/Brasil**

O Ensino Personalizado consiste em uma metodologia de ensino semipresencial através de módulo e da orientação docente individual ou em grupo destinado ao público da Educação de Jovens e Adultos.

O Ensino Personalizado é desenvolvido na instituição desde da década de oitenta, porém possuía uma estrutura diferente da atual e não tinha uma normativa específica de funcionamento e organização. Atualmente o Ensino Personalizado ocorre por meio de orientação docente individual ou em grupo, em horários escolhidos pelo aluno, pois os docentes e equipe administrativa e pedagógica ficam à disposição durante três turnos para subsidiar os alunos em seus estudos.

A instituição recebe alunos das cidades vizinhas para estudarem através do Ensino Personalizado em função do trabalho e de outras atividades que realizam no seu cotidiano.

O embasamento metodológico do CEEJA, dá-se através do Ensino Personalizado conforme determina a Normativa dos Centros de 03 de novembro de 2015 do Conselho Estadual de Educação do Pará, que dispõe sobre sua organização e funcionamento. No artigo 122 da respectiva Normativa afirma:

**Art. 122** – A Educação de Jovens e Adultos – Ensino Personalizado ofertada no CEEJA é semipresencial em nível do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano e Médio-1ª a 3ª série, com a duração máxima de dois anos para conclusão do Curso, utiliza como material didático os Módulos, de acordo com a Matriz Curricular do Ensino Personalizado em nível Fundamental e Médio, obedecendo as seguintes normas:

I – respeitar o ritmo de aprendizagem do (a) aluno (a);

II - acompanhar a frequência do (a) aluno (a) que compreende o mínimo de duas vezes por semana de aulas presenciais no CEEJA;

III – avaliar o nível de aprendizagem do (a) aluno (a) durante o processo de Ensino Personalizado. (SEDUC. 2015, p.31)

A metodologia do ensino personalizado é articulada com a Base Nacional Comum e desenvolvida através de módulos, sendo que a quantidade de módulos em cada disciplina varia de acordo com o teor dos conteúdos. O processo ensino-aprendizagem acontece de forma semipresencial, onde o aluno realiza parte de seus estudos à distância com o auxílio dos módulos e de forma presencial com o professor que esclarece suas dúvidas e faz as devidas orientações.

Neste processo de ensino a relação professor-aluno deve acontecer da melhor forma possível, pois o docente funciona como um mediador e facilitador na construção do conhecimento, visto que é ele quem auxilia o aluno na compreensão dos conteúdos das disciplinas.

A Educação de Jovens e Adultos através Ensino Personalizado no Ensino Fundamental e Médio tem a duração máxima de dois anos de ensino semipresencial, no entanto, dependendo do desempenho nas disciplinas e da frequência do aluno, este pode concluir o seu nível de ensino bem antes do prazo determinado pela normativa. É obrigatório o aluno frequentar no mínimo duas vezes a instituição para ter orientação do professor e submeter-se a avaliação dos módulos.

No Ensino Personalizado além dos módulos o professor tem a autonomia de aplicar seus próprios instrumentos (provas, atividades suplementares) a partir da realidade do aluno, contextualizando os conteúdos dos módulos com a prática social.

A proposta curricular do Ensino Personalizado para EJA em nível Fundamental e Médio têm uma base nacional comum que atende as peculiaridades locais, regionais, culturais, sociais e econômicas da sociedade e da comunidade escolar. É permitido o processo de integralização curricular, porém deve ser feito de maneira criteriosa e progressiva, combinado a diversos procedimentos pedagógicos, capazes de permitir aos alunos exigências de frequência e aproveitamento

A matriz curricular do Centro de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental e Médio do Ensino Personalizado, apresenta-se da seguinte forma: o Ensino Fundamental que corresponde a 3ª e 4ª etapas tem oito disciplinas; o Ensino Médio que corresponde do 1º ao 3º ano tem treze disciplinas. Cada disciplina tem uma quantidade de módulos que contém os conteúdos exigidos pela Base Nacional Comum Curricular. Conforme tabela abaixo:

**Tabela 5: Demonstrativo das disciplinas e quantidade de módulos do Ensino Personalizado**

| ENSINO FUNDAMENTAL |                       | ENSINO MÉDIO    |                       |
|--------------------|-----------------------|-----------------|-----------------------|
| Disciplinas        | Quantidade de módulos | Disciplinas     | Quantidade de módulos |
| Português          | 10                    | Português       | 08                    |
| Inglês             | 05                    | Biologia        | 10                    |
| Educação Física    | 06                    | Educação Física | 06                    |
| Artes              | 06                    | Artes           | 06                    |
| História           | 10                    | História        | 09                    |
| Geografia          | 09                    | Geografia       | 09                    |
| Ciências           | 07                    | Sociologia      | 07                    |
| Matemática         | 10                    | Filosofia       | 06                    |
|                    |                       | Matemática      | 10                    |

|  |  |          |    |
|--|--|----------|----|
|  |  | Física   | 09 |
|  |  | Química  | 08 |
|  |  | Inglês   | 05 |
|  |  | Espanhol | 05 |

A avaliação no Ensino Personalizado tem a finalidade fornecer informações sobre o desempenho do alunos no seu processo de escolarização, assim como possibilitar aos docentes ajustar sua prática pedagógica para contribuir para melhor aprendizagem dos alunos. Nesse contexto educacional, o processo avaliativo permite percepção da evolução gradativa do aluno no seu processo de aprendizagem e construção dos conhecimento. A avaliação deve ter uma atitude acolhedora para qualificarmos alguma coisa e para tomarmos uma decisão sobre ela. Sendo assim, é preciso avaliar e subsidiar pedagogicamente os alunos para ensiná-los a superar suas limitações e alcançar os níveis de aprendizagem desejável.

A avaliação dos alunos do Ensino Fundamental e Médio do Ensino personalizado seguirá o que determina a Normativa dos Centros de 03 de novembro de 2015, que dispõe no Artigo 134 e Incisos:

**Art. 134** - A verificação do rendimento escolar do aluno matriculado na EJA - Ensino Personalizado será efetivada obedecendo as seguintes normas:

I – a verificação do rendimento escolar observará a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do educando em cada módulo da disciplina, com a nota mínima sete para que possa avançar ao módulo seguinte;

II – o (a) aluno (a) solicitará o momento de ser avaliado em cada módulo podendo ser orientado pelo docente a aprofundar seus estudos caso não demonstre estar seguro do conteúdo;

III – a integralização das disciplinas dar-se-á quando o(a) aluno(a) obtiver em cada módulo a nota mínima sete;

IV – ao (a) aluno (a) que não alcançar a nota mínima de sete pontos em cada módulo, terá mais duas oportunidades de obtê-la em prazo mínimo de sete dias, com outros tipos de avaliações do respectivo módulo;

V – caso o (a) aluno(a) não consiga obter a nota mínima sete na avaliação do módulo da disciplina após as duas oportunidades, será orientado a cursar outra disciplina e depois retornará para integralizar a matriz curricular;

VI – o (a) aluno (a) só concluirá o curso após integralizar todos os Módulos das Disciplinas da matriz curricular. (SEDUC, 2015, p.33-34)

Observa-se que a média mínima de aprovação do Ensino Personalizado do Fundamental e Médio é 7,0 (Sete) para ser aprovado em cada módulo. O aluno tem direito a fazer três avaliações no total, caso este não obtenha a nota de aprovação na primeira avaliação, o aluno terá direito a fazer a segunda e a terceira avaliação para alcançar a média de aprovação em cada prova do módulo. E caso este não consiga a média aprovação em nenhuma das três avaliações o aluno deverá escolher outra disciplina para estudar e, ao final do curso voltará para a disciplina que obteve nota abaixo da média de aprovação para tentar novamente a possível aprovação.

Destaca-se que cada disciplina tem uma quantidade de módulos. E para cada módulo estudado o aluno tem que fazer uma prova totalizando 62 de avaliações no Ensino Fundamental e 92 avaliações e no Ensino Médio. Portanto, a verificação do rendimento escolar observa a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do educando em cada módulo da disciplina, com a nota mínima sete para que possa avançar ao módulo seguinte.

Os alunos que estudam no CEEJA não tem a obrigatoriedade de permanecer quatro horas diárias de estudos na instituição como nas escolas regulares, este fica o tempo que achar necessário para ser orientado pelos professores e para fazer suas avaliações. Como a instituição trabalha com a Educação a Distância os alunos costumam a frequentar a escola no máximo três vezes por semana.

Como já foi citado anteriormente os alunos tem três chances para alcançar a média sete (7,0) em cada avaliação dos módulos. Os módulos são uma espécie de apostilas com os conteúdos das disciplinas de forma condensada de todos os conteúdos do Ensino Médio e do Ensino Fundamental Quanto as avaliações os professores são responsáveis por elaborar três tipos diferentes para cada módulo de sua disciplina, com questões objetivas.

O desempenho e a frequência dos alunos são acompanhados através de instrumentos próprios como: ficha de controle dos módulos, ficha individual das avaliações aplicadas, ficha de frequência e outros instrumentos que possibilitam detectar as fragilidades de aprendizagem e ausência dos alunos para se tomar as medidas cabíveis.

É importante salientar que o ensino personalizado do CEEJA configura-se na Educação a Distância de forma semipresencial que requer a presença do aluno de no mínimo duas vezes na semana para cumprir com suas obrigações escolares. Destacando que no CEEJA não se utiliza ferramenta tecnológica e não tem ambientes virtuais para estudo, no entanto, não inviabiliza o aluno a usar notebook, tablet, internet e outros meios para auxiliá-los nos estudos. As grandes ferramentas de estudos centralizam-se nos módulos e na interação aluno e professor que a partir dessa relação criam novas significações de aprendizagem.

### **III. PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS DE ESTUDOS**

#### **Problemática**

A Educação de Jovens e Adultos apresenta uma série de particularidades que requer um olhar mais especial para esta modalidade de ensino. Os atuais dispositivos legais tem garantido novos direitos aos alunos EJA, no entanto, ainda é preciso romper barreiras que excluem muitos jovens e adultos de terem acesso uma educação igualitária que proporcione sua formação de forma integral.

Constata-se que muitos jovens e adultos abandonaram seus estudos no decorrer da sua vida escolar por diferentes motivos, no entanto, muitos deles retornaram para escola com o desejo de alcançar um futuro mais promissor. E em função dos seus ideais procuram as instituições de ensino que se ajustam as suas necessidades pessoais, profissionais e, principalmente em função do tempo que tem disponível para estudar. De acordo com Santos e Arruda. (2013, p.33):

O fato de o jovem ou adulto estar procurando uma melhor escolarização após sua infância, deve-se a seu esforço individual, que por vezes, além dos obstáculos naturais da relação com a escola, outros fatores interferem nesse processo: a conquista do espaço e a temporalidade das ações didático-pedagógicas são essenciais para o processo de abstração e aquisição de novas competências e habilidades que ajudam no convívio social e humano.

Desta forma, é necessário levar em consideração toda a trajetória histórica da EJA, respeitando-se as as realidades distintas dos alunos, assim como suas vivências e sua cultura.

Diante do exposto colocaram-se as seguintes perguntas de partida:

Quais os motivos que levaram os alunos a buscarem a EJA para estudar? Os alunos gostam da metodologia do ensino personalizado? Qual a opinião sobre o trabalho dos professores? E Qual a opinião sobre o funcionamento do CEEJA?

Após a formulação das questões de partida definiram-se os seguintes objetivos:

**Objetivo geral:**

Analisar as opiniões dos alunos do Ensino Fundamental e Médio sobre o ensino na EJA no CEEJA de Santarém.

**Objetivos específicos**

- ✓ Identificar os motivos que levam os alunos a frequentar o ensino personalizado e as principais dificuldades sentidas quer neste tipo de ensino quer no CEEJA;
- ✓ Analisar a opinião dos alunos sobre a prática pedagógica dos docentes junto aos alunos da EJA;
- ✓ Observar se as normas referentes ao tempo de estudo e frequência são suficiente para o aluno aprender de forma significativa;

**IV. METODOLOGIA**

A metodologia do trabalho fundamenta-se na pesquisa descritiva que de acordo com Rampazzo (2015 p.53) “observa, registra analisa e correlaciona fatos ou fenômenos, sem manipulá-los; estuda fatos e fenômenos do mundo físico e, especialmente, do mundo humano, sem a interferência do pesquisador”

Trata-se de um trabalho com uma abordagem quantitativa, pois segundo Martins e Ramos (2013.p.10) ela atua em níveis de realidade onde existe a necessidade de extrair e evidenciar indicadores e tendências a partir de grande quantidade de dados. A referida abordagem permite uma análise mais precisa, assim como garante maior uniformidade na análise dos resultados.

Optou-se em utilizar o questionário por ser instrumento de pesquisa mais recomendado quando se deseja atingir número maior de indivíduos e por não ser tão complexa sua elaboração, embora Labes (1998, p.29) enfatiza que é importante ter atenção na formulação das perguntas, especialmente no que diz respeito a clareza, a terminologia adequada e a linguagem de fácil compreensão.

Rampazzo (2015, p.122) define o questionário como um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas e que possui algumas vantagens como: economia de tempo, atinge um maior número de pessoas, obtêm-se respostas mais precisas, maior liberdade para responder em função do anonimato e outros.

#### 4.1 Caracterização do universo e da amostra

Os dados da pesquisa foram coletados no período de janeiro a fevereiro de 2018 no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) no município de Santarém, Estado do Pará, com os alunos do Ensino Fundamental e Médio na modalidade de EJA.

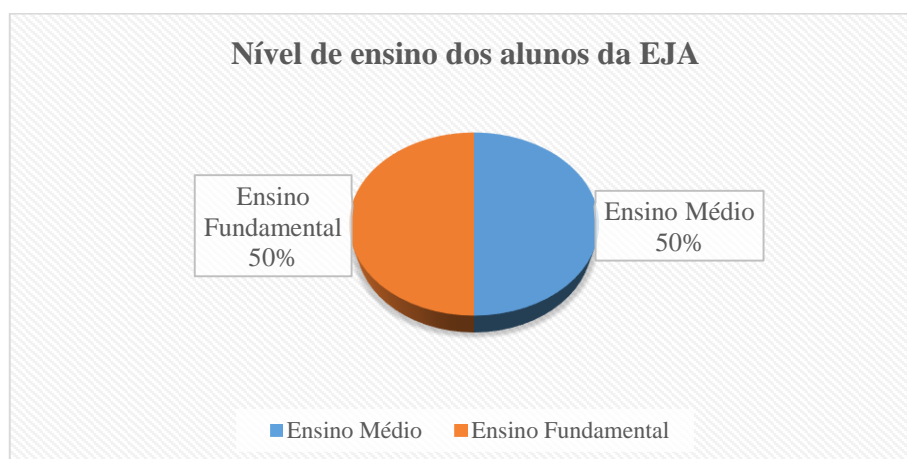
Os alunos respondentes foram escolhidos tendo em conta a disponibilidade dos mesmos para responder as questões durante sua permanência na instituição.

Ressalta-se que foi escolhido o referido ambiente para realizar a pesquisa pelo fato da pesquisadora fazer parte do quadro de profissionais da respectiva instituição de ensino.

A amostra apresentada no referido estudo foi constituído de cinquenta (50) alunos do Ensino Fundamental (3ª e 4ª etapa) e cinquenta (50) alunos do Ensino Médio, totalizando cem (100) alunos na faixa etária em média de 15 a 50 anos de idade. Segundo Lakatos e Marconi (2010) a amostra é uma parcela conveniente selecionada do universo (população), isto é, um subconjunto do universo.

Caraterizam-se em seguida os inquiridos para este estudo.

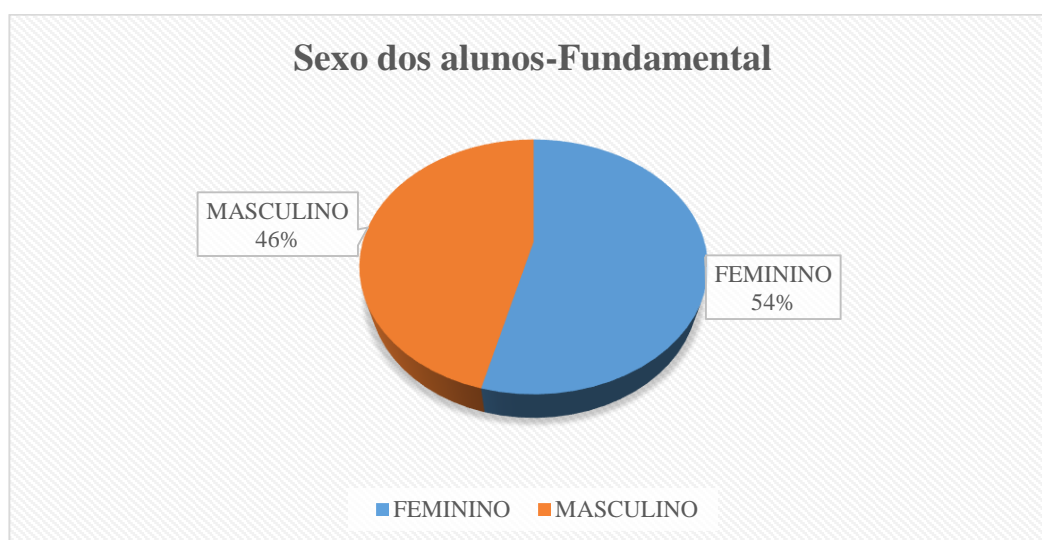
#### Gráfico 1: Distribuição por nível de ensino do a alunos investigados



No primeiro gráfico demonstra-se a quantidade de alunos e o nível de ensino dos alunos que participaram da pesquisa. Portanto, participaram Cinquenta alunos do Ensino Fundamental e cinquenta alunos do Ensino Médio correspondendo a 50% de cada nível de ensino do universo de cem alunos.

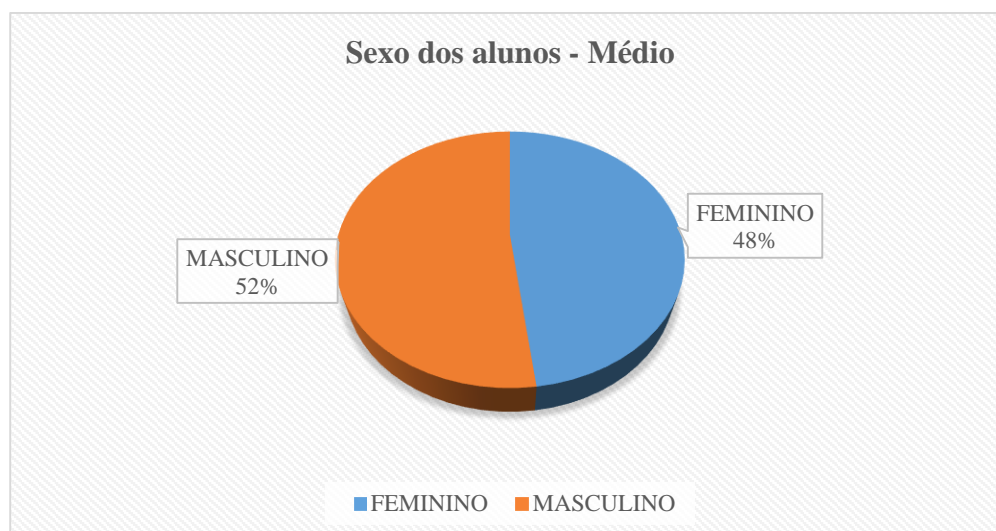
No que diz respeito ao gênero e em relação aos alunos do ensino fundamental verificou-se o constante no **gráfico** seguinte:

**Gráfico 2: Distribuição por gênero dos alunos do ensino fundamental**



Pela análise do gráfico 2 verificou-se que no Ensino Fundamental 27 (54%) alunos pertencem ao gênero feminino e 23 (46%) alunos pertencem ao gênero masculino

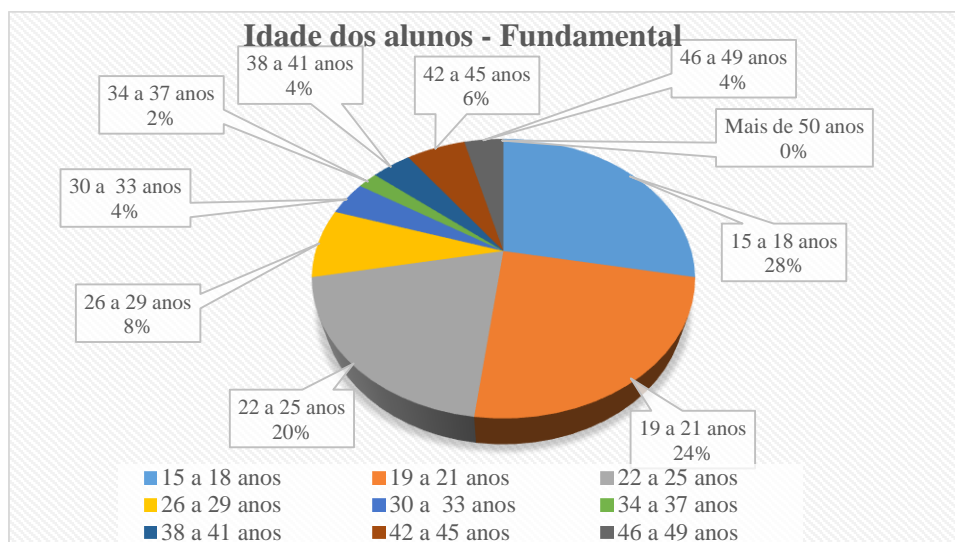
**Gráfico 3: Distribuição por gênero dos alunos do ensino médio**



Verifica-se no gráfico 3 que no Ensino Médio 26 (52%) alunos são gênero masculino e 24 (48%) são do gênero feminino.

No que se refere à faixa etária dos inquiridos verifica-se que:

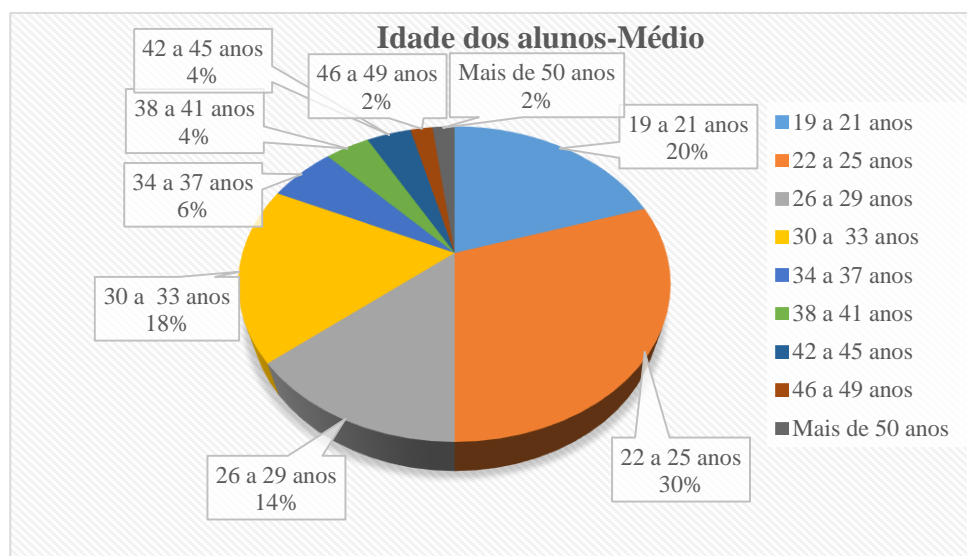
**Gráfico 4: Distribuição por idade dos alunos do ensino fundamental**



Verificou-se no gráfico 4 que do Ensino Fundamental participaram 14 (28%) alunos de 15 a 18 anos; 12 (24%) alunos de 19 a 21 anos; 10 (20%) alunos de 22 a 25 anos; 4 (8%) alunos 26 a 29 anos; 2 (4%) alunos de 30 a 33 anos; 1 (2%) alunos de 34 a 37 anos; 2 (4%) alunos de 38 a 41anos; 3 (6%) alunos de 42 a 45 anos; 2 (4%) alunos de 46 a 49 anos e 0 (0%) alunos com mais de 50 anos.

Em relação ao ensino médio os participantes foram os seguintes:

**Gráfico 5: Distribuição por idade dos alunos do ensino médio**

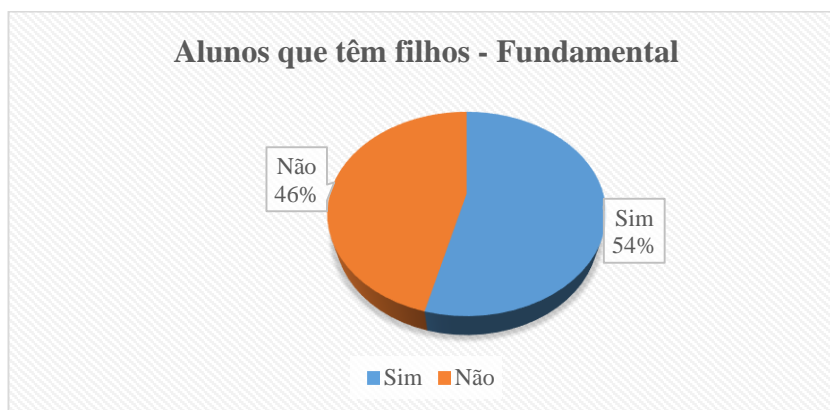


Pode ver-se no gráfico 5 que no Ensino Médio que participaram 10 (20%) alunos de 19 a 21 anos; 15 (30%) alunos de 22 a 25 anos; 7 (14%) alunos 26 a 29 anos; 9 (18%) alunos de 30 a 33 anos; 3 (6%) alunos de 34 a 37 anos; 2 (4%) alunos de 38 a 41anos; 2 (4%) alunos de 42 a 45 anos; 1 (2%) alunos de 46 a 49 anos e 1 (2%) alunos com mais de 50 anos.

Constata-se que no Ensino Fundamental o número maior de alunos participantes se concentram na faixa-etária de 15 a 18 anos e no Ensino Médio na faixa-etária de 22 a 25 anos.

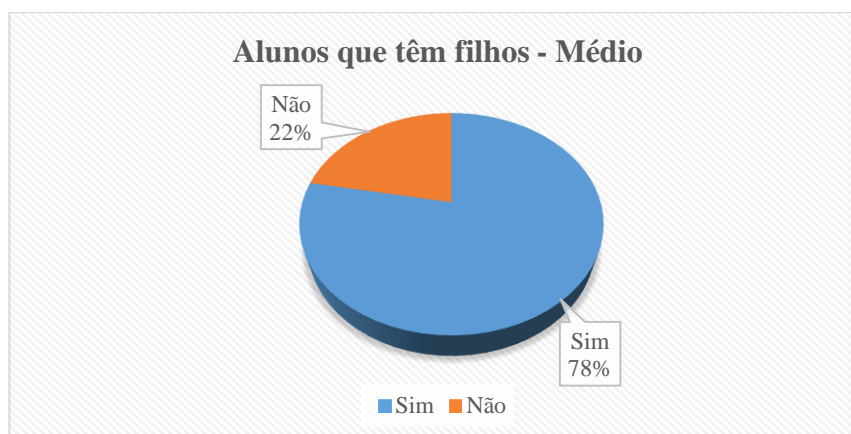
Os **gráficos** seguintes apresentam o número de alunos que já têm filhos.

**Gráfico 6: Alunos do ensino fundamental que têm filhos**



Analisando o gráfico 6 verificou-se que no Ensino Fundamental tem 27 (54%) alunos que possuem filhos e 23 (46%) não têm filhos.

**Gráfico 7: Alunos do ensino médio que têm filhos**

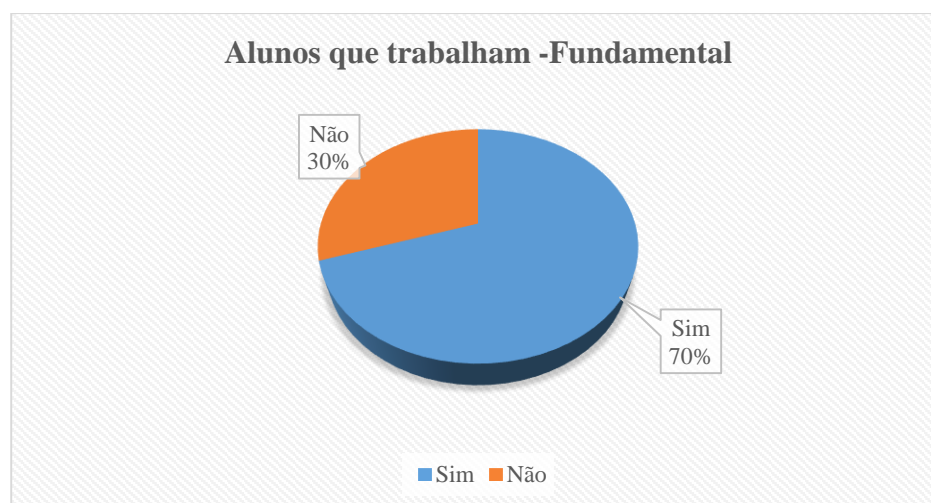


Verifica-se no gráfico 7 que no Ensino Médio 39 (78%) alunos têm filhos e 11 (22%) não tem filhos.

Constata-se que no Ensino Médio há mais alunos que possuem filhos do que no Ensino Fundamental.

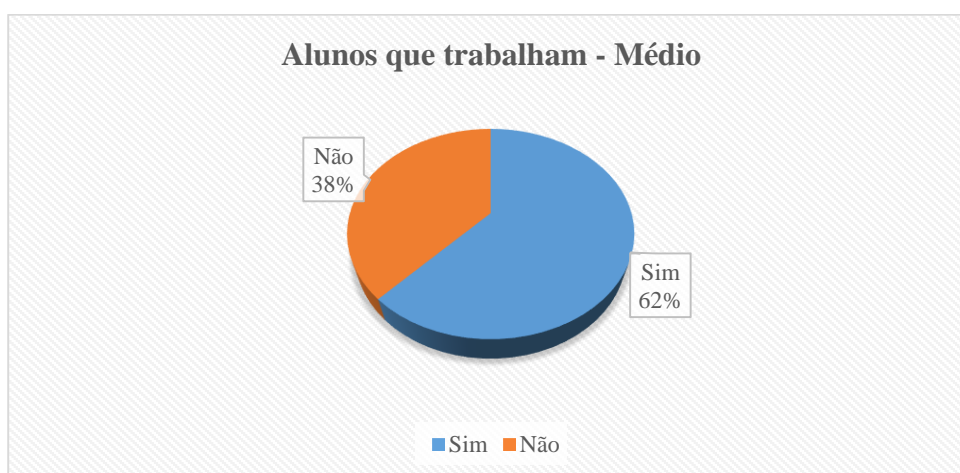
Os **gráficos** seguintes referem-se aos alunos que trabalham ao mesmo tempo que estudam:

**Gráfico 8: Alunos do ensino fundamental que são também trabalhadores**



Analisando-se o gráfico 8 observa-se que no Ensino Fundamental 35 (70%) alunos trabalham e apenas 15 (30%) não trabalham.

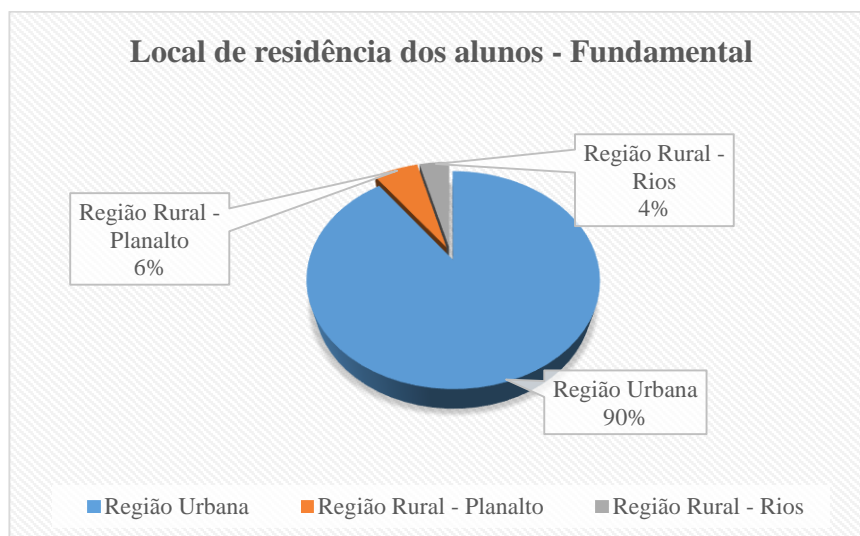
**Gráfico 9: Alunos do ensino médio que são também trabalhadores**



No gráfico 9 verifica-se que no Ensino Médio 31 (62%) alunos trabalham enquanto 19 (38%) alunos não trabalham.

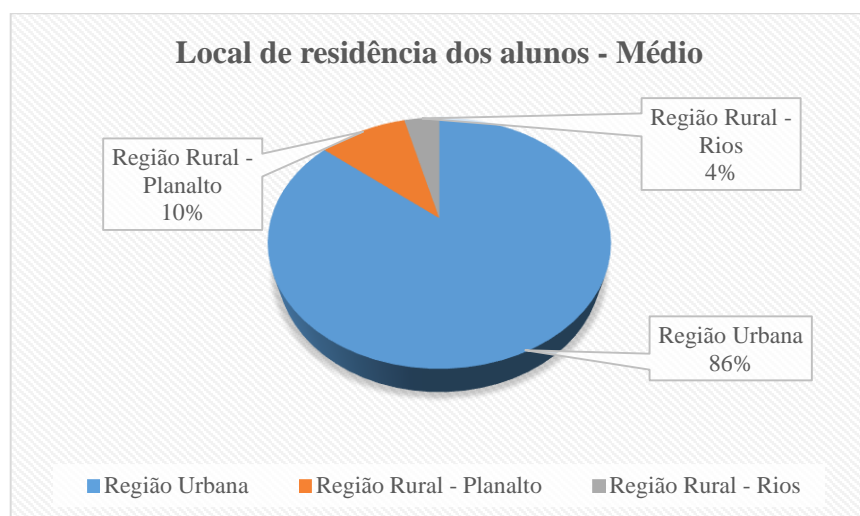
Os **gráficos** seguintes apresentam os dados da localidade onde os alunos do Ensino Fundamental e Médio residem.

**Gráfico 10: Local de residência dos alunos do ensino fundamental**



Observando os dados do gráfico 10 compreende-se que no Ensino Fundamental têm 45 (90%) alunos residem na região urbana; 3 (6%) alunos na região rural – planalto e 2 (4%) alunos na região rural- rios.

**Gráfico 11: Local de residência dos alunos do ensino médio**



No gráfico 11 verifica-se que no Ensino Médio 43 (86%) alunos residem na região urbana; 5 (10%) na região rural - planalto e 2 (4%) na região rural – rios.

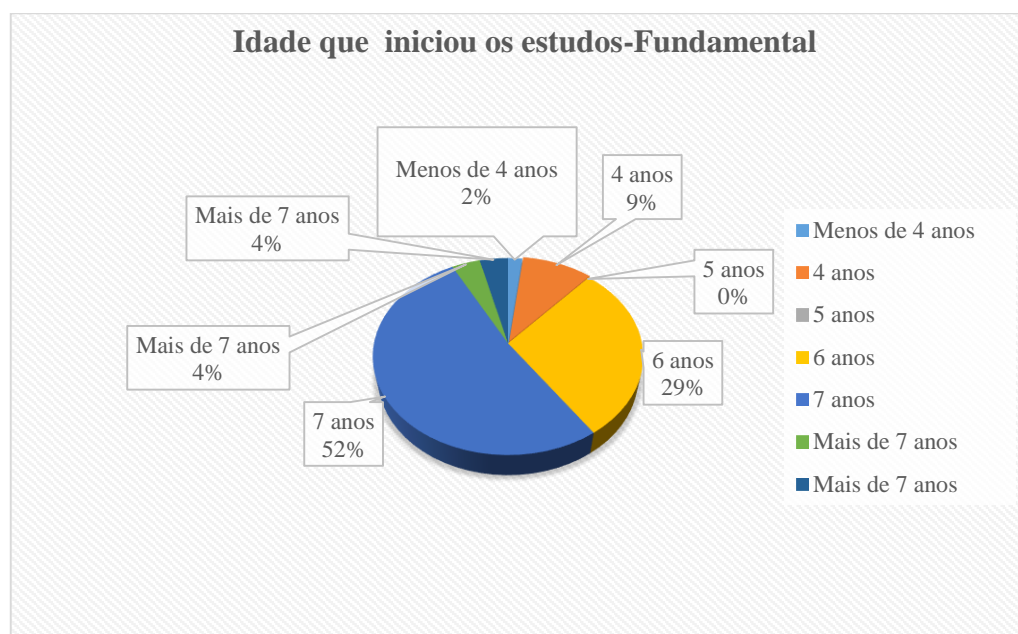
Verifica-se então que o maior número de alunos investigados no Ensino Fundamental e Médio concentram-se na região urbana.

Ressalta-se que na cidade de Santarém em decorrência da sua localização geográfica, e por situa-se no contexto amazônico ela divide-se em três regiões: urbana (centro), planalto (região rural de terra firme) e rios (comunidades ribeirinhas). Sendo que os alunos investigados moram nas distintas localidades.

Na segunda parte do questionário consta informações sobre a situação escolar dos alunos como: idade que iniciou o processo de escolarização, número de abandono e reprovações.

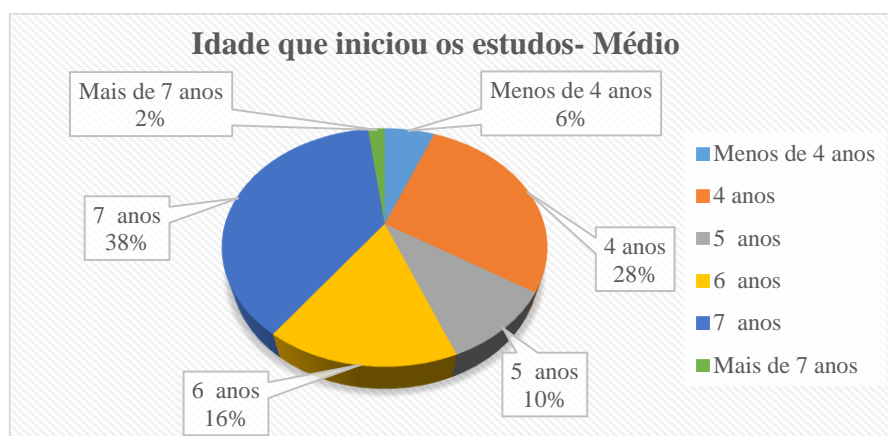
Os **gráficos** seguintes demonstram a idade em que os inquiridos iniciaram seus estudos.

**Gráfico 12: Idade que os alunos do ensino fundamental ingressaram na escola**



Observa-se no gráfico 12 que no Ensino Fundamental 1 (2%) aluno ingressou na escola com menos de 4 anos de idade; 5 (9%) alunos ingressaram na escola com 4 anos de idade; nenhum aluno (0%) ingressou na escola com 5 anos de idade; 15 (29%) alunos ingressaram na escola com 6 anos de idade; 27 (52%) alunos ingressaram na escola com 7 anos de idade e 2 (4%) alunos ingressaram na escola com mais de 7 anos de idade.

**Gráfico 13: Idade que os alunos do ensino médio ingressaram na escola**

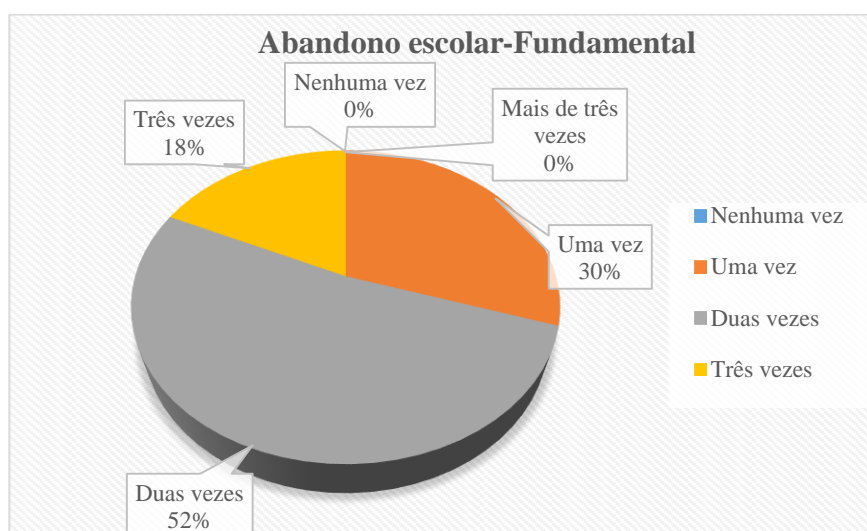


Podemos ver no gráfico 13 que no Ensino Médio 3 (6%) alunos ingressaram na escola com menos de 4 anos de idade; 14 (28%) alunos ingressaram na escola com 4 anos de idade; 5 (10%) alunos ingressaram na escola com 5 anos de idade; 8 (16%) alunos ingressaram na escola com 6 anos de idade; 19 (38%) alunos ingressaram com 7 anos de idade e apenas 1 (2%) aluno ingressou na escola com mais de 7 anos de idade.

Como se pode verificar através da análise dos gráficos que no Ensino Fundamental e Médio predomina a idade de 7 anos que os alunos investigados iniciaram seus estudos, porém o índice maior concentra-se no Ensino Fundamental.

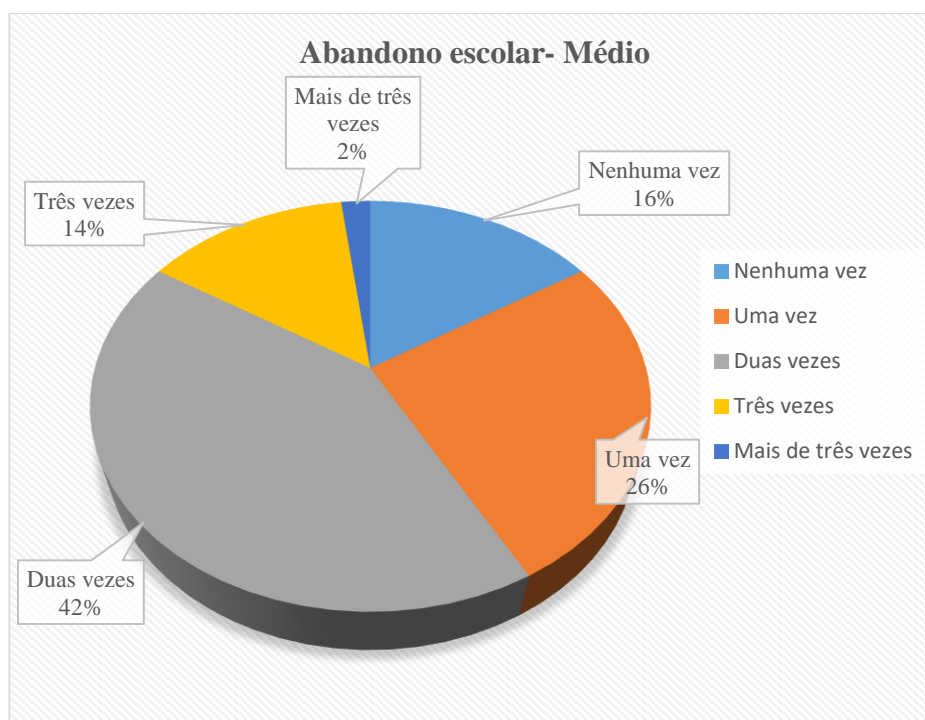
Os **gráficos** seguintes correspondem ao questionamento aos alunos participantes se já haviam abandonado a escola alguma vez.

**Gráfico 14: N° de vezes que os alunos do ensino fundamental abandonaram a escola**



Como se pode verificar no gráfico 14 no Ensino Fundamental nenhum aluno (0%) respondeu que nunca abandonou a escola; também nenhum aluno (0%) respondeu que nunca abandonou a escola mais três vezes, no entanto, 15 (30%) alunos responderam que abandonaram a escola uma vez; 26 (52%) alunos responderam que abandonaram a escola duas vezes e 9 (18%) alunos responderam que abandonaram a escola três vezes.

**Gráfico 15: Nº de vezes que os alunos do ensino médio abandonaram a escola**

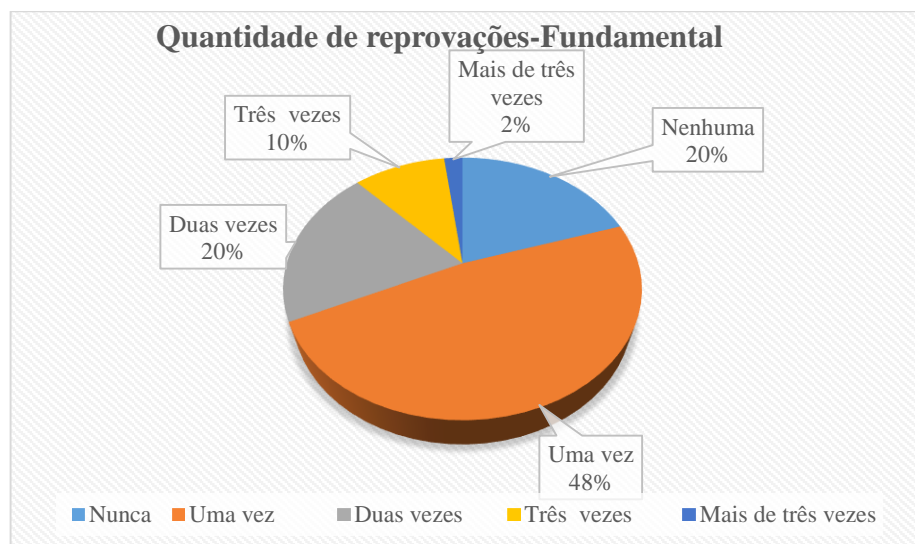


No gráfico 15 constata-se que no Ensino Médio que 8 (16%) alunos responderam que nunca abandonaram a escola; 13 (26%) alunos responderam que já haviam abandonado a escola uma vez; 21 (42%) alunos responderam que abandonaram a escola duas vezes; 7 alunos (14%) alunos responderam que abandonaram a escola três vezes e apenas 1 (2%) aluno respondeu que abandonou a escola mais de três vezes.

Portanto, no Ensino Fundamental e Médio predomina o maior percentual de abandono em duas vezes. Deve-se considerar ainda o índice de alunos investigados que já abandonaram três vezes também é relevante, sendo 9 (18%) alunos no Ensino Fundamental e 7 (14%) alunos no Ensino Médio.

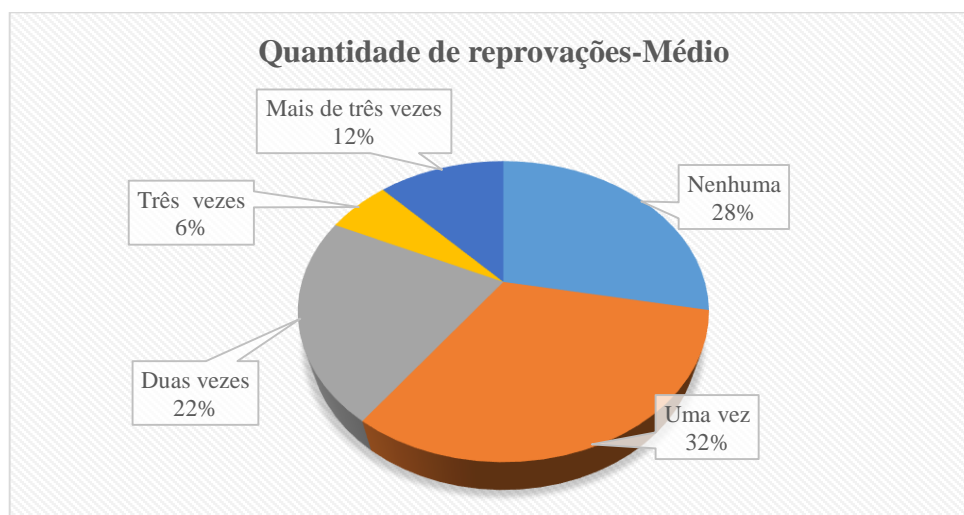
Os alunos foram ainda questionados em relação ao número de reprovações na sua trajetória escolar. Constatou-se o seguinte:

**Gráfico 16: N° de reprovações dos alunos do ensino fundamental no percurso escolar**



No Ensino Fundamental 10 (20%) alunos afirmaram que não haviam reprovado nenhuma vez; 24 (48%) alunos uma vez; 10 (20%) alunos duas vezes; 5 (10%) alunos três vezes e apenas 1 (2%) aluno respondeu que reprovou mais de três vezes em seu percurso escolar.

**Gráfico 17: N° de reprovações dos alunos do ensino médio no percurso escolar**



No Ensino Médio 14 (28%) alunos afirmaram que não haviam reprovado nenhuma vez; 16 (32%) alunos responderam que reprovaram apenas uma vez; 11 (22%) alunos responderam que reprovaram duas vezes; 3 (6%) alunos responderam que reprovaram três vezes e 6 (12%) alunos responderam que reprovaram mais de três vezes em seu percurso escolar.

Analisando-se os gráficos constata-se que a maior quantidade de reprovações concentra-se no Ensino Médio, visto que o percentual de alunos que possui mais três reprovações equivale a 12% nesse nível de ensino, assim como o maior índice alunos que nunca reprovaram que representam 28%.

#### **4.2 Procedimentos e Instrumentos**

Este estudo foi autorizado pelo diretor do Centro de Educação de Jovens e Adultos que permitiu aplicação dos questionários para os alunos do Ensino Fundamental e Médio da EJA, assim como possibilitou o acesso aos dados de matrícula, rendimento, evasão e outros aspectos relacionados ao funcionamento da instituição. A respectiva solicitação de autorização foi formalizada por meio de uma Declaração de Consetimento (anexo1).

Utilizou-se como instrumento de pesquisa para coleta de dados um questionário com dezenove (19) questões fechadas sobre dados pessoais, situação escolar e informações gerais sobre a metodologia de ensino da instituição e sobre aspectos relevantes dos alunos.

Quanto ao processo de estruturação e elaboração das perguntas do questionário estas partiram da revisão da literatura sobre a temática. Posteriormente foi realizado um pre teste com alguns jovens com características semelhantes aos participantes mas que não entraram no estudo. Chegou-se assim à versão final do questionário (anexo2).

Os questionários que foram aplicados para a coleta de dados foi organizado em três partes: a primeira parte foi composta por questões referentes a dados pessoais dos alunos; a segunda parte consta de questões voltadas para a situação escolar do aluno com perguntas relacionadas ao seu histórico de escolaridade e a terceira parte é sobre as informações gerais do trabalho que é desenvolvido no Centro de Educação de Jovens e

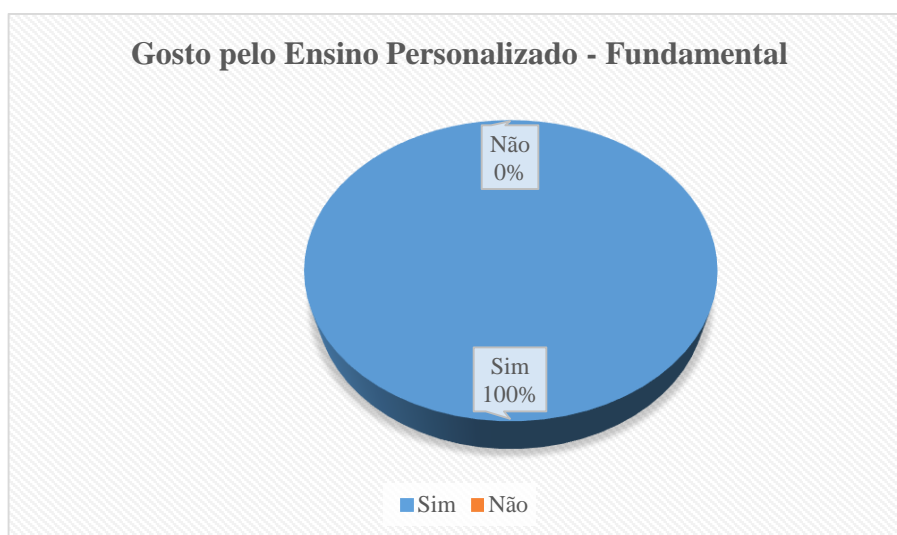
Adultos e sobre outros aspectos relevantes dos alunos na instituição. Foi usado o programa Excel para o tratamento dos dados e usados gráficos de pizza no formato 3D.

## V. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Diante da pesquisa realizada no Centro Educação de Jovens e Adultos e para melhor compreensão vão apresentar-se os dados recolhidos relacionado-os com os objetivos específicos definidos. Assim para o 1º objetivo: **Identificar os motivos que levam os alunos a frequentar o ensino personalizado e as principais dificuldades sentidas quer neste tipo de ensino quer no CEEJA, obtivemos os resultados que a seguir se apresentam:**

Questionaram-se os alunos sobre o gosto pelo ensino personalizado ofertado pelo CEEJA. Obtiveram-se os seguintes resultados:

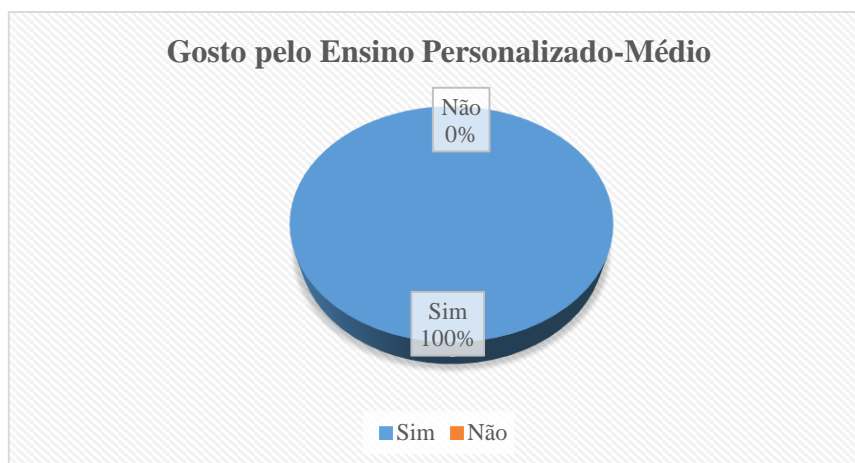
### **Gráfico 18: Gosto do alunos do ensino fundamental pelo ensino Personalizado ofertado no CEEJA**



Como pode-se observar no **gráfico 18** que 100% dos alunos do Ensino Fundamental responderam que gostam da metodologia do Ensino personalizado.

No gráfico seguinte apresentam-se os resultados dos alunos do ensino médio.

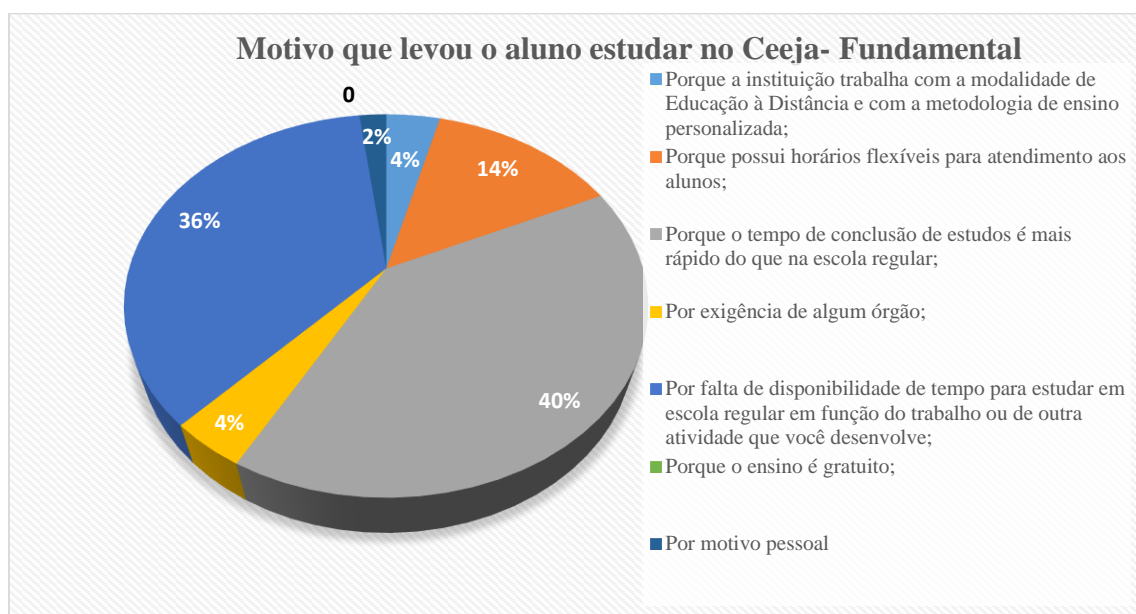
**Gráfico 19: Gosto dos alunos do ensino médio pelo ensino Personalizado ofertado no CEEJA**



No gráfico 19, verifica-se que 100% dos alunos do Ensino Médio também responderam que gostam. Portanto, todos os alunos foram unânimes em responder que gostam do Ensino Personalizado.

Em seguida perguntou-se os alunos qual seria o principal motivo que os levou a matricular-se no CEEJA para estudar e apontaram-se sete opções de respostas. Obtiveram-se os seguintes resultados:

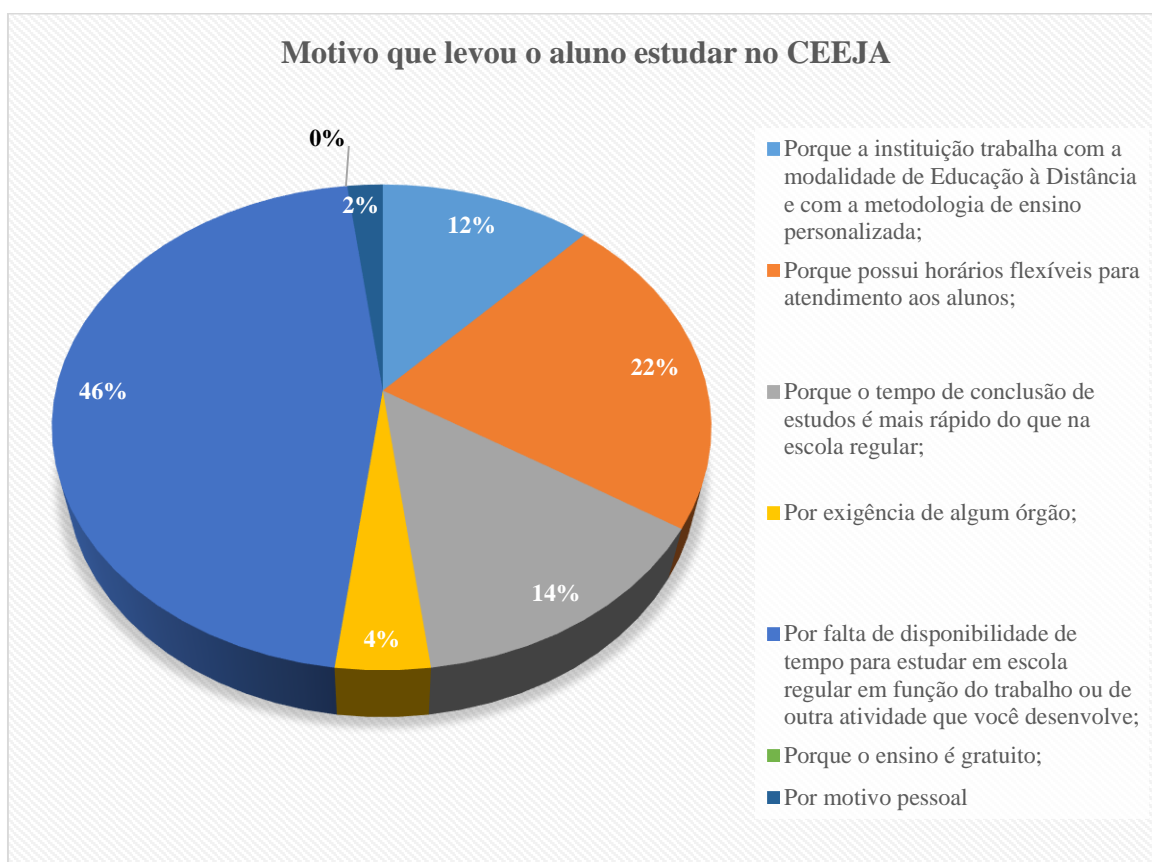
**Gráfico 20: Principal motivo que levou o aluno do ensino fundamental a estudar no CEEJA**



Analisando-se o gráfico 20 verifica-se que o principal motivo que impulsionou os alunos do Ensino Fundamental a estudarem no CEEJA foi o tempo de conclusão que é mais rápido do que na escola regular, haja vista que 40% dos alunos escolheram essa opção.

Posteriormente, 36% dos alunos responderam que matricularam-se no CEEJA por motivo da falta de disponibilidade de tempo para estudar em escola regular em função do trabalho ou de outras atividades que desenvolvem. E 14% dos alunos escolheram a opção resalta a flexibilidade do horário para o atendê-los.

**Gráfico 21: Motivo que levou o aluno do ensino médio a estudar no CEEJA**

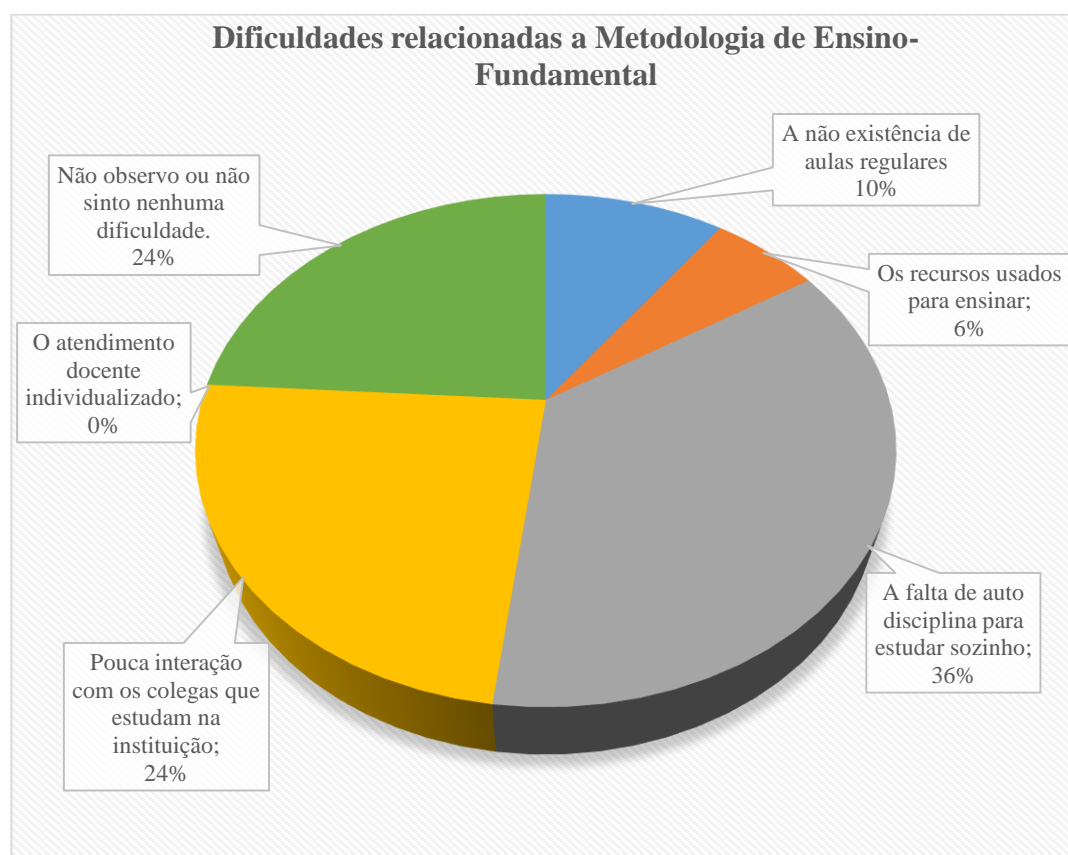


Quanto ao gráfico 21 podemos verificar que o principal motivo que levou os alunos do Ensino médio a matricularem-se no CEEJA foi a falta de disponibilidade de tempo para estudar em escola regular em função do trabalho ou de outra atividade que desenvolve, sendo que 46% dos alunos escolheram essa opção.

A segunda opção mais escolhida pelos alunos foi a que afirma que a instituição possui horários flexíveis para atendimento aos alunos. Sendo que 22% dos alunos optaram por essa resposta. E o terceiro motivo mais escolhido pelos alunos foi o tempo de conclusão de estudos ser mais rápido do que na escola regular que atingiu 14%.

Em seguida perguntou-se aos alunos qual era a principal dificuldade que observavam ou sentiam no Ensino Personalizado e apresentaram-se seis opções de respostas aos alunos participantes. Obtiveram-se os seguintes resultados:

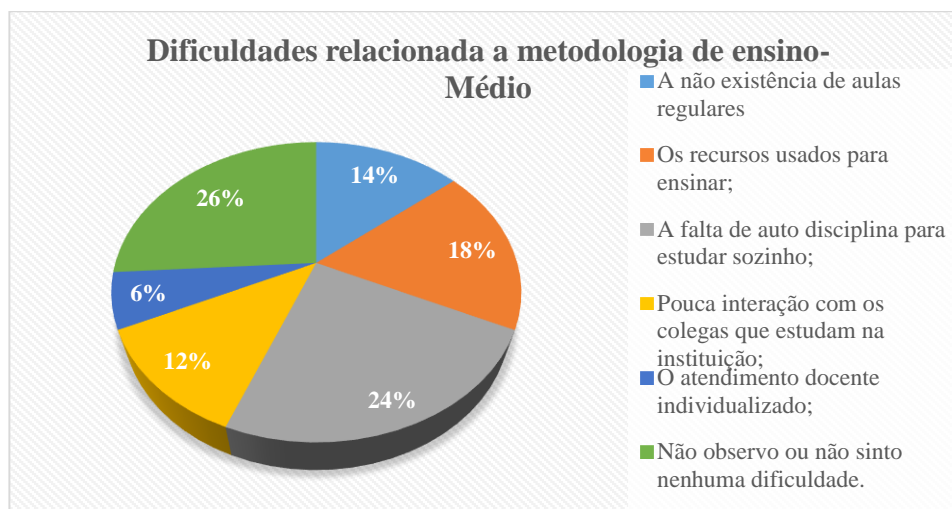
### Gráfico 22: Dificuldades que os alunos do ensino fundamental sentem no Ensino Personalizado



Verifica-se no gráfico 22 que a maior dificuldade dos alunos no Ensino Fundamental concentra-se na falta de autodisciplina para estudar sozinho, pois 36% referiram-se a esta questão. Seguem-se 24% dos estudantes que referem como maior dificuldade que existe pouca interação com os colegas que estudam na instituição. Ao mesmo nível que estes últimos verificam-se 24% que não sentem nenhuma dificuldade.

No gráfico seguinte observam-se os resultados obtidos com os alunos do **Ensino Médio**.

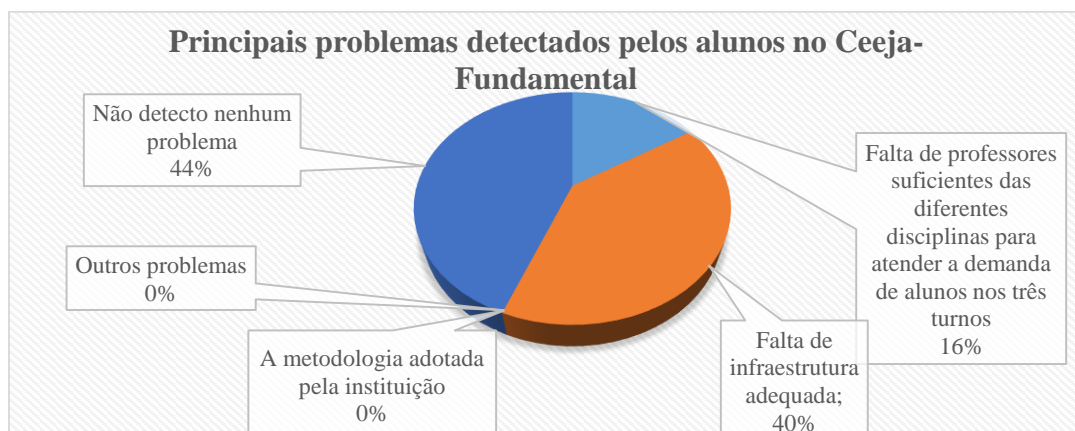
**Gráfico 23: Dificuldades que os alunos do ensino médio sentem no Ensino Personalizado**



Analisando o gráfico 23 observou-se que os alunos do Ensino Médio a resposta mais frequente foi “Não observo ou não sinto nenhuma dificuldade” (26% dos alunos), seguindo-se a resposta “falta de auto disciplina para estudar sozinho, com 24% das respostas dos inquiridos. Entre 14% e 12% situam-se as respostas a não existência de aulas regulares e a pouca interação com os colegas que estudam na instituição e verifica-se também que 6% dos alunos se queixam da não existência de aulas regulares.

Foi em seguida perguntado aos alunos quais os principais problemas que detectavam no CEEJA. Obtiveram-se os seguintes resultados:

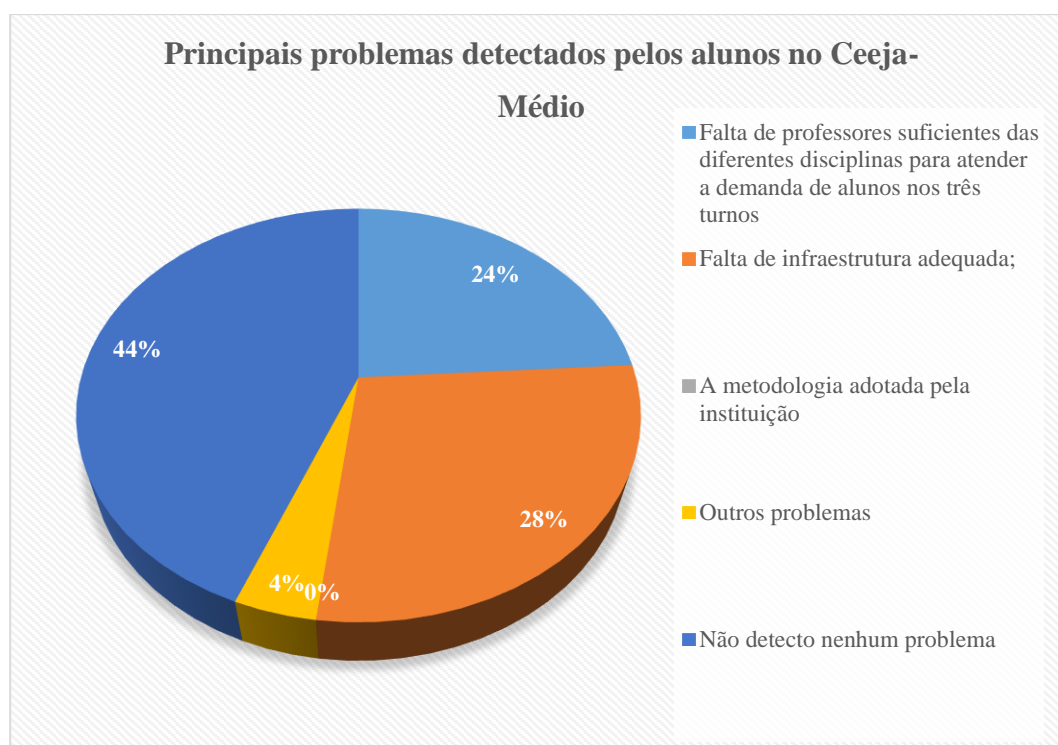
**Gráfico 24: Principal problema que os alunos do ensino fundamental detectam no CEEJA**



Verifica-se no gráfico 24 que o maior problema que os alunos no Ensino Fundamental detectam no CEEJA é a falta de infraestrutura adequada, pois 40% referiram-se a esta questão. Seguem-se 16% dos estudantes que referem que o problema do CEEJA concentra-se na falta de professores suficientes para atender a demanda de alunos nos três turnos; observou-se também que 44% estudantes não detectaram nenhum problema no CEEJA.

A mesma questão foi colocada aos alunos do ensino médio e conclui-se em relação a esses alunos o constante no gráfico seguinte:

**Gráfico 25: Principal problema que os alunos do ensino médio detectam no CEEJA**

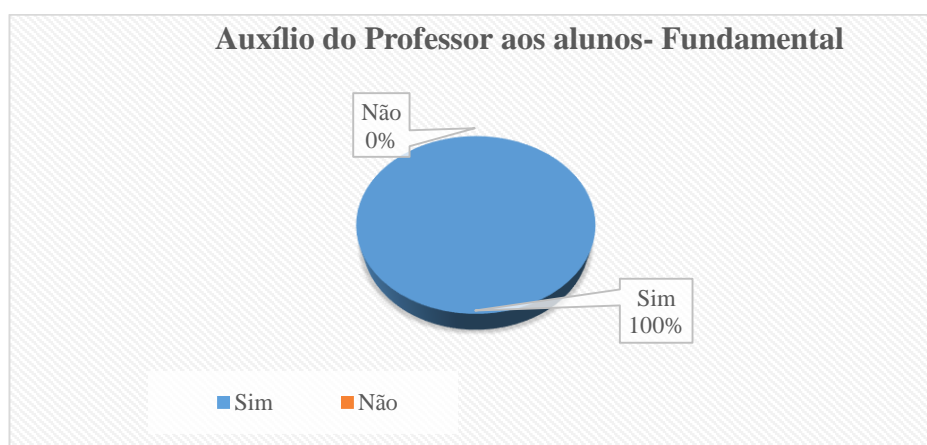


Verifica-se no gráfico 25 que o maior problema que os alunos no Ensino Médio detectam no CEEJA é a falta de infraestrutura adequada, pois 28% referiram-se a esta questão. Seguem-se 24% dos estudantes que referem que o problema do CEEJA concentra-se na falta de professores suficientes das diferentes disciplinas para atender a demanda de alunos nos três turnos; Ao mesmo tempo verificou-se que 44 estudantes não detectaram nenhum problema no CEEJA.

Para responder ao objetivo **Analisar a opinião dos alunos sobre a prática pedagógica dos docentes junto aos alunos da EJA**, foram colocadas **x** questões que se passam a apresentar.

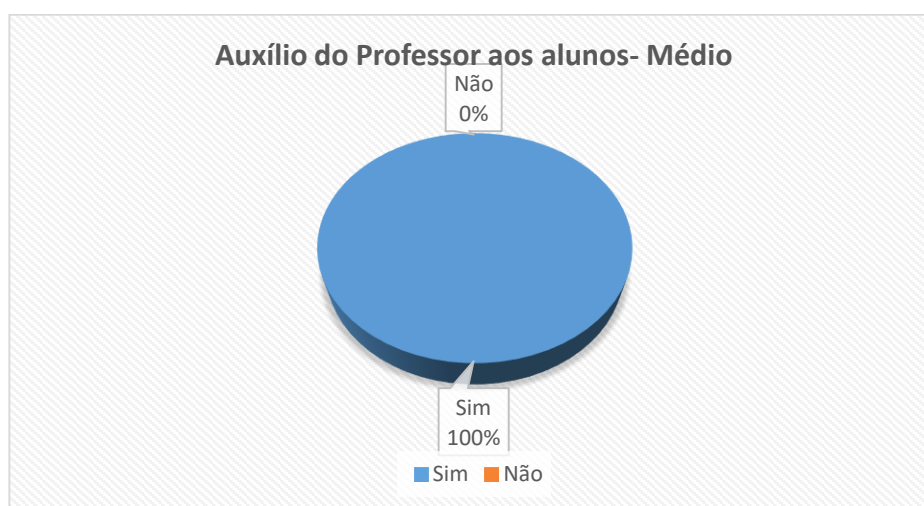
Assim para a questão se os professores esclareciam as dúvidas e orientavam os alunos nas atividades escolares, verificou-se o constante nos gráficos seguintes:

**Gráfico 26: Opinião dos alunos do ensino fundamental sobre o trabalho docente junto aos alunos nas orientações das atividades escolares**



Observa-se no gráfico 26 que 100% dos alunos do Ensino Fundamental responderam que os docentes quando solicitados por eles, esclarecem suas dúvidas e auxilia-os nas atividades escolares.

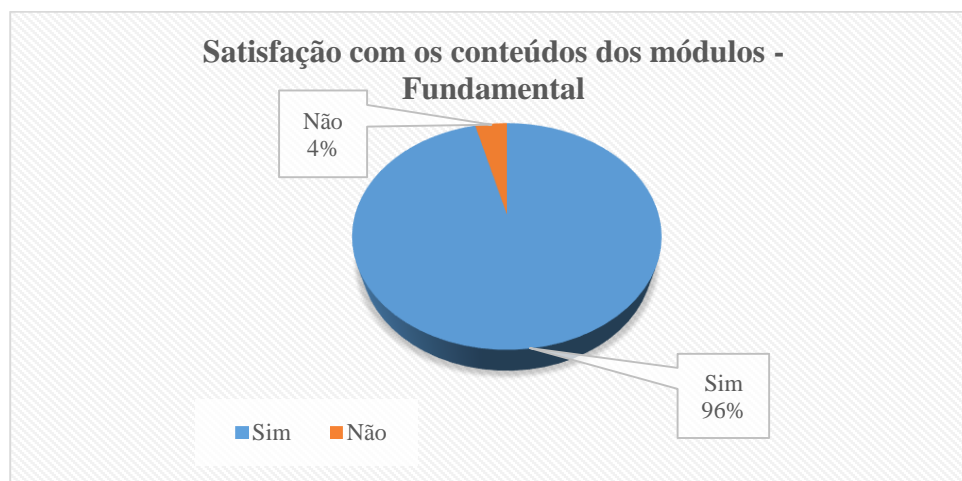
**Gráfico 27: Opinião dos alunos do ensino médio sobre trabalho docente junto aos alunos nas orientações das atividades escolares**



Observa-se no gráfico 27 que também 100% dos alunos do Ensino Médio responderam que os docentes quando solicitados por eles, esclarecem suas dúvidas e auxilia-os nas atividades escolares.

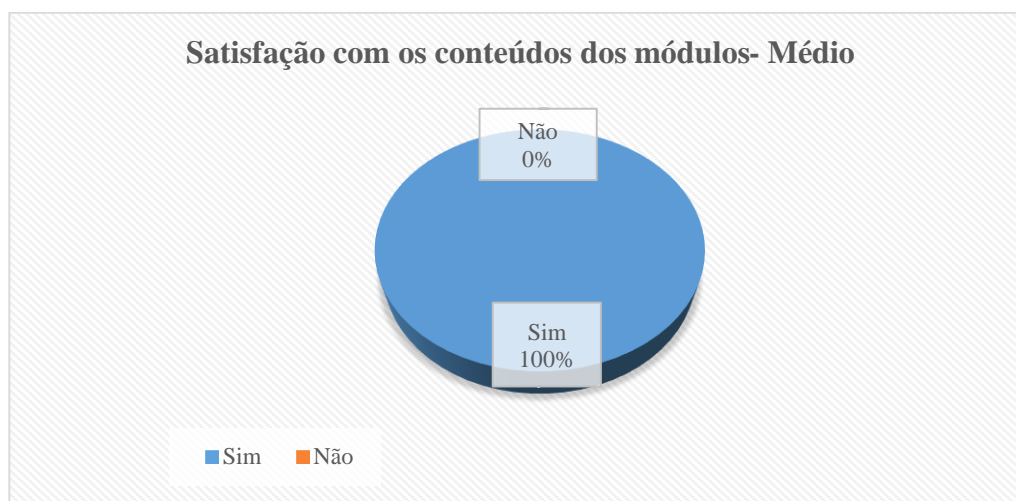
Perguntou-se também aos participantes se estavam satisfeitos com os conteúdos dos módulos. Obtiveram-se os seguintes resultados:

**Gráfico 28: Satisfação dos alunos do ensino fundamental em relação aos conteúdos dos módulos**



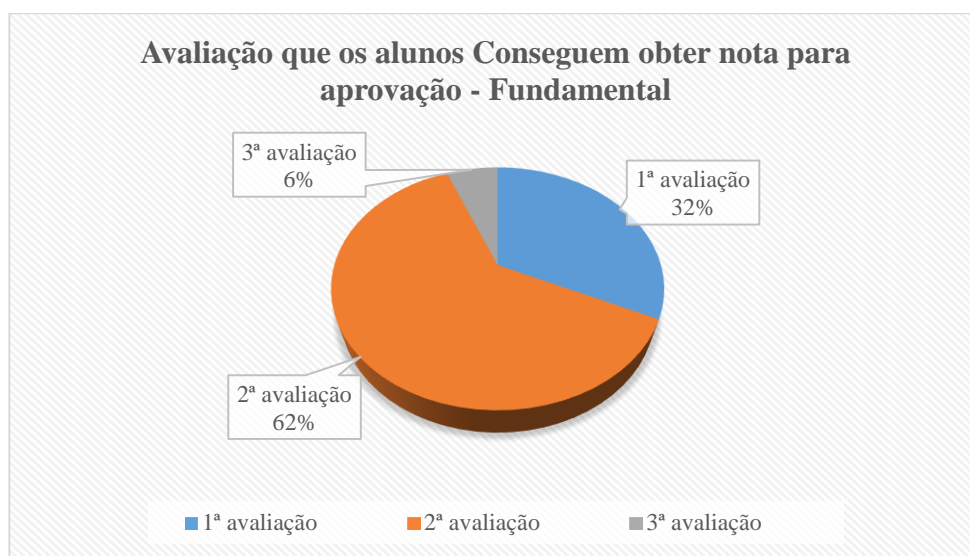
Verifica-se no gráfico 28 que 96% dos alunos do Ensino Fundamental sentem-se satisfeitos com os conteúdos que dos módulos de estudos. E apenas 4% dos alunos responderam que não estão satisfeitos com os conteúdos dos módulos.

**Gráfico 29: Satisfação dos alunos do ensino médio em relação aos conteúdos dos módulos**



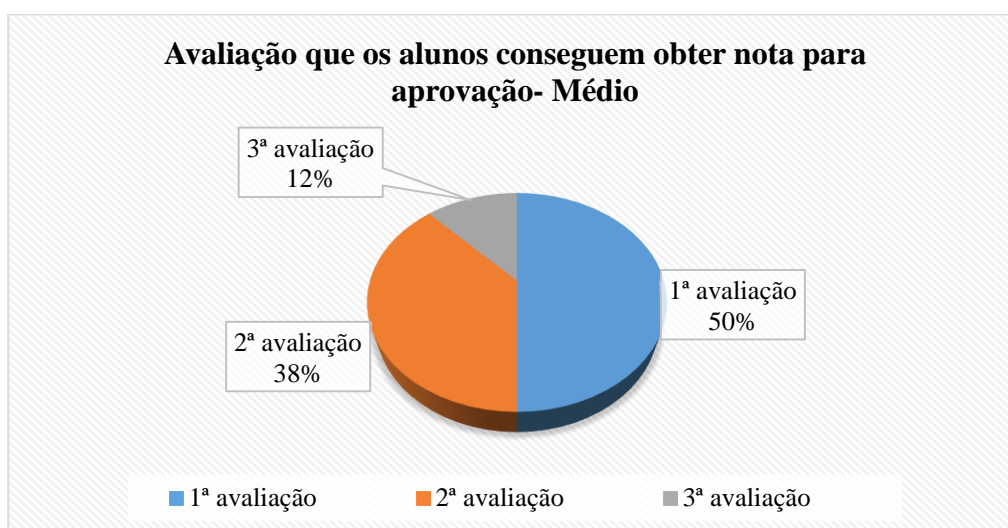
Verifica-se no gráfico 29 que 100% dos alunos do Ensino Médio sentem-se satisfeitos com os conteúdos dos módulos de estudos e nenhum aluno desmonstrou alguma insatisfação.

**Gráfico 30: Opinião dos alunos do ensino fundamental sobre a avaliação**



Analisando-se o gráfico 30 observa-se que no Ensino Fundamental 62% alunos conseguem obter nota de aprovação somente na segunda avaliação, enquanto 32% conseguem na primeira e 6% apenas na terceira avaliação.

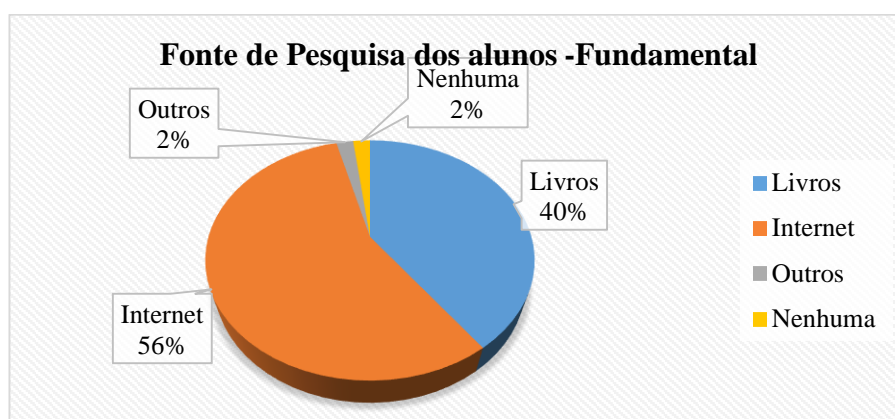
**Gráfico 31: Opinião dos alunos do ensino médio sobre a avaliação**



No gráfico 31 que corresponde aos alunos do Ensino Médio, verifica-se que 50% dos alunos conseguem obter nota de aprovação na primeira avaliação, 38% na segunda e 12% apenas na terceira.

Posteriormente perguntou-se aos inquiridos qual fonte de pesquisa que é mais utilizada para ampliar seus conhecimentos. Obtiveram-se os seguintes resultados:

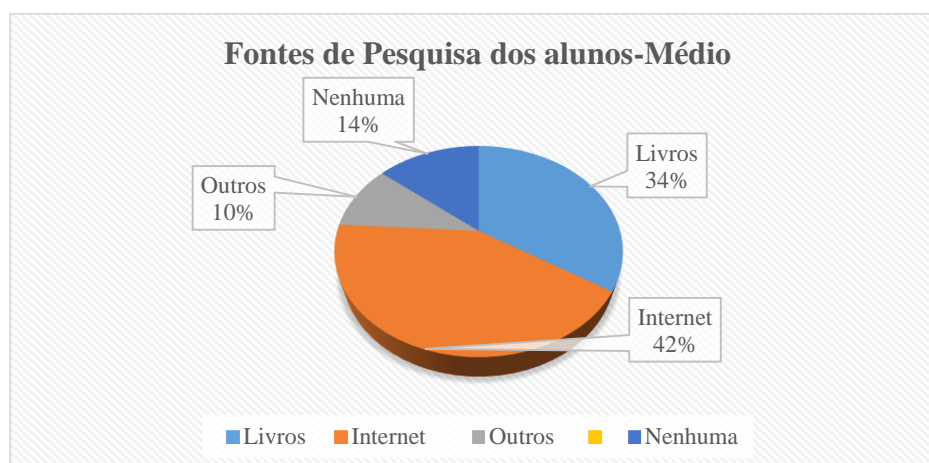
**Gráfico 32: Fonte de pesquisa que os alunos do ensino fundamental mais utilizam**



Analisando o gráfico 32 que corresponde aos alunos do ensino fundamental, constata-se que a fonte de pesquisa que alunos mais utilizam é a internet, visto que 56% dos alunos escolheram essa opção e a segunda fonte de pesquisa mais usada pelos alunos foram os livros que corresponde a 40%.

É importante destacar que 2% dos alunos utilizam outras fontes, assim como também 2% dos alunos não usam nenhuma fonte de pesquisa.

**Gráfico 33: Fonte de pesquisa que os alunos do ensino médio mais utilizam**



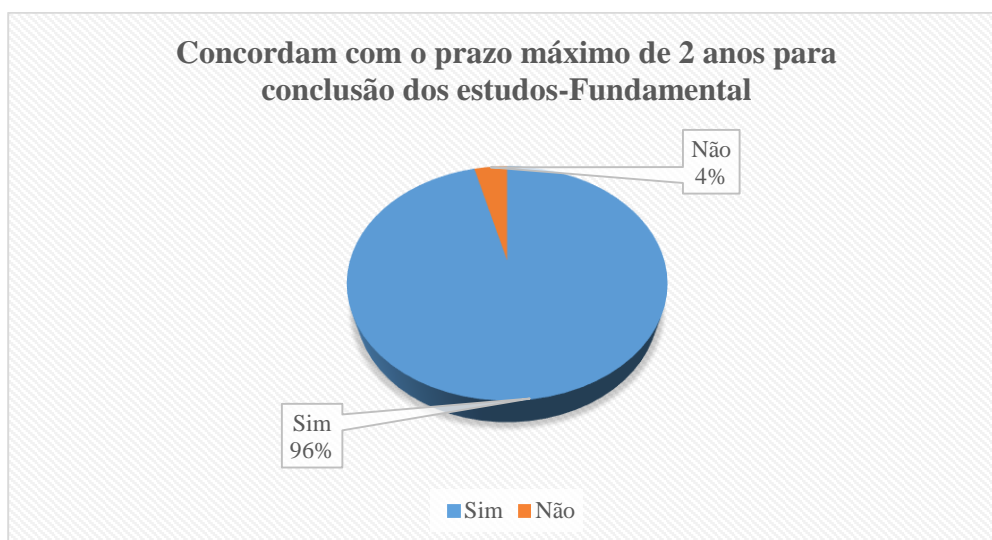
No gráfico 33 correspondente às respostas dos alunos do ensino médio 42% alunos usam internet como fonte de pesquisa. Seguida por 34% dos alunos que escolheram os livros como fonte de pesquisa e 10% dos alunos afirmaram que usam outras fontes de pesquisa. Destaca-se também que 14% dos alunos não usam nenhuma fonte de pesquisa.

Portanto, a fonte de pesquisa mais usada pelos alunos do Ensino Fundamental e Médio é a internet seguida dos livros.

No que concerne ao objetivo: **Observar se as normas referentes ao tempo de estudo e frequência são suficiente para o aluno aprender de forma significativa** relacionou-se com os seguintes questionamentos: a) se o aluno concordava com o prazo máximo de 2 anos para conclusão do Ensino Fundamental e do Médio; b) se a frequência presencial de no mínimo 2 dias são suficientes para ter uma boa orientação com os professores e assimilar conhecimentos para alcançar a nota de aprovação.

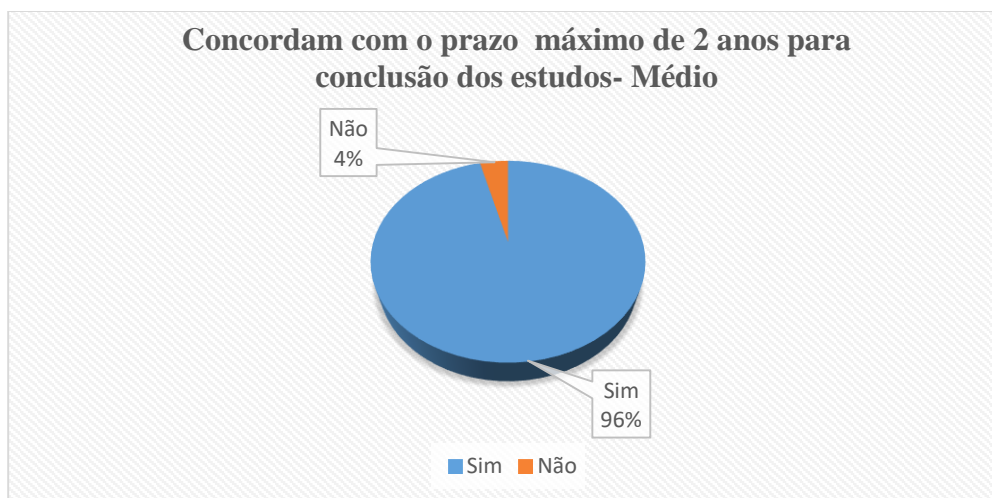
A partir desses questionamentos obtiveram-se os seguintes resultados:

**Gráfico 34: Opinião dos alunos do ensino fundamental sobre o prazo máximo para conclusão dos estudos**



Analisando o gráfico 34, verifica-se que 96% alunos do ensino fundamental, concordam com o prazo de dois anos. Apenas 4% não concordam.

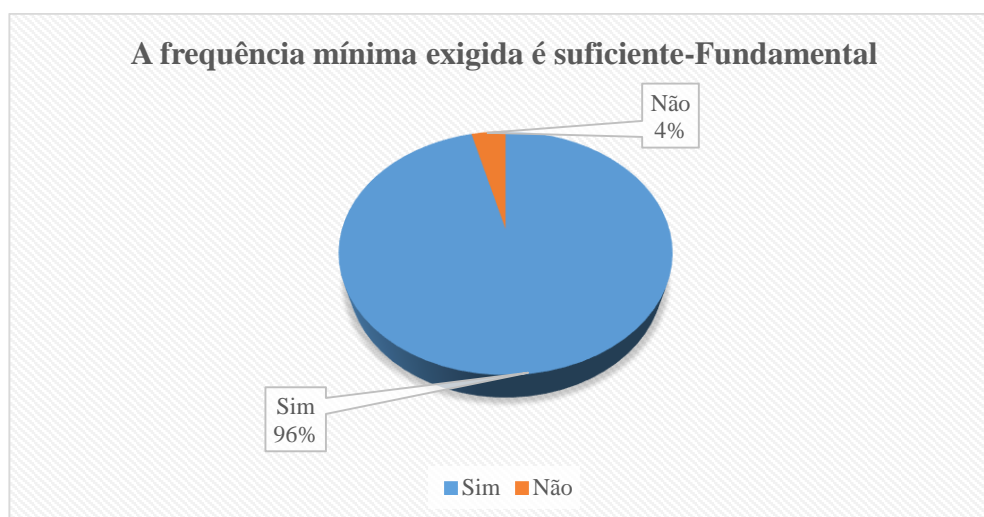
**Gráfico 35: Opinião dos alunos do ensino médio sobre o prazo máximo para conclusão dos estudos**



Verifica-se no gráfico 35 que 96% alunos do Ensino Médio responderam que concordam com tempo de 2 anos para conclusão dos estudos. Os que não concordam apresentam um percentual pouco relevante de apenas 4%.

Em ambos os gráficos o resultado são os mesmos.

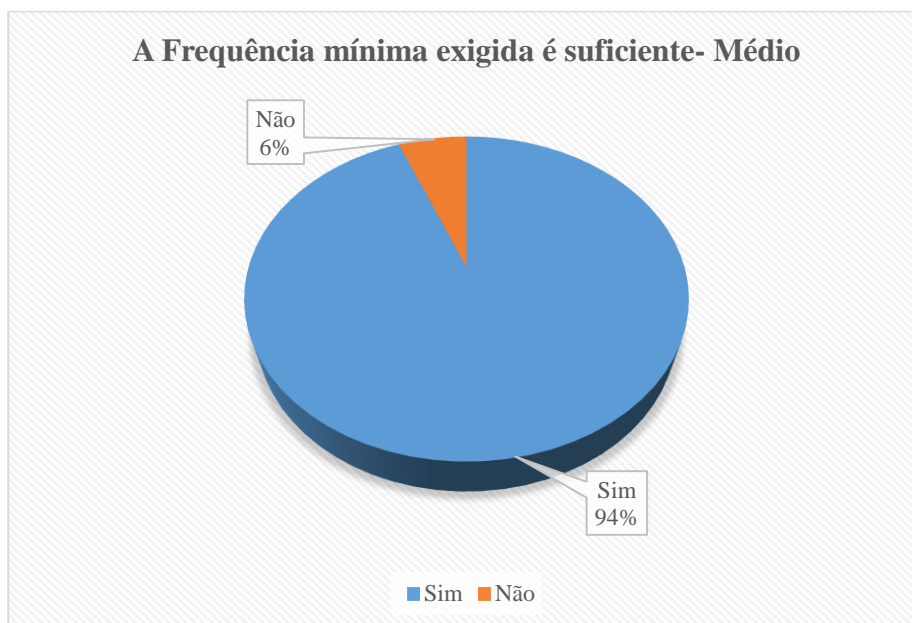
**Gráfico 36: Opinião dos alunos do ensino fundamental sobre a frequência mínima exigida pelo CEEJA**



Verifica-se no gráfico 36 que 96% dos alunos do Ensino Fundamental responderam que a frequência mínima exigida para os alunos frequentarem o CEEJA é suficiente para ter-se o atendimento individual com os professores, para assimilarem

conhecimentos e alcançarem a nota de aprovação exigida pela instituição de ensino. Ressalta-se que apenas 4% dos alunos discordaram.

**Gráfico 37: Opinião dos alunos do ensino médio sobre a frequência mínima exigida pelo CEEJA**



Verifica-se no gráfico 37 que 94% dos alunos do Ensino Médio responderam que a frequência mínima exigida para os alunos frequentarem o CEEJA é suficiente para ter-se o atendimento individual com os professores, assim como para assimilarem conhecimentos e alcançarem a nota de aprovação exigida pela instituição de ensino, no entanto, 4% dos alunos discordaram.

## VI. PROPOSTA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Após análise e reflexão sobre os dados obtidos através da aplicação dos questionários optou-se por apresentar uma proposta de intervenção para melhorar a aprendizagem dos alunos e motivá-los a concluir o Ensino Fundamental e Médio a partir dos aspectos considerados mais frágeis que são: o histórico de abandono escolar, os alunos do Ensino Fundamental que só conseguem média aprovação a partir da 2ª prova e a falta de autodisciplina nos alunos para estudarem sozinhos.

Diante desse contexto, propõe-se o seguinte plano de intervenção:

A opinião dos alunos do Ensino Fundamental e Médio sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) de Santarém-Pará/Brasil

| <b>Público Alvo</b>                  | <b>Objetivos</b>  | <b>Conteúdo</b>   | <b>Estratégias</b>  | <b>Recursos</b>                                  | <b>Operacionalização</b>   | <b>Avaliação</b>   |
|--------------------------------------|---|---|---|--|--|--|
| Alunos do Ensino Fundamental e Médio | Motivar os alunos a prosseguirem com seus estudos.                          | Abandono  | -Palestras educativas;<br>Monitoramento da frequência dos alunos.                             | Pedagogas, equipe gestora da escola e ex-alunos. | Realizar uma palestra no 1º semestre sobre a importância dos estudos para o desenvolvimento intelectual e profissional dos jovens e adultos e apresentar dois ex-alunos da instituição bem sucedidos para dar depoimento de como concluíram seus estudos e como alcançaram o sucesso profissional.<br>-Diagnosticar os alunos que estão infrequentes a partir de um mês de ausência e entrar contato com o mesmo para ter um diálogo com a equipe pedagógica da escola | -Lista de frequência e questionário avaliativo das palestras.<br>-Fichas de orientação dos docentes, caderno de frequência dos alunos. |
| Alunos do Ensino Fundamental e Médio | Contribuir para que os alunos alcancem a média de aprovação na 1ª avaliação | Alunos do Ensino Fundamental que só conseguem média aprovação a partir da 2ª prova. | - Diagnóstico das notas dos alunos e da avaliação que obtém a nota de aprovação<br>- Tutorias | Equipe pedagógica da escola e docentes           | -Analisar as fichas de avaliações dos alunos para verificar as notas nas disciplinas que estão abaixo da média.<br>- Sugerir aos docentes que faça grupos de estudos semanal para explicar e esclarecer dúvidas nos conteúdos mais complexos das disciplinas em que os alunos apresentam baixo desempenho  | Fichas individuais dos alunos e de orientações dos professores.  |

A opinião dos alunos do Ensino Fundamental e Médio sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) de Santarém-Pará/Brasil

| <b>Público Alvo</b>                  | <b>Objetivos</b>   | <b>Conteúdos</b>  | <b>Estratégias</b>   | <b>Recursos</b>             | <b>Operacionalização</b>  | <b>Avaliação</b>  |
|--------------------------------------|--|---|--|-----------------------------|---|---|
| Alunos do Ensino Fundamental e Médio | Ajudar os alunos a disciplinarem – se para estudarem sozinhos. | Falta de autodisciplina nos alunos para estudarem sozinhos. | -Elaboração de um mural e folder para os alunos com dicas para aprenderem a estudar sozinhos.<br>-Apoio docente aos alunos | Equipe pedagógica da escola | -Confeccionar um mural bem atrativo na sala de estudos dos alunos com 10 dicas explicativas:<br>1.Memorizar que a disciplina é a chave do sucesso;<br>2.Descobrir de que forma você aprende mais rápido;<br>3.Organizar e controlar o tempo de estudos;<br>4.Usar a tecnologia para estudar;<br>5.Solicitar ajuda quando sentir dificuldades;<br>6.Resolver e elaborar exercícios;<br>7.Criar metas de estudos;<br>8.Fazer um resumo dos conteúdos estudados;<br>9.Respeitar seus limites físicos e biológicos;<br>10.Procurar um ambiente propício para estudar.<br>-Conversar com os docentes para que semanalmente façam atividades escolares que favoreçam o desenvolvimento da autodisciplina com os alunos. | Fichas de orientações dos docentes e ficha individual dos alunos. |

## VII. CRONOGRAMA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

| Estratégias   | Meses/Ano:2019 |     |     |     |     |
|---|----------------|-----|-----|-----|-----|
|   | Jan            | Fev | Mar | Abr | Mai |
| Palestras educativas  |                |     | x   |     |     |
| Monitoramento da frequência dos alunos.   | x              | x   | x   | x   | x   |
| Elaboração de um mural e folder para os alunos com dicas para aprenderem a estudar sozinhos |                | x   |     |     |     |
| Apoio docente aos alunos  | x              | x   | x   | x   | x   |
| Diagnóstico das notas dos alunos e da avaliação que obtém a nota de aprovação               | x              | x   |     |     |     |
| Tutorias  | x              | x   | x   | x   | x   |

## VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este projeto de investigação pretendeu fazer uma breve abordagem sobre o processo de aprendizagem dos alunos do Ensino Fundamental (séries finais/ 3ª e 4ª etapas) e do Ensino Médio no CEEJA através do Ensino Personalizado.

Com este trabalho pretendeu-se analisar se a opinião dos alunos do Ensino Fundamental e Médio sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do CEEJA de Santarém.

A partir da análise dos dados coletados através dos gráficos elaborados em planilhas do Excel chegou-se as seguintes conclusões:

Em relação ao primeiro objetivo específico: **Identificar os motivos que levam os alunos a frequentar o ensino personalizado e as principais dificuldades sentidas quer neste tipo de ensino quer no CEEJA**, comparando com os resultados obtidos concluiu-se que o principal motivo que levou os alunos do Ensino Fundamental a estudarem no CEEJA foi o tempo de conclusão dos estudos ser mais rápido do que na

escola regular, sendo que 40% dos alunos participantes optaram por essa resposta. Em relação aos alunos do Ensino Médio constatou-se 46% dos alunos participantes afirmaram que o motivo que levou-os a estudarem no CEEJA foi a falta de disponibilidade de tempo para estudar em escola regular em função do trabalho ou de outra atividade que desenvolve.

Quanto a principal dificuldade que os alunos apresentam em relação ao ensino personalizado desenvolvido pelo CEEJA concentra-se na falta de autodisciplina para estudar sozinho. No Ensino fundamental 36% dos alunos optaram por essa resposta e no Ensino Médio 24%. Portanto, o motivo foi o mesmo em ambos níveis de ensino.

Ao mesmo nível que estes verificam-se que 24% dos alunos do Ensino Fundamental e 26% dos alunos do Ensino Médio não sentem nenhuma dificuldade.

No que concerne ao segundo objetivo específico: **Analisar a opinião dos alunos sobre a prática pedagógica dos docentes junto aos alunos da EJA**, observou-se que 100% dos alunos do Ensino Fundamental e do Médio responderam que os docentes quando solicitados por eles, esclarecem suas dúvidas e auxilia-os nas atividades escolares. Portanto, não há queixas em relação ao trabalho docente, no entanto, 44% dos alunos do Ensino Médio apontam que um dos principais problemas da instituição de ensino é a falta de professores suficientes das diferentes disciplinas para atender a demanda de alunos nos três turnos.

Ao que corresponde ao terceiro objetivo específico: **Observar se as normas referentes ao tempo de estudo e frequência são suficiente para o aluno aprender de forma significativa**. Analisando-se as respostas dos alunos do Ensino Fundamental e do Médio o resultado foi o mesmo, pois 96% dos alunos concordam com o prazo de dois anos estipulado pela instituição de ensino para os alunos concluírem seus estudos.

Em relação a frequência mínima que é exigida pela instituição, 96% dos alunos do Ensino Fundamental responderam que a frequência mínima exigida para os alunos frequentarem o CEEJA é suficiente para ter-se o atendimento individual com os professores, para assimilarem conhecimentos e alcançarem a nota de aprovação, assim como 94% dos alunos do Ensino Médio concordaram com essa afirmação.

É notório observar que o grau de satisfação dos alunos pelo tipo de ensino que é ofertado pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos de Santarém é significativo, visto

consiste em uma forma de educação a distância semipresencial que permite a flexibilidade de frequência e de horário para os estudos dos alunos.

Os alunos também sentem-se satisfeitos com o trabalhos dos docentes, visto que dão auxílio necessário nas atividades escolares, ajudando-os a torná-los mais autônomos para elaborarem seu cronograma de estudos e para desenvolverem seus próprios meios de aprendizagens.

Os alunos também concordam com as normas da instituição, principalmente no que se refere a questão da frequência e do tempo para conclusão do curso. Eles tem consciência que é preciso cumprir com os prazos determinados para alcançarem a nota de aprovação e concluir os estudos em tempo hábil. Além de que sabem da importância de ter disciplina para estudar sozinho, interagir com os colegas e com os professores, assim como fazer uso de outras fontes de pesquisas, além dos seus módulos de estudos para obterem melhores resultados em seu processo de estudo.

Outro aspecto relevante é que apesar de a escola não possuir uma infraestrutura adequada para atender à grande demanda de alunos, os alunos sentem-se bem acolhidos na instituição e almejam ver melhorias para desfrutarem de ambientes pedagógicos que favoreçam maiores aprendizagens.

No diálogo com a direção da escola observou-se que e a equipe gestora está sem empenhando em buscar junto a Secretaria Estadual de Educação a reforma e ampliação do espaço para proporcionar um lugar mais aprazível e favorável a aprendizagem dos alunos.

Conclui-se que a percepção que os alunos da EJA tem em relação ao ensino personalizado é positiva, pois muitos acreditam no potencial dos docentes e nas propostas educativas que o CEEJA vem oportunizando a muitas pessoas. Observa-se, no entanto, que é preciso superar algumas fragilidades existentes na instituição para tornar a Educação de Jovens e Adultos mais atraente e eficiente. Também é perceptível que a instituição de ensino tem proporcionando maior acesso a educação, assim como tem resgatado a autoestima de muitos alunos.

Outro aspecto relevante é que o percentual de alunos concluintes do Ensino Fundamental e Médio tem aumentado nos últimos anos, assim como os que ingressam no

nível superior comprovando que os alunos da EJA e da Educação a Distância são capazes de atingirem outros níveis de estudos, de desenvolverem competências e habilidades que favoreçam seu desenvolvimento cognitivo e profissional.

Neste sentido, os alunos da EJA não podem ser excluídos e marginalizado pelo fato de estarem fora da faixa etária adequada no nível de ensino. Eles precisam serem tratados com dignidade e equidade para que não tenha mais perdas e possam ter novas oportunidades de estudos e de qualificação profissional.

A educação de Jovens e Adultos faz parte da educação básica e, é amparada por lei, contudo, é preciso garantir aos alunos o direito a educação de qualidade através do ensino regular ou a distância para que eles não fiquem a margem sociedade e possam usufruir de seus direitos.

Portanto, é preciso que as esferas federal, municipal e estadual invistam maiores recursos nesta modalidade de ensino e criem políticas públicas que favoreçam o desenvolvimento global dos alunos. Pois, na concepção de Haddad (2017 p. 29) a educação em todas formas e em todos os níveis, deve ter disponibilidade, acessibilidade material e econômica, aceitabilidade e adaptabilidade para de fato se garantir o direito humano à educação sem distinção nenhuma a quem quer seja.

## IX- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bastos, M. H. C. (2012). *Histórias e memórias da educação no Brasil-Vol. III-Século XX* (Vol. 3). Editora Vozes Limitada.

Beserra, V. e Barreto, M. O. (2014) . Trajetória da Educação de Jovens e Adultos: Histórico no Brasil, perspectivas atuais e conscientização na alfabetização de adultos. Cairu em Revista. Jul/Ago. Ano 03, nº 04, p. 1 64-190. [Em Linha]. Disponível em <http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/pdfhtml> [Consultado em 22/03/2018].

Brandão, C. d. F., (2015). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9.394/96 Comenta e Interpretada Artigo por Artigo*. 5ªed.São Paulo,Avercamp Editora.

Capucho, V. (2012). *Educação de Jovens e adultos; prática pedagógica e fortalecimento da cidadania*. São Paulo. V.3. Cortez.

Cara, D. (2014). A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é tratada de maneira míope e desumana. [Em Linha]. Disponível em <<http://www.educacao.uol.com.br/colunas/daniel-cara/2014/08/26/o-maior-desafio-do-pne-e-a-educacao-de-jovens-e-adultos.html>> [Consultado em 04/04/2018].

Cardoso, A. L. T (2014). *A educação de jovens e adultos e o mundo do trabalho*.

Constituição Federal. (1988). Brasília: Presidência da República.

Costa, C. (2017). Educação de Jovens e Adultos: Conhecimentos E Saberes Nas Teses E Dissertações Da Argentina E Brasil (2010-2016). [Em Linha]. Disponível em<[http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330531/1/Costa\\_CarlosOdilonDa\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/330531/1/Costa_CarlosOdilonDa_D.pdf)>. [Consultado em 15/ 02 /2018].

Costa, F. D. D. (2014). *A Educação à Distância-EAD: rompendo barreiras*.

Dalfovo, M. S., LANA, R. A. e SILVEIRA, A. (2008). Métodos Quantitativos e Qualitativos: Um Resgate Teórico. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Vol. 2, No 3*.

De Matos Oliveira, M. O. (2007). Políticas públicas e educação de jovens e adultos. Memória e formação de professores. In: Nascimento, Ad., e Hetkowski, Tm. *Memória e formação de professores*. Salvador: EDUFBA 310 p.

Decreto nº 2.494 de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei nº 9.394/96). Brasília: Presidência da República, 1998.

Dourado, L. F. (2010). *Avaliação do Plano Nacional de Educação 2001-2009: questões estruturais e conjunturais de uma política*.

Di Pierro, M. C. (2010). *A educação de jovens e adultos no Plano Nacional de Educação: avaliação, desafios e perspectivas*. Educação & Sociedade, 31(112).

Fernandes, L. P. e Bastiani, T. M. d. (2009). Projovem Campo – Saberes da Terra: desafios e perspectivas para as escolas do campo. [Em linha]. Disponível em <[http://coral.ufsm.br/sifedoregional/images/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20e%20Grupos%20de%20Trabalho%20\(GTs\)/Regional%20Santa%20Maria/GT%204/Regional\\_Santa\\_Maria\\_2013%20\(1\).pdf](http://coral.ufsm.br/sifedoregional/images/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20e%20Grupos%20de%20Trabalho%20(GTs)/Regional%20Santa%20Maria/GT%204/Regional_Santa_Maria_2013%20(1).pdf)> [Consultado em 25/02/2018].

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1987

Ghiraldelli Junior, P. (2006). *História da educação brasileira*. 2ª Edição. São Paulo: Cortez Editora.

Haddad, S. (2008). *A situação atual da educação de pessoas jovens e adultas no Brasil*. CREFAL, México.

Haddad, S.; e Di Pierro, M. C. (2006). Escolarização de jovens e adultos. *Revista Brasileira de Educação*, pp. 108-194.

Jardilino, J. R. L., e de Araújo, R. M. B. (2015). *Educação de jovens e adultos sujeitos, saberes e práticas*. Cortez Editora.

Jeffrey, D. C. e Aguilar, L. E. (2012). *Política Educacional Brasileira: Análises e Entraves (Níveis e Modalidades)*. 1 ed. Mercado de Letras.

Jeffrey, D. C., e Aguilar, L. E. (Eds.). (2013). *Balanço da política educacional brasileira (1999-2009): ações e programas*. Mercado de Letras.

Labes, Emerson Moises. (1998). Questionário: do planejamento à aplicação na pesquisa. *Chapecó: Grifos*, pp. 29-31.

Laffin, M.H.F. (2014). Pesquisas no campo da educação de jovens e adultos (eja) no e do estado de Santa Catarina. [Em linha]. Disponível em <[http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq\\_pdf/658-0.pdf](http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/658-0.pdf)>. [Consultado em 23/03/2018].

Lakatos, Eva Maria e Marconi, Marina de Andrade. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed.-São Paulo: Atlas.

Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação. Brasília: Presidência da República, 1996.

Losso, A. R. S. (2007). *Reflexões sobre a Educação a Distância: o papel do professor tutor na perspectiva da mediação pedagógica Reflections about Distance Education-the role of the teacher-tutor in the perspective of pedagogic mediation*. Revista Linhas, 3(2).

Maciel, K. D. F. (2011). O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011. Disponível em:<<http://www.seer.ufv.br/seer/educacaoemperspectiva/index.php/ppgeufv/article/viewFile/196/70>>. [Consultado em 20.02.2018]

Martins, R. X., & Ramos, R. (2013). *Metodologia de pesquisa: guia de estudos*. Lavras: UFLA, 8-21.

Moran, J. M. (2016). Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias. [Em linha]. Disponível em <[http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2017/11/tecnologias\\_moran.pdf](http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2017/11/tecnologias_moran.pdf)>. [Consultado em 23/03/2018].

Parecer CNE/CEB/11/2000. Brasília: Presidência da República, 2000.

PNE. (2014). Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação. Presidência da República. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE).

Preti, O. (2005). *Educação a Distância: ressignificando práticas*. Brasília: Líber Livro.

Rampazzo, L. (2011). *Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação*. São Paulo: Loyola, 2010. 142. Revista EDICIC, 1(3), 127-142.

Romão, C. (2004). Abordagens qualitativas de pesquisa. [Em linha]. Disponível em <<http://www.cesarromao.com.br/redator/item24132.htm>>. [Consultado em 30/01/2018].

Sampaio, M. N. (2009). *Educação de jovens e adultos: uma história de complexidade e tensões*. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, 5(7), 13-27.

Sampaio, M. N. e Almeida, R. S. (2015). *Práticas de educação de jovens e adultos: complexidades, desafios e propostas*. Autêntica.

Santos, C. P. d. S., e Arruda, R, A, (L2013). A Visão dos alunos da Educação de Jovens e Adultos sobre a escola. Sinop. Revista Eventos Pedagógicos. v.4, n.2, p. 31 - 40, ago. – dez. 2013. [Em linha]. <<Http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/viewFile/1285/935>>. [Consultado em 20/01/2018].

Scortegagna, P. A., & da Silva Oliveira, R. D. C. (2006). *Educação de jovens e adultos no Brasil: uma análise histórico-crítica*. Revista Eletrônica de Ciências da Educação, 5(2).

Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. (2015). Documento Base do Plano Estadual de Educação do Estado do Pará. Belém-Pará.

Secretaria Estadual de Educação -SEDUC (2015). Normatização Estadual Unificada para os Centros de Educação de Jovens e Adultos, Núcleos de Educação de Jovens e Adultos e as Unidades de Educação de Jovens e Adultos. Belém-Pará.

Silva, J. B., Ribas, C. C. C., & Knaut, M. S. J. (2014). *A relação professor/aluno na ead ea promoção da aprendizagem significativa ensaios pedagógicos*. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET.

Soares, L. O educador de jovens e adultos e sua formação. *Educação em Revista*, n. 47, p. 83-100, jun. 2008. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/n47/05.pdf>>. [Consultado em 20/01/2018].

Soares, Leôncio. (2011). *Analisando pesquisas de Educação de Jovens e Adultos. Educação de Jovens e Adultos: o que revelam as pesquisas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

Stephanou, M.; BASTOS, M. H. (orgs). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 2005.



Strelhow, T. B. (2010). *Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil*. Revista HISTEDBR on-line, 10(38), 49-59.

Tufani, C. (2016). *O Programa Brasil Alfabetizado: uma pequena introdução e possíveis áreas de pesquisa (No. 59)*. International Policy Centre for Inclusive Growth.

Vieira, S. L. (2007). *A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto*. Revista brasileira de Estudos pedagógicos, 88(219).

## X-ANEXOS

Anexo 1- Pedido de autorização ao Presidente do Conselho Executivo para a aplicação dos questionário



**UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**Mestrado em Docência e Gestão Educacional**

**Exmo. Sr. Diretor do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA)**

**Assunto: Pedido de distribuição e preenchimento de questionários para os alunos do Ensino Fundamental e Médio da EJA**

No âmbito do Mestrado em Docência e Gestão Educacional da Universidade Fernando Pessoa, irei realizar um projeto de investigação intitulado “A opinião dos alunos do Ensino Fundamental e Médio sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) de Santarém-Pará/Brasil”, orientado pela professora Doutora Fátima Paiva Coelho.

Ciente que a Educação de Jovens e Adultos tem possibilitado aos estudantes acesso à educação básica, assim como tem promovido mudanças no processo de ensino e aprendizagem.

Para o desenvolvimento da referida pesquisa será necessário aplicar um questionário para os alunos do Ensino Fundamental e Médio da EJA para coletar informações sobre os respectivos alunos e sobre o ensino personalizado que é desenvolvido por esta instituição de ensino.

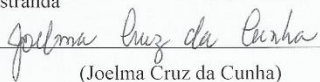
Assim, vimos por meio deste solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> se digne autorizar a aplicação de um inquérito-questionário para os alunos desta escola, sendo assegurados todos os procedimentos de confidencialidade dos dados obtidos.

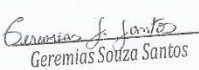
Agradecemos desde já a atenção para o referido pedido, considerando que o contributo de V. Ex.<sup>a</sup> é fundamental para prossecução dessa pesquisa.

Pede deferimento

Santarém, 22 de janeiro de 2018.

A mestrande

  
\_\_\_\_\_  
(Joelma Cruz da Cunha)

  
Geremias Souza Santos  
Diretor  
Portaria n.º 11.956/2015

Anexo 2 – Declaração de Consentimento Informado aos Encarregados de Educação

**DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO**

Designação do Estudo: “A opinião dos alunos do Ensino Fundamental e Médio sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) de Santarém-Pará/Brasil”.

No âmbito da tese de Mestrado em Docência e Gestão Educacional da Universidade Fernando Pessoa que a signatária realiza um estudo denominado “A opinião dos alunos do Ensino Fundamental e Médio sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA) de Santarém-Pará/Brasil”. Solicita-se o consentimento de V. Ex<sup>a</sup> para a participação neste estudo do discente pelo qual é responsável, autorizando a aplicação de um questionário inquérito. Alerts-se que os dados pessoais recolhidos serão analisados de forma confidencial e anônima, de acordo com os princípios éticos e deontológicos, destinados e exclusivamente para fins científicos. A colaboração do discente neste estudo permitirá compreender melhor o tipo de ensino que é desenvolvido na Educação de Jovens de Adultos do CEEJA.

Eu, abaixo-assinado (nome completo) -----

-----  
responsável pelo participante no projeto (nome completo do aluno) -----

-----, compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da sua participação na investigação que se pretende realizar, bem como do estudo em que será incluído. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objetivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a sua participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal. Foi-me ainda assegurado que os registros serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar no estudo em causa.

Data: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/20\_\_\_\_\_

Assinatura do responsável pelo participante no projeto: \_\_\_\_\_

**Investigador responsável:**

Nome: Joelma Cruz da Cunha

Assinatura: \_\_\_\_\_

Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa

### Anexo 3 - Questionário final após validação pelos peritos da área

Conto com a sua colaboração para responder este questionário em que pretende-se obter informações sobre a metodologia de ensino ofertada pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos, assim como conhecer perfil e outros aspectos referentes aos alunos e alunas que estudam neste Centro. Das informações solicitadas e dos questionamentos levantados,  **você deve marcar apenas uma alternativa**. Garantimos que as informações recolhidas neste questionário serão guardadas em sigilo. Agradeço a sua participação!

**Joelma Cunha**

(Aluna do curso de Mestrado em Docência e Gestão Educacional da Universidade Fernando Pessoa)

#### **1. DADOS PESSOAIS**

##### **1.1 Sexo:**

( ) Masculino

( ) Feminino

##### **1.2 Idade:**

( ) 15 a 18 anos

( ) 19 a 21 anos

( ) 22 a 25 anos

( ) 26 a 29 anos

( ) 30 a 33 anos

( ) 34 a 37 anos

( ) 38 a 41anos

( ) 42 a 45 anos

( ) 46 a 49 anos

( ) mais 50 anos

##### **1.3 Você tem filhos?**

( ) Sim

( ) Não

##### **1.4 Você trabalha?**

( ) Sim

( ) Não

##### **1.5 Você reside onde?**

( ) na região urbana

( ) na região rural - planalto

( )na região rural - rios

## **2.SITUAÇÃO ESCOLAR:**

### **2.1 Nível de ensino que você estuda:**

Fundamental

Médio

### **2.2 Você ingressou na escola com que idade?**

Menos de 4 anos

4 anos

5 anos

6 anos

7 anos

Mais de 7 anos

### **2.3 Quantas vezes você já abandonou a escola?**

Nenhuma vez

Uma vez

Duas vezes

Três vezes

Mais de três vezes

### **2.4 Você já foi reprovado alguma vez?**

Nenhuma vez

Uma vez

Duas vezes

Três vezes

Mais de três vezes

## **3. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A METODOLOGIA DE ENSINO E ASPECTOS RELEVANTES DOS ALUNOS**

### **3.1.1 Você gosta da metodologia do ensino personalizado ofertado pelo CEEJA?**

Sim

Não

### **3.1.2 Qual a principal dificuldade que você observa na metodologia de ensino Personalizado?**

A não existência de aulas regulares;

Os recursos usados para ensinar;

- ( ) A falta de auto disciplina para estudar sozinho;
- ( ) Pouca interação com os colegas que estudam na instituição;
- ( ) O atendimento docente individualizado;
- ( ) Não observo nenhuma dificuldade.

**3.1.3 Os professores esclarecem suas dúvidas e orienta você nas atividades escolares?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**3.1.4. Você está satisfeito com os conteúdos dos módulos?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**3.1.5. Você concorda com o prazo máximo de 2 anos para conclusão do Ensino Fundamental e do Médio?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**3.1.6. A frequência presencial de no mínimo 2 dias são suficientes para ter uma boa orientação com os professores e para assimilar conhecimentos para alcançar a nota de aprovação?**

- ( ) Sim
- ( ) Não

**3.1.7. De forma geral, qual o principal problema que você observa na instituição?**

- ( ) Falta de professores suficientes das diferentes disciplinas para atender a demanda de alunos nos três turnos;
- ( ) Falta de infraestrutura adequada;
- ( ) A metodologia adotada pela instituição;
- ( ) Outros problemas;
- ( ) Não detecto nenhum problema

**3.1.8 Em qual avaliação geralmente você consegue obter nota para aprovação nas disciplinas em que está cursando?**

- ( ) 1ª avaliação
- ( ) 2ª avaliação
- ( ) 3ª avaliação

**3.1.9 Qual fonte de pesquisa além dos módulos que você utiliza para ampliar seus conhecimentos?**

- ( ) livros

- internet
- outros
- nenhuma

**3.10 Qual o principal motivo que levou você a matricular-se no CEEJA para estudar?**

- Porque a instituição trabalha com a modalidade de Educação à Distância e com a metodologia de ensino personalizada;
- Porque possui horários flexíveis para atendimento aos alunos;
- Porque o tempo de conclusão de estudos é mais rápido do que na escola regular;
- Por exigência de algum órgão;
- Por falta de disponibilidade de tempo para estudar em escola regular em função do trabalho ou de outra atividade que você desenvolve;
- Porque o ensino é gratuito;
- Por motivo pessoal